Companhia das Lezírias

RELATÓRIO E CONTAS 2013

De 4 a 8 de Abril de 2013, a Companhia das Lezírias e a Coudelaria de Alter, acolheram um conjunto de fotógrafos de equinos de várias nacionalidades (Portuguesa, Italiana, Turca, Holandesa e Norte-americana) para várias sessões fotográficas numa iniciativa intitulada PhotoDreamers Hangout. Utlizando smartphones e tablets acoplados às suas câmaras, partilharam em tempo real através da plataforma Google+ e da internet os resultados do seu trabalho com vários "receptores" que, por razões de saúde, se encontram impedidos de viajar ou em internamento hospitalar.

É o resultado desta acção de responsabilidade social que serve de tema para a edição do Relatório e Contas da Companhia das Lezírias de 2013.

ÍNDICE

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 06

ÓRGÃOS SOCIAIS 09

1. SUMÁRIO EXECUTIVO 11

2. ACTIVIDADE DA EMPRESA 15
2.1 Produção Agrícola e Pecuária 15
2.2 Produção Orizícola 16
2.3 Produção Vitivinícola e Oleícola 18
2.4 Produção Florestal, Recursos Silvestres e Agro-Turismo 18
2.5 Património, Investimento e Boas Condições Agrícolas e Ambientais 29
2.6 Produção Equina e Complexo Desportivo 29
2.7 Coudelaria de Alter 31
2.8 Comunicação e Imagem 36
2.9 Responsabilidade Social 37

3. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS 39

4. RECURSOS HUMANOS 41

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 43
5.1 Contas do Exercício 43
5.2 Controlo Orçamental 49

6. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS 53

7. PERSPECTIVAS FUTURAS 75

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS 77

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 79

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 85

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 98

BALANÇO 100

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS 102

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO 103

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA 104

ANEXO 107

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS 166

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO 167

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

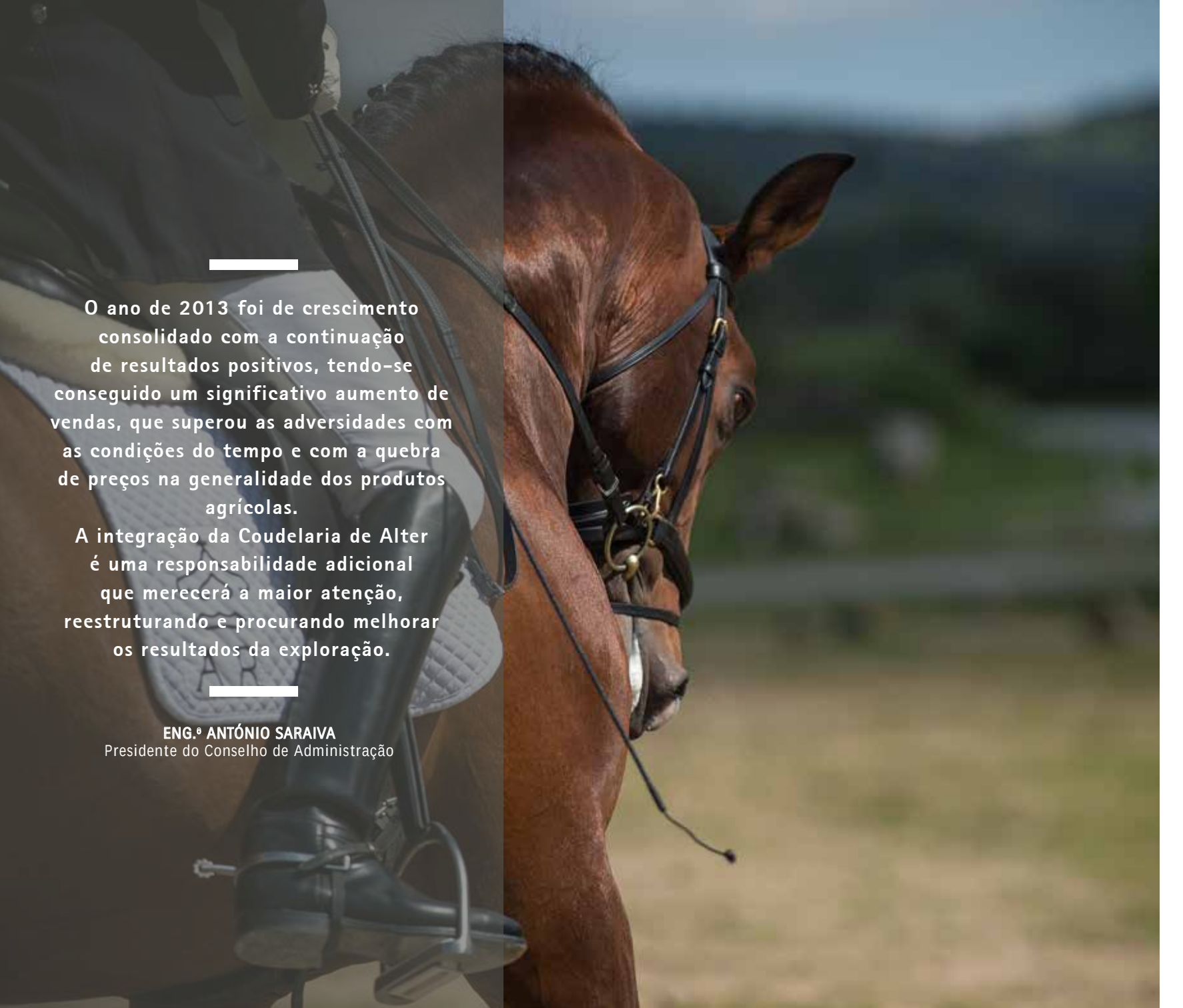
AR

ÓRGÃOS **SOCIAIS**

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
PRESIDENTE: Eng.º Armando José Cordeiro Sevinate Pinto
SECRETÁRIO: Eng.ª Sara Leitão Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE: Eng.º António Miguel Semedo Pimentel Saraiva
VOGAL: Dr. Diogo Supico de Faria e Silva
VOGAL: Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves

FISCAL ÚNICO
EFECTIVO: Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC n.º 21, representada por Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos, ROC nº 1034
SUPLENTE: Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC n.º 21, representada por Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC nº. 320



O ano de 2013 foi de crescimento consolidado com a continuação de resultados positivos, tendo-se conseguido um significativo aumento de vendas, que superou as adversidades com as condições do tempo e com a quebra de preços na generalidade dos produtos agrícolas.
A integração da Coudelaria de Alter é uma responsabilidade adicional que merecerá a maior atenção, reestruturando e procurando melhorar os resultados da exploração.

ENG.º ANTÓNIO SARAIVA
Presidente do Conselho de Administração

1. SUMÁRIO **EXECUTIVO**

No exercício de 2013, a Companhia das Lezírias continuou a desenvolver as suas actividades no sentido de rentabilizar, valorizar e preservar os vastos recursos colocados à sua disposição, numa óptica de sustentabilidade e rentabilidade a curto e longo prazo.

O Conselho de Administração e os responsáveis sectoriais, continuaram em 2013, a trilhar um caminho de desenvolvimento estratégico que permitiu reforçar a posição da Companhia das Lezírias, como uma empresa de referência no sector agro-pecuário e florestal, reconhecida por:

- Implementar as melhores práticas agrícolas, pecuárias e florestais, no desenvolvimento das suas actividades operacionais;
- Manter-se na vanguarda a nível técnicos e tecnológicos;
- Procurar constantemente novas oportunidades de negócio, que possibilitem a criação de valor à Companhia;
- Continuar a reforçar no mercado a sua imagem de empresa de excelência, cumpridora dos seus compromissos comerciais e financeiros, e que mantém um excelente relacionamento com os seus clientes, fornecedores e bancos;
- Continuar a aprofundar, com o seu vastíssimo universo de rendeiros, uma relação estreita, profícua e transparente, com vantagens mútuas;
- Continuar a desenvolver um excelente e saudável relacionamento com as entidades públicas, nacionais e autárquicas, bem como com as forças vivas da Região onde se insere.

No capítulo 2, serão expostas detalhadamente as actividades desenvolvidas pelas várias áreas da empresa.
Importa destacar alguns aspectos que marcaram o ano de 2013:

1. Do ponto de vista meteorológico há que salientar a elevada precipitação verificada nos primeiros meses de 2013, muito chuvosos, designadamente Março, com um nível de pluviosidade que foi o maior dos últimos 100 anos, provocando a saturação dos solos, com implicações negativas nas sementeiras de primavera, designadamente arroz, milho e tomate.

Temperaturas abaixo da média em Maio, tiveram igualmente as suas implicações negativas nomeadamente na cultura do arroz.

2. A integração da Coudelaria de Alter na Companhia das Lezírias, em virtude da promulgação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 01 de Agosto, que extinguiu a Fundação Alter Real (FAR) e que delegou e transferiu para a Companhia das Lezírias, um conjunto de atribuições designadamente as relacionadas com a gestão dos efectivos equinos e dos patrimónios imobiliários que estavam anteriormente afectos à FAR;

3. A entrada em pleno funcionamento do EVOA (Espaço de Visitação e Observação de Aves) a partir de 6 de Abril, localizado na Lezíria Sul, que tinha sido inaugurado oficialmente a 1 de Dezembro de 2012;

4. O aumento significativo das vendas e serviços prestados de aproximadamente 839 mil euros, somando um total de 4.835 mil euros, ou seja, mais 21%;

5. Uma quebra generalizada dos preços de venda dos produtos agrícolas e pecuários, comparativamente a 2012, que totalizou aproximadamente 114 mil euros que fez com que o aumento de vendas não tivesse sido maior, o que afectou negativamente a rentabilidade das respectivas actividades, comparativamente ao esperado.

6. A reabilitação da adega de Catapereiro orçou num total de 536.000 euros, absorvidos em três projectos de investimento autónomos, os quais, além dos seus méritos, permitiram desonerar fiscalmente a sociedade ao abrigo do benefício fiscal ao investimento instituído pela Lei nº. 49/2013, dotando a adega de mais funcionalidade com ganhos de eficiência.

7. A simplificação da gama de marcas e referências de vinhos o que nos permitiu eliminar, até à data, um total de 12 referências (de um total de 16 a descontinuar). A marca "Catapereiro" passou a designar-se "Herdade de Catapereiro", tendo associada uma nova imagem e uma assinatura "Companhia das Lezírias" que será progressivamente estendida às restantes marcas/referências em comercialização. Registe-se a excelente aceitação e receptividade que estas novas imagens tiveram junto da distribuição e público em geral, o que permitiu uma recuperação de preços entre 2 a 5%, facto que resulta também da qualidade dos vinhos produzidos

8. Continuou-se a promover uma gestão racional do significativo património edificado, tendo-se efectuado alguns arrendamentos de moradias e lojas. Manteve-se, igualmente, a política de recuperação gradual do restante edificado.

9. No que respeita à função financeira, registou-se uma descida nos resultados líquidos, de 139.000 euros positivos, para 25.000 euros positivos, em virtude da obrigatoriedade legal de as aplicações financeiras terem que ser efectuadas no IGCP, a taxas de remuneração significativamente inferiores às praticadas pela banca comercial.

Como síntese, apresentam-se alguns resultados relevantes em base comparável, isto é, excluindo das contas da Companhia das Lezírias os proveitos e custos resultantes da incorporação da Coudelaria de Alter, o que aconteceu a partir de 2 de Agosto.

INDICADORES	PERÍODOS				
	2012	2013	VARIAÇÃO	%	2013 (com Coudelaria de Alter)
Vendas e serviços prestados	3.996.162	4.799.179	803.017	21%	4.834.989
EBITDA	1.822.218	2.155.579	333.361	18%	1.910.776
Resultado líquido do período	629.764	847.999	218.236	35%	667.946

VALORES EM EUROS

2. ACTIVIDADE DA EMPRESA

2.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA E PECUÁRIA

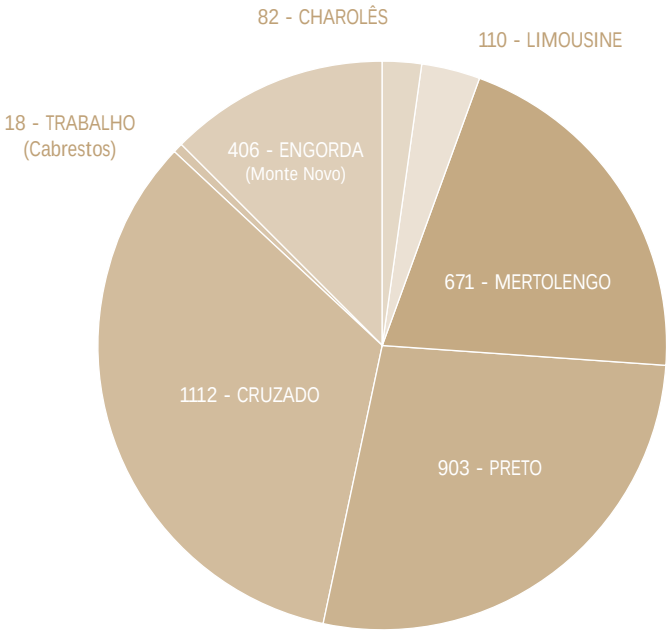
O ano de 2013 foi marcado, mais uma vez, pela grande volatilidade da cotação do milho que caiu cerca de mais de 30% relativamente a 2012. Contudo, com a inflexão do destino da produção de grão para silagem, reduziu desta forma o forte impacto negativo, conseguindo que a quebra preço relativamente ao ano transacto, fosse de apenas 8,1% o que permitiu, a par duma significativa redução dos custos de produção, obter um excelente resultado nesta cultura, à qual a CL dedicou 336 hectares, o que significa um aumento de área de 44%.

Para o êxito desta cultura contribuiu, de forma significativa a instalação de vedações eléctricas (anti-javalis) em todos os pivots de Catapereiro numa área de 360 ha (cerca de 15 km lineares) com total sucesso e limpeza de furos e bombas de rega.

Para além desta cultura, realizou-se uma cultura de aveia para fenação, no mesmo local, para suplementação alimentar do efectivo bovino.

O prado permanente biodiverso de regadio, instalado em 2010/11, no âmbito de candidatura ao "Projecto Terraprima" evidenciou uma excelente diversidade vegetativa, produziu uma pastagem de grande qualidade forrageira, pastoreada pelos bovinos numa primeira fase de acabamento, com um excelente índice de encabeçamento, para além dum corte parcial para feno.

O ano de 2013 fechou com 3.302 cabeças de bovinos, distribuídos da seguinte forma:



Quanto à cotação média da carne, em 2013 registou-se uma quebra no preço relativamente a 2012.

Já na esfera das rações a tendência foi, naturalmente, no sentido inverso, que reflectiu uma substancial redução de preço, fruto da desvalorização das matérias-primas, vindo atenuar parcialmente o exponencial aumento registado no ano anterior.

Conseguiu-se uma significativa redução de consumo de ração convencional (-30%) vs. 2012, em virtude da decisão de apascentar os animais de engorda em pastoreio no prado permanente de Catapereiro, sem consumo de ração, numa primeira fase, permitindo assim encurtar o período de estabulação. Esta iniciativa reflecte o grande objectivo de economia de rações a que a CL se tem proposto.

Com a finalidade da melhoria do abeberamento do nosso efectivo bovino executaram-se acções de relevante importância, quer na Charneca quer na Lezíria.

Para abastecer de energia estes pontos de abeberamento, instalaram-se painéis fotovoltaicos que abastecem depósitos de 10.000 litros, convertendo desta forma algumas fontes energéticas, como por exemplo; bombagens a gasóleo, moinhos de vento, numa fonte energética sem custos e sem quaisquer consequências ambientais.

Salienta-se o importante contributo da CL para a biodiversidade, participando anualmente no "Projeto Terraprima – Fundo Português de Carbono" (sequestro de CO2) através da manutenção de prados permanentes recentemente instalados, ricos em leguminosas (biodiversos).

Colaboração contínua com as associações de criadores de bovinos na melhoria e evolução do património genético bovino da CL e participação recente num projecto de investigação com a Associação de Criadores de Bovinos de Raça Preta (ACBRP).

Colaboração com a ADS no âmbito das acções constantes no programa nacional de sanidade animal.

Durante o ano de 2013, a CL viu novamente representados os seus produtos e imagem, através da presença em notórios eventos de dimensão nacional e regional, como por exemplo:

- Mega Picnic Sonae no Terreiro do Paço – Lisboa.
- Mercado dos Sabores Continente (Clube de Produtores Sonae) na Alfândega do Porto.
- Participação dos nossos campinos e jogo de cabrestos em habituais e tradicionais eventos festivos e cerimónias protocolares na zona de Lisboa e Vale do Tejo.

2.2 PRODUÇÃO ORIZÍCOLA

A produção orizícola da Companhia das Lezírias, com a sua extensão à Lezíria Sul desde 2011, tem vindo a evidenciar produtividades interessantes e alinhadas com os melhores resultados da região. O rigor colocado na conta de cultura e os critérios de sã gestão têm garantido contas de cultura

positivas, apesar das adversidades. Cabe ainda referir que os benefícios associados à integração numa associação empresarial como a Orivárzea se traduzem num activo muito importante na posse dos orizicultores da região.

Os resultados por tipo de arroz e a produtividade da cultura para o triénio que terminou em 2013 estão espelhados na seguinte tabela.

VARIEDADES	2011			2012			2013		
	Área (ha)	Produção (t)	(t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	(t/ha)	Área (ha)	Produção (t)	(t/ha)
Agulha	27,00	186	6,880	-	-	-	152,07	1.217	8,000
Carolino	493,55	3.718	7,535	520,55	4.050	7,781	368,49	2.785	7,557
TOTAL	**520,55**	**3.904**	**7,499**	**520,55**	**4.050**	**7,781**	**520,55**	**4.001**	**7,687**

A selecção de variedades de arroz em 2013, sofreu um ajustamento, em função de indicações da Orivárzea, com a introdução de duas novas variedades, uma destinada a arroz Carolino e outra Agulha, satisfazendo as necessidades da comercialização e alinhando com a procura efectiva.

O ano de 2013, relativamente a condições meteorológicas apresentou muitas dificuldades, inicialmente com valores de precipitação muito superiores ao normal atrasando a mobilização de solo e a respectiva sementeira. Na fase pós-emergente da cultura as temperaturas médias foram baixas, com valores inferiores ao normal para a época do ano e com acentuadas amplitudes térmicas entre o período diurno e nocturno (Boletim Climatológico Mensal - Maio de 2013 do Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P.1/10). A temperatura média do ar em Maio, foi de 15,89ºC, o que representa um desvio de 0,84ºC inferior ao valor normal, sendo o valor mais baixo dos últimos 20 anos. O valor médio da temperatura mínima do ar foi 1,66ºC inferior ao normal, o que representou o valor mais baixo dos últimos 30 anos. Também se registaram ventos desfavoráveis condições estas que provocaram a morte de algumas plantas e atraso no desenvolvimento da cultura.

Após este período, as condições meteorológicas foram mais favoráveis, o que possibilitou uma recuperação geral da cultura, com uma produção idêntica à registada no ano anterior e com produtividades muito superiores às médias da região, apesar de uma significativa acama já no estado de maturação, com influência negativa na produção também por via das chuvas registadas na fase da colheita.

Em todas as fases da cultura, existiu um rigoroso controlo e preocupação com a contenção de custos, permitindo obter um resultado final alinhado com as expectativas.

2.3 PRODUÇÃO VITIVINÍCOLA E OLEÍCOLA

No ano 2013, as vinhas da CL produziram um pouco menos do que no ano anterior. Consideramos que a reacção à produção muito elevada que se verificou em algumas parcelas não regadas no ano 2012, possa ser uma das justificações para a quebra registada.

Qualitativamente, tal como no ano anterior, conseguimos garantir um bom nível médio dos vinhos resultantes e começar a colocá-los desde muito cedo no mercado (vinhos brancos em Novembro e tintos em Dezembro).

As reacções recolhidas no mercado foram muito positivas.

Relativamente ao olival, a produção de azeitona subiu consideravelmente (em Portugal foi estimado um aumento de produção de cerca de 50%), resultado das condições favoráveis do ano agrícola e de diversas medidas que foram implementadas (essencialmente podas, planos de fertilizações e irrigação).

No ano 2013 houve uma subida nas vendas, que foi muito acentuada no caso do azeite e vinho em "bag-in-box" (BiB) e menos significativa na exportação e engarrafados. Este panorama foi apenas contrariado com a diminuição de vendas no vinho abafado.

Considerando apenas as vendas no mercado nacional, verificámos um aumento progressivo das vendas na distribuição moderna e equivalente perda no canal HORECA.

Durante o ano 2013 iniciámos o fornecimento à Sonae. Nesta primeira fase estivemos representados em cerca de 50 lojas na grande Lisboa e Algarve.

Foram feitas acções promocionais em lojas do grupo Auchan, Pingo Doce e Sonae, como seja, degustações e campanhas de desconto em produto reflectidas ao consumidor com resultados muito animadores.

Tem vindo a ser feito um esforço no sentido de encontrar distribuidores regionais nalgumas das regiões mais importantes tais como Grande Lisboa, Grande Porto, Algarve e Madeira.

Nas lojas CL fizemos diversas acções para estimular vendas de alguns dos vinhos do nosso portefólio.

2.4 PRODUÇÃO FLORESTAL, RECURSOS SILVESTRES E AGRO-TURISMO

A Coordenação de Produção Florestal e Recursos Silvestres, através das suas duas áreas de actividade, a gestão da área florestal e o turismo e lazer reforçou em 2013 o seu âmbito de actuação, desde logo pela entrada em pleno funcionamento do EVOA, equipamento que alia a gestão de habitats à visitação. Desta forma e mantendo a aposta nos investimentos de melhoria na produção florestal e nas diversas actividades turísticas, reafirma-se a vocação central da CL na gestão de recursos naturais e na estruturação de actividades que valorizam essa gestão, quer pela comercialização de bens agrícolas e florestais quer pelo fornecimento de serviços turísticos. Do ponto de vista comercial, de referir que a situação económica do país se reflectiu bastante na componente da procura destes produtos turísticos, o que não aconteceu na venda de produtos florestais.

PRODUÇÃO FLORESTAL

O ano de 2013 revelou-se bastante preenchido em actividade florestal e os resultados apresentaram uma melhoria significativa relativamente ao ano anterior. Ao contrário do que foram as piores previsões, a actividade da indústria florestal não caiu e a procura manteve-se, sendo possível escoar as madeiras de pinho que se planeara cortar e renovar o contrato com a Amorim Florestal para a venda da cortiça no triénio 2013-2015.

Manteve-se o apoio e abertura para a realização de diversos projectos de investigação sobre silvicultura, ecologia e biodiversidade, reforçando a imagem de área de interesse público com características excelentes para o ensino e investigação nas áreas dos estudos florestais e biodiversidade. A par destes trabalhos e de um conjunto de linhas de monitorização, continuaram-se os investimentos para melhorar a mancha florestal da CL quer em termos produtivos quer em matéria de conservação dos recursos naturais.

Montado de sobro

No que diz respeito ao montado, principal objecto de intervenções na floresta, foi beneficiada uma área total de 2.282 ha (34% da área total de montado).

Quanto aos protectores da regeneração natural contra o gado bovino, foram colocados mais 1.335, totalizando 20.233 desde 2006.

Pinhal bravo

As operações no pinhal bravo abrangeram apenas 12% da área total de pinhal. No entanto, para além desta área foram cortados pinheiros dispersos numa área de 262 ha de montado. De sublinhar a conclusão do desbaste do Pinhal da Malhada Alta e o desbaste da principal mancha de Barba Esteio. Foram ainda marcados para desbaste para 2014 o pinhal do Montinhos e o pinhal do Poceirão do Cunha.

A área com novedio de pinheiro bravo na zona do Pinhal da Experiência (16 ha) foi desbastada e as restantes árvores foram desramadas. Foi iniciado o aproveitamento da regeneração natural em quatro pequenas manchas nos pinhais da Carrasqueira, do Barba Esteio, de Santo Amaro e Vale de Frades e foram desbastados e desramados pinheiros jovens em 60 ha de montado (21,7 ha no Pinhal da Experiência e 38,5 ha em Vale Coirinho).

Em termos de produção, de realçar uma ligeira diminuição em valor, prevista no orçamento, da madeira de serração (- 6%) e um aumento maior de rolaria (22%). Mais relevante foi a diminuição em mais de 50% da madeira sintomática, o que indicia um maior domínio da doença da murchidão do pinheiro.

Pinhal manso

Levaram-se a cabo limpezas em pinheiros mansos adultos numa área total de 53 ha. Realce para a área de dois hectares na Silha do Fidalgo Infantado onde, para cumprimento do estipulado pelo D.-L. n.º 17/2009, de 14 de Janeiro, foi necessário proceder ao corte, desbaste e desramação de pinheiros mansos adultos na faixa de protecção a instalações industriais (junto à Vendap). Foi executado o desbaste e desramação do pinhal da Moita do Ourives numa área de 39 hectares.

Procedeu-se à plantação de 5,6 ha de terreno anteriormente ocupado com eucalipto no Mijadouro. A plantação, feita com plantas produzidas com meios próprios e material genético da CL, foi feita em compasso 10 x 10 metros.

Procedeu-se, ainda, ao corte de acácias com motorroçadora em 16 hectares da área recentemente plantada com pinheiro manso no Catapereiro.

Em 2013 apanharam-se 50 toneladas de pinha. Destas, 10 toneladas dizem respeito a pinhas da campanha de 2012/13, apanhadas por conta da CL e 40 toneladas da campanha de 2013/2014 foram vendidas na árvore e apanhadas pelo comprador. Refira-se que em ambas as épocas a quantidade de pinhas produzidas foi muito inferior aos anos anteriores.

Apesar de proveitos abaixo do esperado e do gasto na apanha das pinhas, o resultado do pinheiro manso mantém-se bastante positivo (ao contrário do ano anterior), o que fica a dever-se aos baixos custos correntes desta actividade.

Outras áreas

Procedeu-se também à limpeza, selecção e desramação das árvores que se encontram nas Cardosas (32 hectares), área com projecto de loteamento residencial.

Resumo da produção

Apesar de não serem indicadores de desempenho, uma vez que derivam do planeamento e de ciclos de produção relacionados com a meteorologia e as reservas das árvores, de referir um aumento da produção de cortiça apreciável, de lenha de sobro e de fascina em relação a 2012 e uma diminuição de madeira de serração e mais significativa de madeira seca e de pinhas.

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A CL manteve as diversas linhas de trabalho que tem vindo a desenvolver com a FCUL, a SPECO, o LabOr e o CIBIO. Paralelamente, decorreram diversos trabalhos integrados em teses de mestrado e em Maio aconteceu a já habitual semana de campo do curso de 'Ecologia e Conservação de Mamíferos' no âmbito do mestrado em Biologia da Conservação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

A 8 de Abril realizou-se a sessão anual de divulgação dos resultados dos projectos relativos a 2012 e a consulta às partes interessadas na gestão florestal. Nesta altura não estão concluídos os relatórios de 2013 das diferentes linhas de investigação pelo que não é possível resumir os resultados do trabalho realizado.

Protocolo com a SPECO

A monitorização dos mamíferos, em curso desde 2008, foi continuada, em 2013 com um maior enfoque nas linhas de água e sebe viva, nas áreas de exclusão de pastoreio e nas áreas onde se iam realizar operações florestais para avaliar eventuais impactes em espécies com interesse de conservação. A estratégia de amostragem de larga escala foi estratificada por tipos de habitat. A equipa da SPECO levou a efeito os transectos e as fareladas para contagem de indícios e coelhos, trabalho que era habitualmente levado a cabo pelo CIBIO.

Protocolo com o CIBIO

O protocolo com o CIBIO para 2013 previu a monitorização dos parques de aclimatação e a realização de censos. Devido à diminuição drástica das populações de coelhos, consequência de uma nova estirpe da doença conhecida como hemorrágica viral, não foram realizadas capturas e largadas. Por outro lado, como já se referiu, as contagens e censos foram realizados pela equipa da SPECO, cabendo ao CIBIO o tratamento dos dados, conseguindo-se assim algumas economias.

Protocolo com o LabOr

O protocolo com o LabOr/UÉ, para 2013, previa as seguintes acções, das quais as duas primeiras foram iniciadas e as três restantes são a continuação do trabalho iniciado em 2008:

- Monitorização de aves de rapina (nocturnas e diurnas);
- Monitorização da população de noitibós;
- Monitorização das áreas florestais (pinhais e montado);
- Monitorização de efectivos de Coruja-das-torres;
- Monitorização da recuperação da linha de água e sebe viva.

De referir que a única linha de acção de que se pode dar conta de resultados é a relativa aos noitibós uma vez que a captura não foi bem sucedida.

Recuperação da Linha de água de Vale Zebro (Proder 17023)

Em 2013 foi possível proteger mais 3.330 metros de linhas de água através da colocação de novas vedações. As acções de restabelecimento da vegetação continuaram tendo-se plantado 91 freixos (Fraxinus angustifolia), 341 salgueiros (Salix sp.) e 91 choupos (Populus nigra) numa extensão de cerca de 1.130 metros de linha de água. O material genético usado foi todo da CL.

Sebe viva (INAlentejo)

No início do ano foram levadas a cabo diversas acções de plantação da área vedada para estabelecimento da sebe viva.

Foi, ainda, concluído e impresso o "Atlas dos Mamíferos" da Charneca, também apoiado pelo INAlentejo e que sintetiza cinco anos de estudo levado a cabo pela equipa do Centro de Biologia Ambiental/FCUL, coordenado pela Prof.ª Doutora Margarida Santos-Reis.

O projecto apoiado pelo QREN/INAlentejo foi concluído física e financeiramente em Abril e entregues os respectivos dossiers.

Em 20 de Junho realizou-se uma visita para o grupo de parceiros da European Non-Wood Forest Products (NWFPs) Network (COST Action FP1203).

TESES DE MESTRADO DEFENDIDAS EM 2013

Foram defendidas seis teses de mestrado relativas a trabalhos de campo realizados na CL em 2012/2013:

Título: "Influência de factores locais no uso de galerias ripícolas por carnívoros num ambiente Mediterrânico"
Mestrando: Ana Filipa Pereira Grilo
Orientadores: Prof.ª Doutora Margarida Santos-Reis (FCUL)

Título: "Aplicabilidade da análise isotópica na compreensão da variação sazonal e espacial da dieta da raposa (Vulpes vulpes) num habitat Mediterrânico"
Mestrando: Ana Cláudia Neves Baptista
Orientadores: Prof.ª Doutora Cristina Máguas e Profª Doutora Margarida Santos-Reis (FCUL)

Título: "Estudo dos hábitos alimentares da cegonha-branca num sistema agro-silvo-pastoril: avaliação da predação de espécies cinegéticas"
Mestrando: Eduardo Miguel Ramos Ferreira
Orientadores: Prof. Doutor Francisco Petrucci-Fonseca (FCUL)

Título: "Ecological indicators of grazing effects in cork oak woodlands: an integrated approach"
Mestrando: João Pedro Silva Daun e Lorena Santos
Orientadores: Dr. Pedro Pinho (CERENA/IST)e Profª. Doutora Margarida Santos-Reis e (FCUL)

Título: "Cobrão's Stream Ecological Restoration. An Ecological Process to embrace Companhia das Lezirias' Greenway Network"
Mestrando: Miguel Deyrieux Centeno Ogando dos Santos
Orientadores: Doutor Pedro Miguel Ramos Arsénio (ISA)

Título: "Avaliação da Influência altitudinal nas comunidades de aves dos montados de sobro em Portugal: aspectos biogeográficos e ecológicos"
Mestrando: Ana Luísa Teixeira de Figueiredo Catarino
Orientadores: Prof. Doutor João Eduardo Rabaça (UÉ) e Mestre Carlos Godinho (UÉ)

ARTIGOS PUBLICADOS EM REVISTAS CIENTÍFICAS COM REFERÊNCIA À CL:

David, T. S.; Pinto, C.A.; Nadezhdina, N.; Kurz-Besson, C.; Henriques, M.O.; Quilhó, T.; Cermak, J. Chaves, M.M.; Pereira, J.S.;

APRESENTAÇÕES EM REUNIÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS COM REFERÊNCIA À CL:

L. Catarino, C. Godinho, P. Pereira, A. Luís and J.E. Rabaça
Biogeography and ecology features of breeding bird communities in cork oak forests
ICAAM International Conference 6-8 February 2013 – Montados and Dehesas as High Nature Value Farming Systems: implications for classification and policy support

OUTROS ESTUDOS A DECORREREM NA CL

Projecto: Phenotypic plasticity of maritime pine to climate change
Investigadora responsável: Maria Isabel Correia Esteves
Referência: PTDC/AGR-CFL/099614/2008
Financiamento: FCT
Entidades participantes: ISA, INRB, FFCUL, UTAD, ITQB

Projecto: IsoCork - Climate effects on cork growth assessed by isotope fingerprinting (EXPL/AGR-FOR/1220/2012) (2013-2014)
Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)
Objectivo: Modelar a resiliência do sobreiro aos descortiçamentos consecutivos e avaliar a resposta da árvore a períodos de seca por análise da largura dos anéis de cortiça.
Resultados: Modelação da curva de crescimento da cortiça com base em detecção de anéis de crescimento de cortiça por técnicas de análise de imagem e em sequências extensas - Modelação ARIMA, ARMA, com intervenções, STAMP software)

Publicações: Costa A, Nunes LC & Graça J (2013). Insights into the cork oak (Quercus suber L.) responsiveness to recurrent cork harvests. Journal of Ecology (in submission)

Projecto: Cork ring detection and measurement - development of new techniques (COST STSM-FP 1202-15045) (2013)
Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)
Objectivo: Detecção e medição de sequências extensas de anéis de crescimento da cortiça
Resultados: Obtenção de curvas de crescimento da cortiça por detecção da largura de anéis de cortiça por técnicas de " High-Frequency Densitometry e " Abrasive Hardness"
Publicações: Costa A & Spiecker H (2013). The High-frequency densitometry - A new method for the evaluation of cork density variations. Economic Botany (in submission)

Projecto: Estudo da variação da qualidade da cortiça (porosidade e calibre) na árvore (2010-2013)
Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)
Objectivo: Modelar as variações da espessura e da porosidade da cortiça amadia, da base do tronco para os ares Determinar o perfil de decréscimo de calibre e diminuição de porosidade com a altura.
Resultados: Modelação das variáveis calibre e qualidade da cortiça na árvore, em altura.

Projecto: Estudo sobre o crescimento radial do sobreiro (2010 - ....)
Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)
Objectivo: Modelação do crescimento radial do sobreiro (lenho + cortiça) em árvores em exploração e em árvores virgens com base em medições em dendrómetros instalados no tronco das árvores à altura de 1,30 m do solo
Resultados: Modelação da curva de crescimento radial do sobreiro.

Projecto: Estudo sobre a distribuição espacial da regeneração de sobreiro (2013 - ...)
Investigador responsável: Augusta Costa (Investigador Auxiliar Contratado do Programa Ciência 2008)
Objectivo: Estudo com o objectivo de avaliar a influência de áreas e de períodos de "set-aside" na obtenção de regeneração natural de sobreiro com sucesso e na estrutura dos povoamentos.
Resultados: Avaliação do impacto do uso da terra na regeneração natural de sobreiro

TURISMO

O ano de 2013 registou muita actividade de planeamento e tentativa de resolver alguns problemas administrativos. Desenvolveram-se um conjunto de iniciativas relativas ao alojamento e concluiu-se o processo de licenciamento do EVOA que abriu portas em Abril.
Para este efeito a CL foi reconhecida como operador de animação turística e de turismo de natureza. Em Junho foi concluído um documento estratégico que decorreu de uma reflexão conjunta com a Administração durante um ano. Implementaram-se vários programas com turistas chineses através de uma parceria com uma empresa a actuar no mercado chinês para o turismo equestre.

No final do ano foi possível concluir o Centro de Interpretação da Charneca que conta com uma maquete da Charneca do Infantado onde são projectados temas das actividades e património da CL e a exposição "Som da Charneca" que faz uma visita através de sons e imagens às principais actividades e espaços da propriedade. Em conjunto, a CPFRS proporcionou no espaço da Companhia para actividades de lazer mais de 9.417 visitas.

CINEGÉTICA

A actividade cinegética foi caracterizada por uma diminuição simultânea da procura e da oferta. Da procura, reflectida, no essencial, por uma menor venda de portas aos pombos (-25% dos caçadores). Da oferta porque não foi possível comercializar caçadas aos coelhos devido à diminuição abrupta da população resultado da nova estirpe da doença hemorrágica, nem às lebres a corricão por indisponibilidade dos pivots de Catapereiro. Uma vez que se procedeu ao desbaste do pinhal da Carrasqueira foi realizada menos uma montaria no início do ano.

De referir a passagem no canal "Caza y Pesca" de um programa sobre a caça maior na CL denominado "A Jóia da Coroa", programa que teve alguma visibilidade no mundo da caça. Assinale-se, também, a estadia, no final de Janeiro e princípio de Fevereiro da Equipagem Piqu'avant Bourgogne que trouxeram uma matilha de "chiens de chasse à cour" anglo-franceses e reuniram um grupo de cerca de trinta caçadores de várias nacionalidades para duas caçadas à lança ao javali.

VISITAÇÃO E EVENTOS

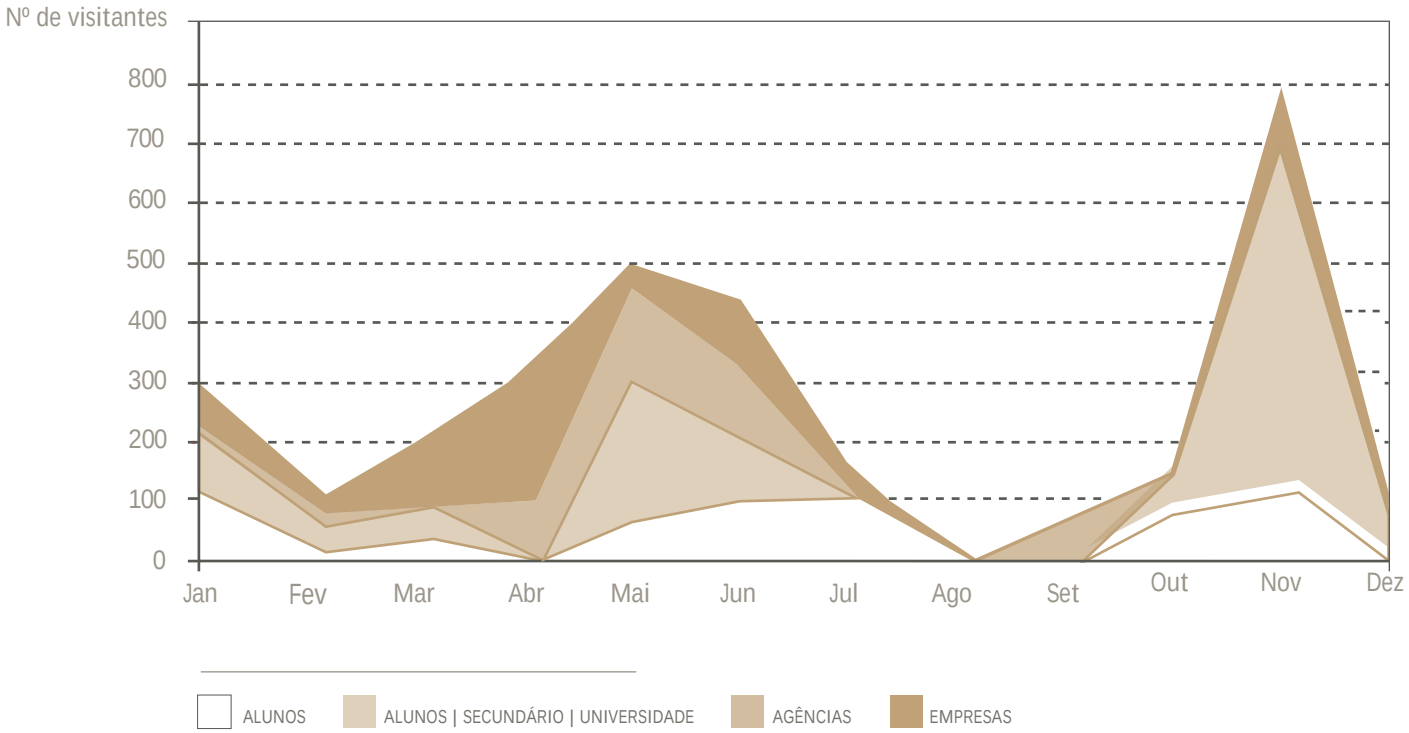
A Pequena Companhia reúne meios técnicos e humanos com o propósito de realizar actividades variadas que liguem o lazer ao conhecimento, dedicadas ao grande público e, particularmente, às escolas. No entanto, dá suporte ainda a um grande conjunto de actividades não remuneradas, quer de visitação quer de investigação,

colaborando em diversas tarefas de representação e ligação ao exterior. Desde 2010, é responsável igualmente pela organização de eventos de todo o tipo, desde casamentos, baptizados, actividades de team building, seminários, etc.

A Pequena Companhia continuou a afirmar-se na organização de diversas actividades na CL, tendo sempre como prioridade dar a conhecer a realidade e património da empresa. Permitiu a visita, em 2013, de cerca de 1.874 crianças e adolescentes, com predomínio para os alunos do Ensino Secundário. Em Junho e Julho foram realizadas duas semanas de ocupação de tempos livres dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos que envolveram actividades na Charneca e no EVOA para um total de 25 crianças.

No total, a Pequena Companhia levou a cabo cerca de uma centena de visitas guiadas, visitas de estudo, eventos, passeios pedestres, BTT, com a participação de cerca de 4.800 pessoas, principalmente alunos do Ensino Básico, do Ensino Secundário e adultos.

O número de visitantes por mês, foi o seguinte, de acordo com o tipo de enquadramento:



ALOJAMENTO

No total, em 2013 verificou-se uma diminuição ao número de dormidas, face ao ano anterior (uma diminuição de cerca de 150 dormidas). Apesar disso, a taxa de ocupação foi superior em 2013 (foram vendidas mais noites de bungalows do que no ano anterior) e a facturação foi ligeiramente mais elevada já que aumentaram as vendas directas ao preço de tabela.

Este aumento deu-se apesar de dois meses, Agosto e Setembro, substancialmente mais fracos do que em 2012 devido essencialmente à dificuldade nas reservas e check-ins na segunda quinzena de Agosto e à não realização de uma prova equestre como foi o Campeonato do Mundo de Atrelagem de Singulares de 2012 cujos concorrentes e juízes se instalaram nos bungalows em Setembro. A taxa de ocupação subiu para 27% em 2013.

TURISMO EQUESTRE

Esta actividade mantém um baixo nível de actividade, havendo que realçar a entrada em funcionamento de uma parceria com uma empresa para o mercado chinês. De facto, no ano de 2013 deram-se os primeiros passos na venda de passeios a cavalo de uma semana para o mercado internacional. A par das semanas a cavalo, também desenvolvemos semanas de aulas para jovens Chineses.

A gravação de filmes e telenovelas com os cavalos do turismo equestre é também uma actividade a ter em conta e que teve grande incremento em 2013.

O turismo equestre tem igualmente participado na maioria das actividades para empresas desenvolvidas no âmbito da visitação e eventos, mostrando-se um factor de diferenciação em relação aos concorrentes. A maioria dos jovens que visitam a Companhia das Lezírias têm tido a oportunidade de fazer um baptismo a cavalo, experiência sempre muito apreciada pelos participantes.

Em diversas promoções postas no mercado pelo sector do alojamento, o turismo equestre tem sido incluído com a oferta de baptismo equestres. As aulas de equitação e os passeios a cavalo de uma hora, mais vocacionados para o mercado nacional, decorreram de forma regular apesar de terem sido bastante afectados pela crise.

EVOA

O EVOA, apesar de ter sido oficialmente inaugurado em 2012, abriu as portas ao público a 6 de Abril de 2013. Entre estas duas datas testou-se o funcionamento, estruturou conteúdos didácticos, fez visitas piloto e reuniu as restantes condições para funcionar. A divulgação das suas actividades só começou com a abertura e recebeu um forte incremento com a reabertura após Agosto.

Afluência

Nos oito meses de funcionamento foram recebidas 3.248 visitantes, com preponderância para estudantes integrados em visitas escolares, seguidos pelos participantes em eventos. Apesar de não ter havido uma evolução continua nos visitantes, verifica-se um aumento significativo nos dois últimos meses do ano, resultado de ser o período escolar de vistas e de estarmos em plena época de maior afluência de aves.

Eventos

Na estratégia delineada para divulgar o EVOA, os eventos tiveram um lugar de destaque. Foram preparados 35 eventos (workshop sobre aves e fotografia, trekking,

observação nocturna de aves, passeios de bicicleta, maratona fotográfica e formação de professores, entre outros) alguns em parceria com outras entidades, tendo-se realizado 24, muitos com assinalável adesão.

Parcerias

Outro dos aspectos considerados fundamentais no trabalho do EVOA é o estabelecimento de parcerias, quer ao nível do desenvolvimento do birdwatching quer do aumento do conhecimento científico.

Foram levadas a cabo diversas acções para dar a conhecer o EVOA aos membros de vários dos parceiros do EVOA.

Mas, de entre outras funções, o EVOA pretende ser um equipamento ao serviço da investigação das espécies e habitats em presença. Nesse sentido, foram estabelecidas parcerias com a empresa Bio3 para a colocação de um sistema de radar para detecção de avifauna ("Merlin ARS - Avian Radar System") e um detector automático de morcegos entre Maio de 2013 e Maio de 2014, com os seguintes objectivos:

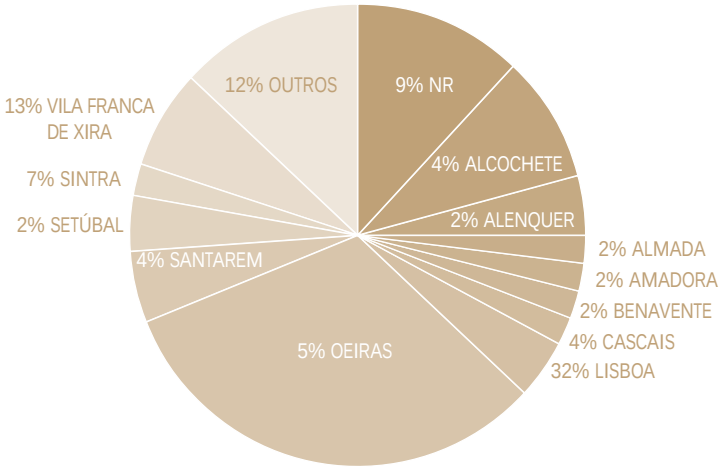
- Caracterização da actividade da avifauna associada à sementeira do arroz e das acção de espantamento;
- Caracterização dos movimentos de garças vermelhas e garças reais e identificação de colónias reprodutoras;
- Caracterização dos movimentos de avifauna entre o estuário e as lagoas do EVOA e a lezíria;
- Identificação de espécies de morcegos que utilizam esta área da lezíria;
- Caracterização da actividade de morcegos na região (períodos de maior ocorrência).

Estágios

Em 2013 decorreram quatro estágios no EVOA relacionados com a ecologia das aves aquáticas e gestão das lagoas e o turismo, um dos quais prolonga-se ainda por 2014.

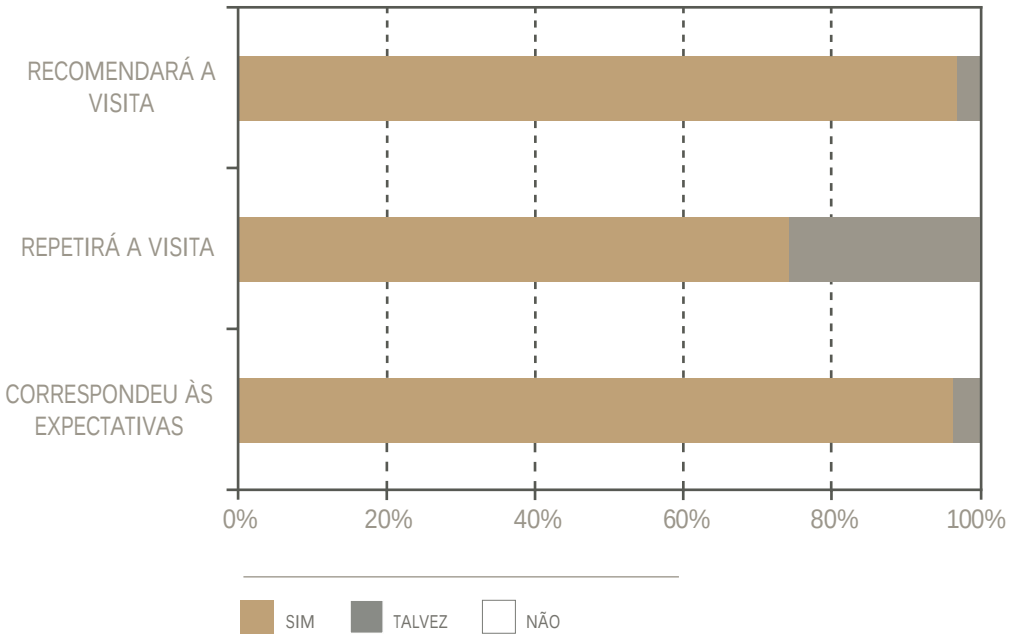
Perfil e grau de satisfação do público

Desde as primeiras visitas ao EVOA, mesmo antes de abrir ao público, tem-se vindo a realizar um inquérito de satisfação aos clientes. No total inquiriram-se cerca de 179 visitantes.



As avaliações por parte dos visitantes são muito positivas no que respeita à qualidade dos guias, às instalações e à visita.

Em consequência, 96% dos visitantes inquiridos dizem que o EVOA correspondeu às expectativas e que recomendarão a visita a outras pessoas e 74% afirma ter intenções de voltar.



OUTROS ASSUNTOS

• Livro Verde dos Montados (edição ICAAM, Universidade de Évora)
- Revisão, participação em reunião na Universidade de Évora e integração da CL como entidade promotora

• Representação da CL:
- Comissão Intermunicipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios com análise, discussão e revisão do Plano Operacional;
- Conselho Consultivo da Floresta Mediterrânica (UNAC);

- StarTree – projecto europeu para a exploração sustentável dos recursos florestais para o desenvolvimento rural;
- "INIAV-Parcerias para a investigação e inovação no âmbito da programação para o Desenvolvimento Rural 2014-2020" (30/10/2013)

2.5 PATRIMÓNIO, INVESTIMENTO E BOAS CONDIÇÕES AGRÍCOLAS E AMBIENTAIS

PATRIMÓNIO

Continuou-se a pugnar pela optimização do património rústico e urbano, realçando-se os dois novos arrendamentos rústicos que resultaram de duas consultas públicas paras as áreas da Murraceira Norte e Mouchão do Salgueiral e foi iniciado um terceiro processo que nos permitirá lançar uma nova consulta sobre o arrendamento da parcela do Cabo (cerca de 40 hectares).

Procurou-se ainda, consolidar o novo enquadramento de classes de rendas que entrou em vigor no último trimestre de 2012, que se fundamentou na aptidão, no tipo de solo e na sua capacidade de uso, designadamente a sua integração no Projecto de Rega e Drenagem da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

ARRENDAMENTOS RÚSTICOS

Áreas Arrendadas – Posição a 31 de Dezembro de 2013

Lezíria Norte	Lezíria Sul	Várzea Samora	Porto Seixo	Paul de Magos	Paul de Belmonte	Charneca/ Catapereiro	Murteira	Mouchão do Salgueiral	TOTAL
1.366,28	2.583,89	106,22	104,49	493,16	258,68	684,54	42,50	90,00	**5.729,75**

VALORES EM HECTARES

2.6 PRODUÇÃO EQUINA E COMPLEXO DESPORTIVO

Tal como previsto nos pressupostos do Orçamento de 2013, o ano continuou a verificar uma forte retracção nas vendas, quer a nível nacional quer internacional. Esta reduzida procura de equinos teve consequência nos gastos com alimentação, por via da não redução tão rápida do efectivo por venda mas também pelo constante agravamento dos preços dos alimentos compostos para animais.

A redução do número de animais foi conseguida também através da doação de algumas fêmeas às Forças de Segurança do Estado (GNR), por ser o tipo de equinos que actualmente tem menor procura e menor valor comercial.

Na exploração do Complexo Desportivo, pelas razões já anteriormente focadas, tem-se tornado cada vez mais difícil a angariação de patrocinadores, circunstância absolutamente necessária para que consigamos cobrir as despesas com a realização de provas, pelo que somente se efectuaram provas em parceria, com entidades que assumiram realizá-las sem encargos para a CL.

EQUINOS

Concursos e Feiras

Como previsto para o ano de 2013, participamos com 10 animais, nos cinco Concursos Oficiais mais importantes do País: Expoégua, Feira Nacional de Agricultura, Festival Internacional do PSL, Feira de Ponte de Lima e Feira da Golegã, tendo-se classificado 6, dois com Medalha de Prata, 1 em 2º, 1 em 3º e 4 em 4º. Nestes concursos, cujo nível dos produtos apresentados é muito elevado e bastante equiparado, é habitual somente serem classificados os animais até ao 4º lugar, sendo os restantes retirados sem classificação, excepto se forem apresentados mais de 16 animais, serão então classificados ¼ dos presentes.

Concurso	Animal	Classe	Classificação	Medalha
Expoégua - Golegã	Xuli das Lezírias	Égua afilhada	4º lugar	Prata
	Hortense das Lezírias	Poldra 1 ano	4º lugar	
Feira Nacional da Agricultura - Santarém	Perfeita	Concurso Nacional oficial das Coudelarias Portuguesas	2º lugar	s/ atribuição de medalhas
	Ufórica das Lezírias			
	Uiti das Lezírias			
Feira do Cavalo – Ponte de Lima	Ziquita das Lezírias	Égua afilhada	3º lugar	Prata
	Faquir das Lezírias	Poldro 3 anos	4º lugar	

COMPLEXO DESPORTIVO

Estrutura

Apesar de já amplamente referido em relatórios anteriores, o Monte de Braço de Prata e as suas infraestruturas continuam a ser o local de excelência para recepção dos inúmeros visitantes - nacionais e estrangeiros - ou delegações oficiais, que anualmente passam pela CL em visita, reuniões de trabalho, a frequentar o restaurante "A Coudelaria" ou para assistir aos eventos ali realizados. Durante o ano de 2013, fora as visitas espontâneas, registamos cerca de 34.303 visitantes, ou seja, uma média de cerca de 94 pessoas por dia.

CONCURSOS HÍPICOS

A falta de apoios continua a concorrer fortemente para o decréscimo do número de provas nas nossas instalações, não por falta de condições técnicas para a sua realização, mas devido à cada vez maior dificuldade em angariar patrocínios que nos permitam fazer face aos gastos inerentes à sua concretização.

Durante o ano de 2013, realizaram-se nas nossas instalações três provas do Calendário da Federação Equestre Nacional e Internacional.

• XI Taça Ibérica de Atrelagem – Prova inscrita no calendário da Federação Equestre Internacional, organizada em parceria com a Associação Portuguesa de Atrelagem e que reuniu 25 participantes, de 5 países – Bélgica, Espanha, Holanda, Uruguai e Portugal.

• IV Jornada da Taça de Portugal de Ensino – Prova do calendário da Federação Equestre Portuguesa, realizada em parceria com a Associação Portuguesa de Dressage, em que participaram 43 conjuntos.

• Final do Campeonato Nacional de Atrelagem 2013 – Prova da Federação Equestre Portuguesa, em que participaram, a disputar o título de Campeão Nacional, nas classes de 1,2 e 4 cavalos, 10 conjuntos.

2.7 COUDELARIA DE ALTER

Pelo Decreto-Lei n.º 109/2013 de 1 de Agosto foi extinta a Fundação Alter Real (FAR) e foi transferido o património mobiliário e imobiliário da Coudelaria de Alter, assim como a sua manutenção, preservação e exploração para a Companhia das Lezírias, SA (CL).

Passa a reunir, esta entidade pública, as Coudelarias de Alter (AR), Nacional (CN) e da Companhia das Lezírias (CL), facilitando a implementação e o desenvolvimento de uma política única equina.

Este Relatório de Actividades apenas diz respeito ao período pós entrada em vigor do referido Decreto-Lei.

Muitos dos objectivos definidos no plano de integração das Coudelarias apenas serão possíveis de alcançar no decurso de 2014, pelo que se apresenta a posição verificada a 31 de Dezembro de 2013, de entre os quais a reestruturação do pessoal e a redução do efectivo.

O ano 2013 manteve a tendência de decréscimo de vendas, verificada nos anos anteriores, sendo esta realidade mais sentida nos animais da Coudelaria Nacional, resultado da má imagem e do desinvestimento dos últimos anos neste ferro. É intenção reduzir esta eguada para números que não comprometam os seus objectivos e futuro.

Apesar do mercado interno continuar a ser o destino da maior parte das vendas foi através do mercado externo, principalmente no Norte da Europa (Bélgica, Holanda França e Alemanha) que se conseguiram, ao longo do ano, os negócios mais interessantes.

EQUINOS

Efectivo total

O efectivo equino, conteve o seu crescimento devido à não colocação em reprodução de qualquer das éguas PSL e PSA de ferro Coudelaria Nacional em 2012 o que significou não ocorrerem nascimentos desta eguada.

O quadro seguinte mostra um resumo anual do efectivo por ferros e raças a 31 de Dezembro de 2013:

Ferro	Raça	Alter do Chão	MEV*	Cedidos	**TOTAL**
Alter Real (AR)	Puro-Sangue Lusitano	210		56**	266
Coudelaria Nacional (CN)	Puro-Sangue Lusitano	87		43	130
	Sorraia	47		11	58
	Puro-Sangue Árabe		42	7	49
Outros	Outras	5	4	5	14
Total		**349**	**46**	**123**	**518**

*Mouchão do Esfola Vacas – propriedade localizada em Muge onde permaneceu a eguada CN
**49 PSL AR cedidos à Escola Portuguesa de Arte Equestre, residente no Palácio de Queluz

O quadro apresenta a globalidade de raças, sendo que a Coudelaria de Alter, que produz exclusivamente cavalos Puro-Sangue Lusitano, possui um total de 266 animais e a Coudelaria Nacional, criador de várias raças, um total de 237 animais distribuídos por 130 PSL, 58 Sorraias, 49 PSA e ainda 14 Cruzados

de vários ferros. Existiam à data de 31 de Dezembro de 2013 do total de 518 animais, dos quais 123 animais cedidos sendo que destes 74, ao abrigo de protocolos celebrados pela FAR com diferentes instituições, a saber:

- Companhia das Lezírias
- Escola Superior Agrária de Santarém
- Escola Superior Agrária de Coimbra
- Escola Profissional de Desenvolvimento Rural de Alter do Chão
- Faculdade de Medicina Veterinária de Lisboa
- Colégio Militar
- Exército Português
- Associação Equestre Micaelense
- Câmara Municipal Alpiarça/Reserva Natural do Cavalo Sorraia
- Sociedade Hípica Portuguesa – Campo Grande/Lisboa
- Haras Nationaux – França

Estas 74 cedências, somadas aos 49 cavalos ao serviço da Escola Portuguesa de arte Equestre totalizam os 123 cavalos que estão a ser utilizados e mantidos por terceiros.

Já durante a vigência da Companhia das Lezírias, foram cedidos temporariamente (de Outubro de 2013 a Maio de 2014) três poldros PSL de ferro AR ao show equestre Apassionata, que dedicou o seu número de abertura ao cavalo Alter Real nos espectáculos da sua tournée pelo centro e norte da Europa em países como:

Áustria. Suíça, Alemanha, Finlândia, Bélgica, Holanda e Dinamarca. Para efeitos de efectivo, por se tratar duma cedência temporária, consideram-se como animais à guarda da Coudelaria de Alter.

Para cumprimento dos objectivos de redução do efectivo em manutenção, foram iniciados os processos de estabelecimento de novos protocolos e a revisão/actualização dos existentes.

Acrescem às entidades acima referidas as seguintes, com as quais se está em fase adiantada de contactos:
- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
- Escola Profissional de Fermil – Celorico de Basto
- Universidade de Évora

Efectivo CN

Seleccionou-se um conjunto de doze éguas PSL, pertencentes à linha pura, que se deslocalizaram temporariamente para os terrenos da CL na Lezíria Sul, para aproveitarem a qualidade do pasto natural disponível e como parte do processo de libertação do Mouchão do Esfola Vacas de animais.

Será equacionada a possibilidade de cobrir um número reduzido destas éguas na próxima época reprodutiva, com um garanhão próximo de linha pura, para dar início a um trabalho de preservação deste importante património genético.

Igualmente será preservado um núcleo de animais Puro-Sangue Árabe, dando início ao processo de venda de animais excedentários. Na próxima época reprodutiva não se cobrirão éguas até estar concluído este processo de redução do efectivo PSA.

Em relação aos Sorraias, que se mantêm na Tapada do Arneiro, estão previstos os mesmos objectivos das eguadas anteriores, reestruturar e manter um núcleo de indivíduos que procurará preservar e fomentar este inigualável património genético.

De notar o pontual interesse por cavalos de raça Sorraia, cujo valor de mercado está a subir consideravelmente. Tinha sido vendido um animal durante o ano para a Holanda e no final do ano concretizou-se a venda de um Sorraia para França. Esta raça autóctone em perigo de extinção, precisa de uma campanha de divulgação alargada que dê a possibilidade de se conhecerem as suas potencialidades e virtudes como cavalo de sela e a mais-valia genética e zootécnica.

Efectivo AR

Como resultado do trabalho conjunto com a EPAE, definiu-se um plano de emparelhamentos e o número de éguas a cobrir na época reprodutiva, que será de aproximadamente 40, em função da projecção das necessidades da EPAE e da Coudelaria (competição, renovo e venda).

Concursos e Feiras

Participou-se com 5 animais, em prestigiosos eventos de Dressage, como a Taça de Portugal e o Festival Internacional do Puro Sangue Lusitano, nos respectivos escalões de cada cavalo.

A seguir, quadro resumo das competições:

Taça de Portugal	Dia de competição	Cavalo AR				
		Zaoto	Aljustrel	Beirão	Coronel	Douro
I Jorn. Lisboa	1º	3º	Ausente	Ausente	1º	Ausente
	2º	4º			1º	
II Jorn. Azeitão	1º	Ausente	Ausente	1º	Ausente	2º
	2º			2º		3º
III Jorn. Pte de Lima	1º	4º	Ausente	4º	1º	3º
	2º	Ausente		1º	1º	1º
FIPSL	1º	1º	Ausente	1º	2º	3º
IV Jorn. CL	1º	Ausente	1º	2º	Ausente	2º
	2º		2º	1º		3º
Final Beloura	1º	Ausente	Ausente	1º	Ausente	3º
	2º			1º		2º
	3º			1º		5º
Resultado Final		-	-	**Ouro**	-	**Bronze**

A Coudelaria de Alter classificou-se sempre em todos os concursos em que participou, reforçando a ideia competitiva e funcional associada aos seus cavalos de ferro AR.

Relacionada com esta imagem está a afirmação de cavalos como o Coronel e o Beirão, garanhões da raça, cujo prestígio e qualidade são indiscutíveis.

É de vital importância a continuidade destas participações, como veículo de valorização de cavalos e de montra para a produção generalizada. Dever-se-á colocar a competir, caso existam animais com potencial, a um digno representante da Coudelaria Nacional e da Companhia das Lezírias, fazendo uso das competências e recursos existentes na Coudelaria de Alter.

Turismo e Visitação

Os dois últimos anos registaram uma quebra significativa de 50% do número de visitantes, facto que não é alheio às limitações financeiras por parte de turistas internos e redução das visitas escolares, assim como da má imagem da Coudelaria de Alter associada às dificuldades pelas quais passou a Fundação Alter Real.

Escola Portuguesa de Arte Equestre - EPAE

O DL 109/2013 estabeleceu que a Coudelaria de Alter é explorada em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre (EPAE), para divulgação do seu ferro e do Puro-Sangue Lusitano, nos termos a definir em acordo a celebrar entre a Companhia das Lezírias, e a Parques de Sintra – Monte da Lua, S.A. que é responsável pela gestão da EPAE em Queluz, desde 31 de Agosto de 2012 (DL 205/2012), que como é sabido utiliza em exclusivo os cavalos de ferro AR.

Chegou-se a um entendimento sobre o conteúdo do acordo que regulará a cedência de cavalos à EPAE e a gestão do efectivo de ferro AR, estando a sua assinatura prevista para o início de 2014.

A 9 de Dezembro, os cavaleiros e a Gestora da EPAE, deslocaram-se à Coudelaria de Alter para assistirem à ferra dos poldros AR, nascidos em 2013 e discutir o plano de emparelhamentos da eguada AR, tendo em vista a época reprodutiva de 2014. Fruto deste trabalho e do bom entendimento entre a CL, a Coudelaria de Alter e a EPAE, é possível definir-se uma estratégia a longo prazo, de funcionamento e produção, cujos propósitos assentem em criar o número de equinos efectivamente necessário à EPAE, à competição desportiva da Coudelaria de Alter e à procura do mercado de, trabalhando dentro das linhas mestras de manter e potenciar o património genético associado, valorizando-o.

2.8 COMUNICAÇÃO E IMAGEM

A área de Comunicação foi responsável pela participação da CL em feiras e outros eventos, para divulgação institucional ou dos seus produtos. Dos mais relevantes salientam-se:

- Expoégua (Golegã)
- Feira da Agricultura (Santarém) – Vinhos, com a CVR Tejo, e cavalos
- Festival Internacional do Puro-Sangue Lusitano (Cascais) – Cavalos e Vinhos
- Feira do Cavalo em Ponte de Lima
- Feira de Campo (Coruche) – Cavalos e Vinhos
- Feira Nacional do Cavalo da Golegã – Coudelaria de Alter e CL
- Convenção Internacional dos Rotários (FIL) – Vinhos
- Mercado dos Sabores (Porto) – Carne, com a Sonae
- Observanatura – EVOA
- Feira Internacional de Ornitologia (Espanha) – EVOA
- Bolsa de Turismo de Lisboa (FIL) – EVOA e Turismo Equestre, em stand da Câmara de Vila Franca de Xira

No ano de 2013 muitos dos espaços da Companhia das Lezírias foram solicitados a para realização de filmagens o que envolveu também animais e meios humanos, de que são exemplo:

- Canal EQUIDIA – cedência de cavalos (Turismo Equestre) para documentário sobre passeios equestres em Sintra (parceria com PSML)
- Stopline Films – Anúncio para a Vodafone

- Hot Spots – Anúncio para a Danone
- SP Televisão – Entre início de Julho e final de Novembro, mais de 20 cenas para a novela da SIC "Sol de Inverno"
- Optec Films – Gravação videoclip para banda americana "Vampire Weekend"
- Krypton Prod. – Anúncio para Banco Santander
- Krypton Prod. – Cenas/anúncio para uma funerária junto à Ermida de Alcamé
- Captain Jack – 1º filme (curta-metragem) do realizador André Braz
- Maria João Ferreira (realizadora) – Cenas para curta-metragem de 10''
- "Anatomia da Pose" – Programa com candidata a modelo para CMTV

Relativamente a trabalhos para informação, destacam-se:

- Fugas/Público – Reportagem sobre Turismo Equestre na CL e na Coudelaria de Alter
- "Aquela Máquina" – Programa de automóveis para CMTV

2.9 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Como apoio ao Projecto Interlocutor Local de Segurança, da Guarda Nacional Republicana, que visa aproximar a Guarda das comunidades que serve, a Companhia das Lezírias doou duas bicicletas de patrulhamento.

No Concelho de Benavente são interlocutores do projecto os quatro presidentes das juntas de freguesia de Samora Correia, Benavente, Santo Estêvão e Barrosa e um cidadão eleito na Assembleia Municipal, membro da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e dirigente associativo. O projecto é coordenado pelo Comandante do Destacamento Territorial da GNR de Coruche coadjuvado pelos comandantes dos Postos Territoriais da GNR de Benavente e Samora Correia.

Num primeiro diagnóstico efectuado, concluiu-se haver medidas simples que podem ajudar a melhorar a segurança e a minorar uma previsível subida da criminalidade contra o património e contra os cidadãos. Uma dessas medidas foi a de promover a criação dum serviço de patrulhamento de proximidade em bicicleta. Foi neste sentido que a CL apoiou este projecto que serve as comunidades locais.

A CL cedeu gratuitamente espaços e produtos para o apoio de iniciativas de diversas entidades locais.

3. INVESTIMENTOS E **DESINVESTIMENTOS**

O total investido durante o exercício foi de 2.056 mil euros. O projecto previsto para a fase II da adega foi concretizado no ano 2013.
De salientar o investimento no activo intangível em consequência da atribuição do usufruto dos Mouchões do Salgueiral e do Esfola Vacas na sequência da extinção da Fundação Alter Real.

Releva-se o esforço de investimento de 10,9 milhões de euros efectuado nos últimos sete anos (cf. quadro seguinte).

Actividades	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	**TOTAL**
Agrícola	382	1.330	367	320	1147	90	695	4.331
Pecuária	899	326	417	164	111	228	243	2.388
Florestal	152	174	28	41	47	50	52	544
Turismo	407	135	35	23	97	244	47	988
Equip. Básico	5	106	2	0	0	218	21	352
Outros	247	254	350	126	97	223	998	2.295
Total por anos	**2.092**	**2.325**	**1.199**	**674**	**1.499**	**1.053**	**2.056**	**10.898**

VALORES EM MILHARES DE EUROS

4. RECURSOS **HUMANOS**

ACTIVOS

No início do ano de 2013 havia 84 trabalhadores efectivos e 10 com contratos a termo, num total de 94.

De referir que contamos ainda com um contrato de estágio ao abrigo de protocolo com o IEFP.

Sublinhe-se que, não fora a integração de quadros da Fundação Alter Real, o número total de trabalhadores seria de 91, representando uma redução de 3% em relação ao ano de 2012.

A média etária dos trabalhadores com contrato sem termo é de 46 anos e dos contratados a termo é de 41 anos. Cerca de um terço são do sexo feminino e dois terços são do sexo masculino (cf. quadro seguinte).

Distribuição por Escalões Etários										
Escalões	< 25	< 30	< 35	< 40	< 45	< 50	< 55	< 60	< = 60	**Total**
F	0	3	0	4	4	3	6	9	2	**31**
M	6	8	6	9	5	13	7	10	12	76

NÃO ACTIVOS

Por força do estipulado no Acordo de Empresa, a Companhia mantém um conjunto de obrigações, designadamente de pagamento de complemento de pensões de reforma, para com os seus trabalhadores reformados e cônjuges sobrevivos ou filhos menores (pensionistas).

No final do ano de 2013 os designados não activos eram 129, sendo 76 reformados, 52 pensionistas e 1 sinistrado.

5. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

5.1 CONTAS DO EXERCÍCIO

Os Rendimentos totalizaram um montante de cerca de 11,1 milhões de euros, superior ao contabilizado em 2012 em cerca de 1 milhão de euros. As vendas e prestação de serviços atingiram um valor maior que o exercício anterior em 0,8 milhões de euros, totalizando 4,8 milhões de euros.

Este aumento deriva essencialmente de um maior volume de vendas:

- Na área agrícola, mais 238 mil euros, em especial devido ao aumento de vendas de milho silagem;
- Na área vitivinícola, mais 269 mil euros, essencialmente resultante do aumento de vendas de vinho engarrafado e em bag-in-box;
- Na área pecuária, mais 39 mil euros, por efeito do aumento do número de cabeças de bovinos e de equinos vendidas;
- Na área florestal, mais 242 mil euros, em consequência essencialmente de uma maior tiragem de cortiça.

Em 2013 a produção de arroz teve uma ligeira quebra, menos 1%, registando 4.001 toneladas, com um total de vendas de € 1.120 mil, verificando-se, assim, uma redução de 4,7% face às vendas registadas em 2012, por efeito de deterioração do preço no mercado.

As vendas de milho foram de € 542 mil, superiores aos € 327 mil registados em 2012 (+66%), fruto de um aumento de área em produção (+103 hectares; +44%) e de um aumento da produtividade por hectare na ordem dos 25%, traduzindo-se num aumento da quantidade produzida em cerca de 80%, o que compensou largamente a quebra do preço de venda, que foi de cerca de 8%.
No sector de vinhos o volume de vendas situou-se nos € 1.063 mil, que compara com € 795 mil em 2012. Logo, cerca de mais 34% acima do montante registado no ano anterior.

As vendas de vinho engarrafado atingiram € 661 mil (€ 521 mil em 2012), registando um crescimento de 27%. As vendas de vinho em bag-in-box atingiram € 373 mil (€ 187 mil em 2012), registando um aumento de 99%. Este crescimento foi sustentado essencialmente no aumento do número de unidades vendidas, alavancado pelo aumento do preço médio de venda por litro em cerca de 2% nos vinhos engarrafados e de 5% no bag-in-box.

A produção de cortiça do ano 2013 foi de 26.730 @ de amadia, 651 @ de virgem e 8.910 @ de bocados. Foi vendida a totalidade da produção num total de € 637 mil, tendo a cortiça amadia obtido um preço de € 21,69 €/@, uma quebra de 11% em relação ao registado no ano anterior. A quebra de preço deve-se à menor

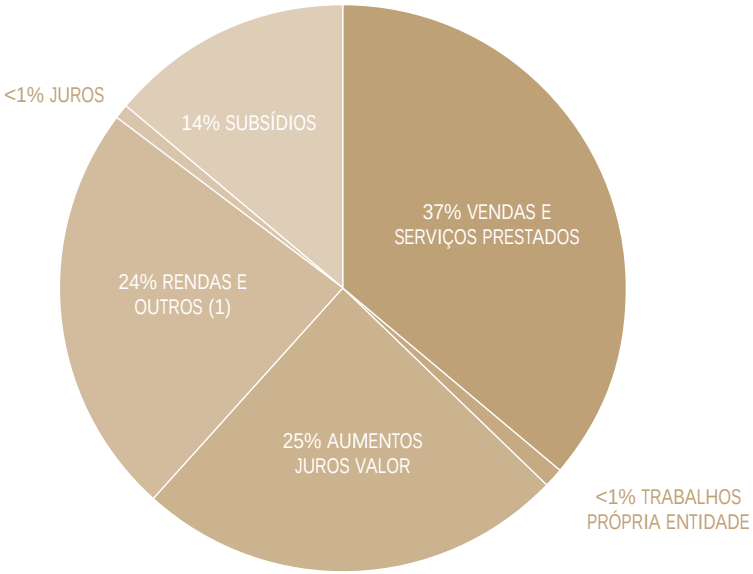
qualidade da cortiça tirada em 2013, resultante dum processo de avaliação entre o cliente, a CL e uma entidade independente (APFC – Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche).

Registou-se a venda de 876 "bovinos de carne" (825 animais em 2012), mais 6% do que os vendidos no ano anterior. O montante facturado foi de € 840 mil (€825 em 2012, verificando-se, assim, um aumento de 2%. Este crescimento foi sustentado pelo aumento do número de cabeças vendidas que compensou a quebra do preço médio de venda por cabeça em cerca de 4%.

A produção equina continua a revelar a estagnação no mercado. Contudo as vendas atingiram os € 52 mil Euros (15 animais). Em 2012 venderam-se apenas € 29 mil (5 animais). As vendas de 2013, por integração das Coudelarias da Fundação Alter Real desde o dia 2 de Agosto, incluem a comercialização de 3 animais ferro AR por € 17 mil.

As receitas provenientes da Caça foram de € 74 mil em 2013 que compara com € 87 mil registados em 2012. Inferior ao ano anterior, sublinhe-se a continuação da menor procura.

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

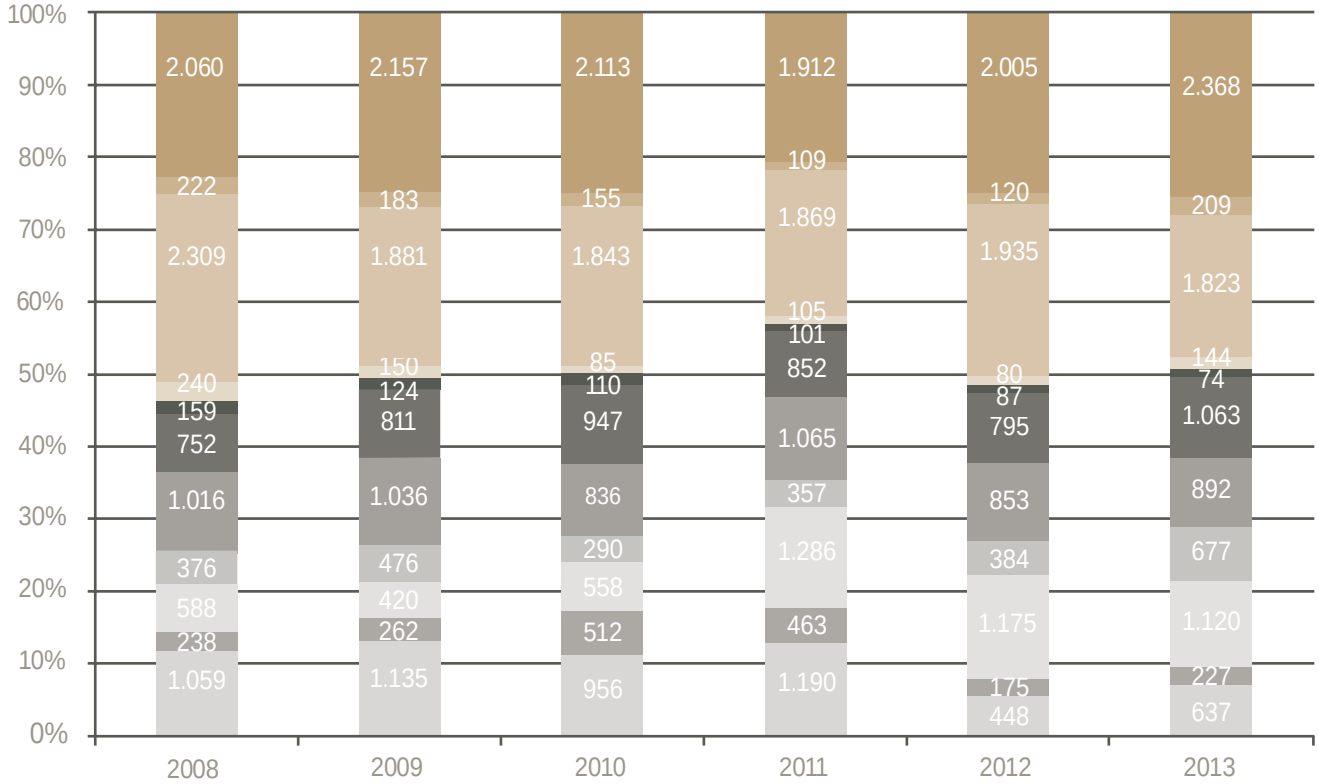


Na rubrica Serviços Prestados, para além dos valores atrás mencionados referentes à caça, registaram-se receitas de € 144 mil em 2013, cerca de mais 81% do que os € 80 mil registados em 2012. As actividades desenvolvidas pela Companhia contribuíram com € 46 mil e € 18 mil resultou da integração das Coudelarias da Fundação Alter Real desde o dia 2 de Agosto.

A rubrica "Variação da Produção" reduziu € 384 mil. Tal resultou essencialmente do diferencial das vendas.

Os outros rendimentos e ganhos registaram um aumento de € 316 mil, mais 12%. Este crescimento foi determinantemente influenciado pela política de ajustamento do valor das rendas, o qual representou um rendimento adicional de € 363 mil (+18%), em particular as relacionadas com contratos de arrendamento rural.

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos proveitos operacionais, evidenciando a evolução das vendas dos principais produtos da CL:



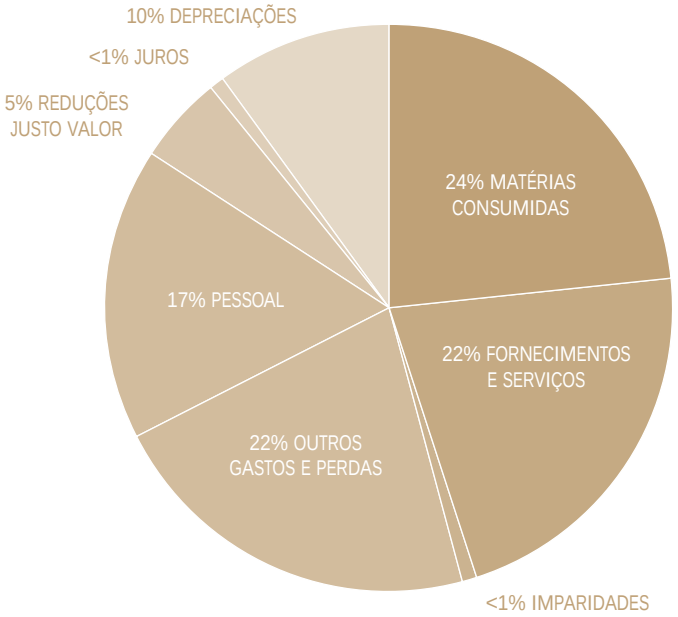
Evolução das Vendas por Produtos + Outros Rendimentos e Ganhos (€ mil)

CORTIÇA · OUTROS PROD FLORESTAIS · ARROZ · OUTROS PROD AGRÍCOLAS · PECUÁRIA · VINHO · CAÇA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS · SUBSÍDIOS · PROVEITOS SUPLEMENTARES · RENDAS

Os custos globais registados em 2013 atingiram o montante de 10,5 milhões de Euros, € 0,8 mil acima dos registados em 2012, com a estrutura que se regista no quadro que se segue:

ESTRUTURA DE GASTOS



• Face aos valores registados no exercício anterior, há que relevar que o valor dos custos das matérias consumidas registou um aumento de 15%. Houve necessidade de suportar alguns custos acrescidos com a condução de algumas culturas, o custo com a alimentação animal também registou algum aumento, o crescimento das vendas de vinhos implicou maior consumo de matérias-primas.

De referir que a integração das Coudelarias da Fundação Alter Real desde o dia 2 de Agosto representou um custo de € 71 mil, cerca de 2% do total.

• Os gastos com "Fornecimentos e Serviços Externos" sofreram um aumento de 9%, generalizado em todas as rubricas, embora nalgumas situações directamente relacionado com o aumento de produção, como é o caso da cortiça. De referir que a integração das Coudelarias da Fundação Alter Real desde o dia 2 de Agosto representou um custo de € 107 mil, cerca de 4% do total.

• Quanto aos "Gastos com o Pessoal", excluindo o efeito da redução das responsabilidades com reformas em € 363 mil, registou-se um aumento de € 346 mil (cerca de 16%) face aos contabilizados no exercício anterior. Cerca de € 280 mil correspondem à reposição dos subsídios de férias e de Natal, incluindo encargos patronais, não suportados em 2012. O restante está essencialmente relacionado com a integração das Coudelarias da Fundação Alter Real que desde o dia 2 de Agosto representou um custo de € 112 mil, cerca de 4% do total.

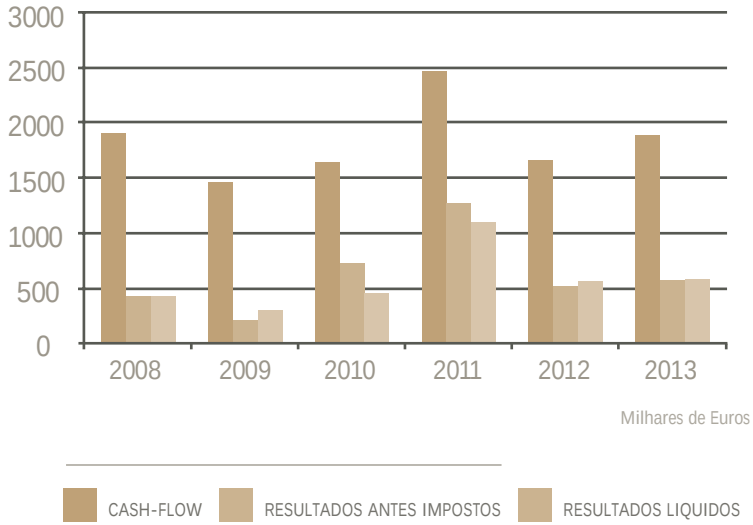
• Relativamente à rubrica "Outros gastos e perdas", temos que destacar algumas situações, designadamente a perda de reconhecimento dos

investimentos na pedreira de Catapereiro no valor de € 53 mil e de dois projectos imobiliários parados desde 2007 no valor de € 123 mil. Houve ainda que anular estimativas de subsídios à exploração dos anos 2009 a 2012 que já não temos expectativas de receber no montante total de € 123 mil. Por fim cabe ainda salientar a perda reconhecida em 2013 no valor de € 97 mil relacionada com o reconhecimento dos custos com férias e subsídios de férias do ano 2012, em consequência da publicação do Acórdão n.º 187/2013 do Tribunal Constitucional, que veio considerar como inconstitucionais as suspensões de subsídios de férias previstas nos artigos 29.º e 77.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano 2013

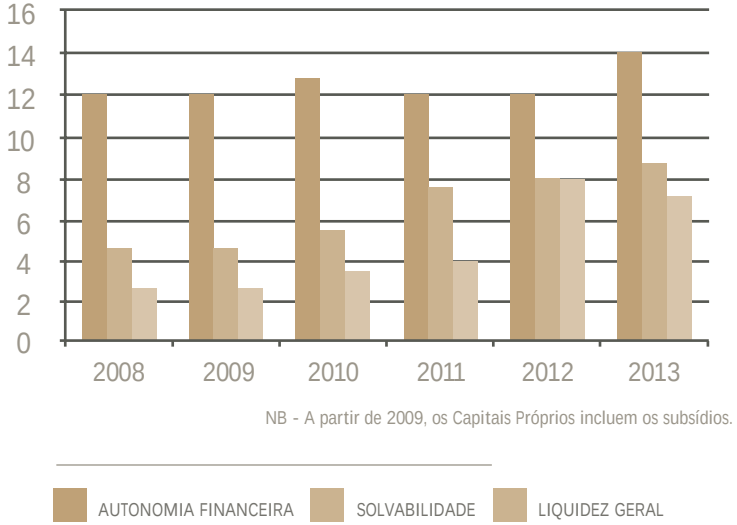
Em suma, os resultados antes de impostos sofreram um aumento de cerca de 13% em relação aos registados no exercício anterior. O desempenho global das actividades da Companhia das Lezírias amorteceram o efeito da integração das Coudelarias da Fundação Alter Real que a partir do dia 2 de Agosto de 2013 representaram um prejuízo de € 245 mil. Ou seja, se excluirmos este efeito, os resultados antes de impostos registaram um aumento de cerca de 49% em relação a 2012.

Os gráficos da página seguinte sintetizam a evolução de alguns indicadores de situação económica e financeira da CL:

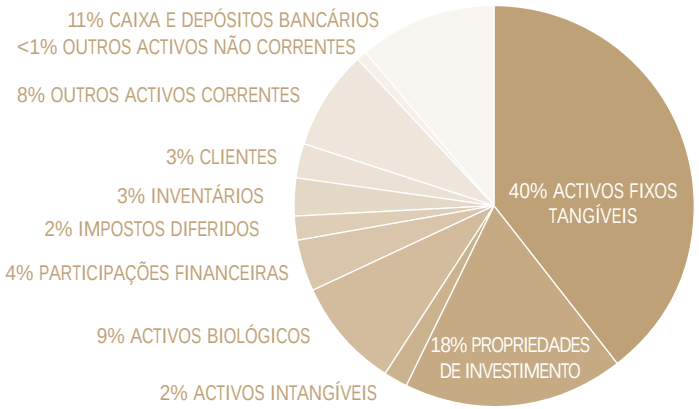
INDICADORES DE NATUREZA ECONÓMICA



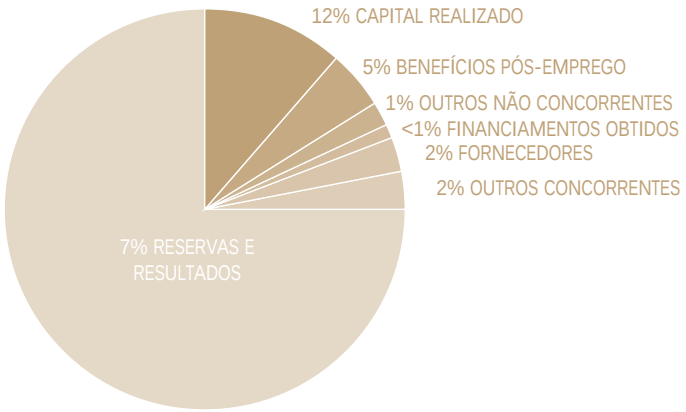
INDICADORES DE NATUREZA FINANCEIRA



ESTRUTURA DO ACTIVO



ESTRUTURA DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO



5.2 CONTROLO ORÇAMENTAL

O resultado alcançado neste ano ficou abaixo do orçamentado em € 205 mil, menos 24%. O efeito fiscal que previa um imposto de € 88 mil, verificou um desvio favorável de 106% resultado do Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento. O resultado antes de impostos estimado em € 961 mil, registou um desvio desfavorável de € 299 mil, menos 31%.

Cabe aqui salientar, tal como já referido na página anterior o efeito negativo da integração das Coudelarias da Fundação Alter Real. Se avaliarmos o resultado antes de impostos, expurgando este efeito, o desvio seria apenas de menos € 54 mil, ou seja, menos 6%.

As vendas registadas foram inferiores às estimativas em € 238 mil, menos 5% do que o previsto.

A área de produção agrícola registou vendas inferiores em 9%, no valor de € 238 mil.

A produção de arroz foi superior ao orçamentado em 4% registando mais 164 toneladas, o que atenuou o efeito da deterioração do preço de mercado, ficando o total de vendas em linha com o orçamentado.

Relativamente à cultura de milho foi previsto conduzi-la para a obtenção de milho para grão. Contudo a volatilidade do mercado deste cereal, que no início do verão registou quebras muito acentuadas de preço, levou a que se optasse por efectuar a mudança para silagem.

Assim, dos € 704 mil de vendas previstos realizar com o milho-grão, foi possível concretizar € 542 mil de milho silagem.

Ainda de referir que foi previsto realizar € 79 mil em vendas de azevém mas, devido às condicionantes climatéricas do inverno, estas não se concretizaram.

Na área de vinhos verificou-se um desvio de menos 2%, no valor de € 19 mil.

As vendas de vinho engarrafado ficaram aquém do estimado em € 170 mil, -20%, devido a menores quantidades vendidas.
Este desvio desfavorável foi compensado pelo crescimento das vendas de vinho em bag-in-box, que superaram as estimativas em € 141 mil, +61%. Este aumento está relacionado com um maior número de unidades vendidas por se ter registado um preço médio de venda por litro superior em cerca de 2,5%.

Os produtos florestais registaram vendas de menos 3% do que orçamentado, no montante de menos € 28 mil.

Este desvio foi essencialmente motivado por um menor volume de vendas (€ -41 mil, -41%) de pinhas mansas do que o previsto.

As vendas de cortiça também ficaram abaixo do estimado em € 13 mil devido à redução do preço de venda da cortiça amadia em 1%. Esta quebra foi atenuada por um maior volume de vendas de madeira e lenha de pinho bravo, mais € 9 mil, e de lenha de sobro, mais € 17 mil.
Relativamente aos produtos pecuários, as vendas ficaram em linha com o orçamento.

Os bovinos de carne registaram vendas superiores ao estimado em € 6 mil, verificando-se uma venda de mais 16 cabeças, embora o preço médio de venda por cabeça tenha registado uma redução de 1%.

Relativamente aos equinos, venderam-se menos 10 cabeças, o que se traduziu em vendas inferiores ao previsto em € 8 mil.

Os serviços prestados foram inferiores ao orçamentado em € 38 mil, menos 15% do que o previsto.

Apesar de se revistar um aumento global nos serviços prestados pela actividade de agro-turismo, as elevadas expectativas colocadas na nova actividade do EVOA, ficaram muito aquém do orçamentado, registando um valor inferior ao estimado de menos € 77 mil, cerca de 89%.

A rubrica "Variação da Produção" registou uma diferença positiva de € 312 mil. Tal resultou essencialmente do diferencial negativo das vendas.
O custo das matérias consumidas foi superior ao orçamentado em € 181 mil, mais 7%. Ajustando esta rubrica dos já referidos efeitos da integração das Coudelarias de Alter e Nacional no montante de € 71 mil, resulta um aumento de gastos de € 110 mil, ou seja, mais 4%. Tal foi consequência de diversos efeitos cruzados, dos quais se salienta o necessário incremento no consumo de matérias-primas associadas ao aumento de vendas de vinhos.

Os fornecimentos e serviços externos ficaram em linha com o orçamentado. Embora também aqui, os efeitos da integração das Coudelarias de Alter e Nacional se tenham feito sentir no valor de € 107 mil. Sem tal aumento de custos, em relação ao estimado, teríamos ficado abaixo em 4%.

Quanto aos gastos com pessoal os efeitos comparativos têm maior número de variáveis. O valor real registado, quando comparado com o orçamento, foi influenciado por i. Mais € 112 mil da integração das Coudelarias de Alter e Nacional; ii. Menos € 346 mil da redução de responsabilidades com os benefícios pós-emprego, e iii. Cerca de € 140 mil da reposição do subsídio de férias. Efectuando o ajustando destes efeitos mais relevantes, teríamos ficado em linha com o estimado.

Cabe ainda aqui sublinhar o referido no ponto 5.1 relativamente à rubrica "Outros gastos e perdas". Os efeitos referidos tiveram um efeito conjugado negativo no resultado estimado em cerca de € 396 mil.

6. DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS **ORIENTAÇÕES LEGAIS**

6.1 OBJECTIVOS DE GESTÃO

Previsto no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro:

Objectivos	Fonte/Fórmula de cálculo	Meta	Resultado	Observações
Racionalização e redução de custos	(FSE + Gastos com Pessoal) / Volume de Negócios	Valor ano n < valor ano n-1	-13,8%	Cumprido
Consolidação financeira	Dívida anual a Fornecedores	< 15% Volume de Negócios	13,8%	Cumprido
Potenciar níveis de produtividade	EBIT / Nº total de Trabalhadores	Valor ano n > valor ano n-1	+12,2%	Cumprido
Remuneração do capital accionista	Resultado Líquido / Capital Próprio	Valor ano n > valor ano n-1	+6,9%	Cumprido
Receitas do turismo	Turismo + EVOA + Cinegética (*)	Valor ano 2013 > 300.000 €	204.689 €	Não Cumprido
Reforço do arrendamento de terras	Rendas totais (ano n) / Rendas totais (ano n-1)	Variação 2013/2012 ≥ 11,5%	+18,1%	Cumprido
Receita da Venda de Vinhos e Derivados	Vendas de Vinhos e Derivados / Vendas Totais	Valor ano n > valor ano n-1	+11,0%	Cumprido

6.2 GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO E ENDIVIDAMENTO

Nos termos do Despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de Janeiro e do Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de Abril:

Anos	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos Financeiros (€)	2.655	1.173	19.289	24.995	0
Taxa Média de Financiamento (%)	-	-	-	-	-

Passivo Remunerado (€)	2012	2013	Variação absoluta	Variação %	2013
Passivo não corrente	3.152.831	2.707.208	-445.623	-14,1%	0
Financiamentos obtidos	0	0	0		-
Passivo corrente	1.473.906	1.575.946	102.040	6,9%	2.655
Financiamentos obtidos	0	0	0		2.655
Total Passivo Remunerado	**0**	**0**	**0**		**2.655**

6.3 PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS

Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de Fevereiro, alterada pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril e definições do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de Maio:

PMP (dias)	2013				2012				Variação (%) 4.º T 2013 / 4.º T 2012
	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	1.º T	2.º T	3.º T	4.º T	
Prazo	27	23	22	22	32	33	31	30	-28%

Dívidas Vencidas (€)	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do DL 65-A/2011			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	388.089				
Aquisição de Bens de Capital	135.146				
Total	**523.235**	**0**	**0**	**0**	**0**

6.4 RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA NA APROVAÇÃO DAS CONTAS DE 2012

Na aprovação das contas não foram efectuadas quaisquer recomendações pelo accionista.

6.5 REMUNERAÇÕES

6.5.1 MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Estatuto Remune-ratório Fixado (€)	Remuneração Anual (€)				Encargos Patronais (€)	Seguro de Acidentes de Trabalho (€)	Custo Total (€)
				Bruta	Reduções		Bruta após reduções			
					Lei 12-A/2010	Lei 66-B/2012				
2012 - 2014	Presidente	Alexandre Brito	620,00				0,00			0,00
2012 - 2014	Presidente	Armando Pinto	620,00				0,00			0,00
2012 - 2014	Secretário	Sara Pereira	330,00	330,00	-16,50	-26,99	286,51	99,56	4,69	390,76
			1.570,00	330,00	-16,50	-26,99	286,51	99,56	4,69	390,76

6.5.2 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Prémios de gestão

Aos membros do Conselho de Administração não foram definidos nem atribuídos quaisquer prémios de gestão, nos termos do artigo 37.º da Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Resolução	Data
2012 - 2014	Presidente	António Saraiva	Assembleia Geral	28-02-2012
2012 - 2014	Vogal	Diogo Faria	Assembleia Geral	28-02-2012
2012 - 2014	Vogal	João Caldeira	Assembleia Geral	28-02-2012

Nome	Estatuto do Gestor Público				
	Fixado	Classificação	Vencimento (€)	Despesas Representação (€)	Data
António Saraiva	Sim	C	4.578,20	1.831,28	28-02-2012
Diogo Faria	Sim	C	3.662,56	1.465,02	28-02-2012
João Caldeira	Sim	C	3.662,56	1.465,02	28-02-2012

Nome	Remuneração Anual (€)				Bruta após reduções (€)
	Remuneração		Reduções		
	Variável	Fixa	Lei 12-A/2010	Lei 66-B/2012	
António Saraiva	n.a.	86.070,16	-4.303,51	-8.176,73	73.589,92
Diogo Faria	n.a.	68.856,08	-3.442,80	-6.541,22	58.872,06
João Caldeira	n.a.	68.856,08	-3.442,80	-6.541,22	58.872,06
Total	**n.a.**	**223.782,32**	**–11.189,11**	**–21.259,17**	**191.334,04**

Nome	Subsidio Refeição	Benefícios Sociais						
		Regime de Protecção Social		Seguro Saúde	Seguro Vida	Seguro Acidentes Pessoais	Outros	
		Identificação	Valor (€)				Identificação	Valor
António Saraiva	n.a.	Seg. .Social	18.143,04	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diogo Faria	n.a.	Seg. .Social	15.032,25	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	n.a.	Seg. .Social	14.550,20	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Total	**n.a.**		**47.725,49**	**n.a.**	**n.a.**	**n.a.**	**n.a.**	**n.a.**

Acumulação de Funções

Nas entidades em que são exercidas funções em regime de acumulação com o cargo de administrador da Companhia da Lezírias, conforme divulgado no Relatório de Governo Societário, não são auferidas quaisquer quantias.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
António Saraiva	80,00	368,95	
Diogo Faria	80,00	960,00	
João Caldeira	80,00	365,49	

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade	Ano Início	Ano Termo	N.º Prestações	Valor da Renda Mensal (€)	Valor Anual (€)
António Saraiva	Sim	Sim	n.a.	Renting	2009	2013	48	859,38	12.810,00
Diogo Faria	Sim	Sim		Aquisição	2007	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	Sim	Sim	n.a.	Renting	2009	2013	48	766,74	12.039,03

Nota: As viaturas foram entregues em 29/02/2012 com os seguintes km's: 123.344, 323.523 e 62.221 respectivamente.

Nome	Gastos Anuais associados às Viaturas (€)					Observações
	Plafond Mensal Definido	Combustíveis	Portagens	Reparações	Seguro	
António Saraiva	391,44	3.107,74	1.193,26	1.426,90	0,00	
Diogo Faria	313,15	3.757,80	0,00	3.014,81	907,14	
João Caldeira	313,15	3.423,56	334,24	462,14	0,00	

Nome	Gastos Anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					
	Deslocações em Serviço	Custos com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		Gasto total com viagens
				Identificar	Valor	
António Saraiva	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Diogo Faria	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
João Caldeira	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

6.5.3 FISCALIZAÇÃO

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Identificação SROC / ROC		Designação		Remuneração (€)		N.º de Mandatos exercidos na sociedade
		Nome	Número	Resolução	Data	Limite Fixado	Contratado	
2012 - 2014	Revisor Oficial de Contas	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	103421	Assembleia Geral	28-02-2012	15.360,00	15.360,00	1
2012 - 2014	Revisor Oficial de Contas	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	1034320	Assembleia Geral	28-02-2012	n.a.	n.a.	--

Nome	Remuneração (€)			
	Bruta	Reduções		Bruto pago
		Lei 12-A/2010	Lei 66-B/2012	
Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	15.360,00	n.a.	-1.560,00	13.800,00

6.5.4 AUDITOR EXTERNO

A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, auditor externo.

6.5.5 RESTANTES TRABALHADORES

A todos os trabalhadores da Companhia das Lezírias foram aplicadas as reduções remuneratórias em conformidade com o artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

6.6 ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

6.6.1 CARTÕES DE CRÉDITO

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não se encontra atribuída a utilização de cartões de crédito ou de qualquer outro instrumento de pagamento, tendo como objecto a realização de despesas ao serviço da empresa.

6.6.2 DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

Aos membros do Conselho de Administração da Companhia das Lezírias não foram reembolsadas quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

6.7 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

6.7.1 CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Companhia das Lezírias, atendendo à natureza das suas actividades, comprovadamente com carácter industrial ou comercial, não se enquadra no tipo de entidades abrangidas pela legislação da contratação pública.

6.7.2 PROCEDIMENTOS INTERNOS PARA A CONTRATAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

6.7.3 CONTRATOS E OUTROS ACTOS COM VALOR SUPERIOR A 5M €

A Companhia das Lezírias não realizou quaisquer contratos ou outros actos de

valor superior a 5.000.000,00 €, sujeito a visto prévio do Tribunal de Contas (artigo 47.º da LOPTC).

6.8 SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO

Não aplicável.

6.9 MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS

O aumento de actividade induziu o acréscimo de aquisição de factores de produção (bens e serviços), bem como haverá que ter em conta o impacto negativo nas contas da absorção a partir de 2 de Agosto de 2013 de actividades da extinta Fundação Alter Real, conforme explicitado na análise às contas.

De salientar a redução do número de trabalhadores, de 2011 para 2013, de 99 para 91.

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Variação 2013/2010		Cumprimento
						Absoluta	%	Identificar (S/N)
CMVMC (€)	2.563.249	2.729.871	2.529.571	2.565.931	2.940.959	211.089	7,73	
FSE (€)	2.634.400	2.431.888	2.689.786	2.543.586	2.764.404	332.516	13,67	
Deslocações / Estadas (€)	27.801	30.458	29.198	27.747	28.893	-1.565	-5,14	S
Ajudas de custo (€)	1.783	1.963	1.302	2.315	1.411	-553	-28,14	S
Comunicações (€)	26.625	24.939	23.794	23.538	30.375	5.436	21,80	S
Total	**5.197.649**	**5.161.758**	**5.219.357**	**5.109.517**	**5.705.363**	**543.605**	**10,53**	**S**
Volume de Negócios (€)	4.412.746	4.294.090	5.417.148	3.996.162	4.834.989	540.899	12,60	
Peso dos Gastos no VN (%)	117,79	120,21	96,35	127,86	118,00			

Quadros de Pessoal	2010	2011	2012	2013
Número de RH sem Órgãos Sociais	96	99	94	91
Número de cargos dirigentes sem O.S.				
Número de Órgãos Sociais	3	3	3	3
Gastos Totais com Pessoal (€)	**2.223.716**	**2.089.318**	**1.980.767**	**2.331.133**
Gastos com Órgãos Sociais (€) (1)	150.938	135.428	178.873	242.089
Gastos com Dirigentes (€)				
Gastos com RH sem O.S. e sem Dirigentes (€)	2.072.778	1.953.890	1.801.894	2.089.044
Rescisões / Indemnizações (€)	5.359	3.266	4.884	15.365

(1) Em 2010 e 2011 um dos administradores era pago através de factura apresentada pela empresa de origem, no montante de 107.045,50 € e 78.220,25 €, respectivamente. Estes valores não estão adicionados no quadro, por serem contabilizados em fornecimentos e serviços externos.

6.10 PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO

A Companhia das Lezírias cumpre com o princípio da Unidade de Tesouraria do Estado.

6.11 AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS

A Companhia das Lezírias não foi objecto de qualquer auditoria realizada pelo Tribunal de Contas, nem foi objecto de qualquer tipo de recomendação.

6.12 INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SITE DO SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Identificação dos Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos			x	
Transacções Relevantes com entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transacções	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e actual	x			
Esforço Financeiro do Estado			x	

6.13 SISTEMATIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Informação a constar no Site do SEE (cont.)	Divulgação			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão / Planos de Actividades e Orçamento:					
Racionalização e redução de Custos	x			-13,8%	Ver ponto 6.1
Consolidação Financeira	x			+13,8%	Ver ponto 6.1
Potenciar níveis de Produtividade	x			+12,2%	Ver ponto 6.1
Remuneração do capital accionista	x			+6,9%	Ver ponto 6.1
Receitas do Turismo	x			+33.141 €	Ver ponto 6.1
Reforço do Arrendamento de Terras	x			+18,1%	Ver ponto 6.1
Gestão do Risco Financeiro			x		Ver ponto 6.2
Limites de Crescimento do Endividamento	x				Ver ponto 6.2
Evolução do PMP a fornecedores	x			-8 dias	Ver ponto 6.3
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				Ver ponto 6.3
Deveres Especiais de Informação			x		
Recomendações do accionista na aprovação de contas:			x		Ver ponto 6.4
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	x				Ver ponto 6.5.2
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	x			21.286,16 €	Ver pontos 6.5.1 e 6.5.2
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010	x			11.205,61 €	Ver pontos 6.5.1 e 6.5.2
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 75.º da Lei 62-B/2012			x		Ver ponto 6.5.4

Informação a constar no Site do SEE (cont.)	Divulgação			Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório
	S	N	N.A.		
Remunerações (continuação):					
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	x			75.489,73 €	Ver ponto 6.5.5
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35.º da Lei 66-B/2012	x				
Artigo 32.º do EGP					
Utilização de cartões de crédito	x				Ver ponto 6.6.1
Reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ver ponto 6.6.2
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa			x		Ver ponto 6.7.1
Aplicação das Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		Ver ponto 6.7.3
Auditorias do Tribunal de Contas					
Recomendação 1			x		Ver ponto 6.11
Recomendação 2			x		Ver ponto 6.11
Etc.			x		Ver ponto 6.11
Parque Automóvel			x	0%	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64.º da Lei 66-B/2012)	x				Ver ponto 6.9
Redução de Trabalhadores (artigo 63.º da Lei 66-B/2012)					
N.º de Trabalhadores	x			-3 ; -3,2%	Ver ponto 6.9
N.º de Cargos Dirigentes			x		Ver ponto 6.9
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124.º da Lei 66-B/2012)	x			95,4%	Ver ponto 6.10

6.14 GRELHA REFERENTE À PRÁTICA DA BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA

	Relatório de Governo Societário	Divulgação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
I.	**Missão, Objectivos e Politicas**						
1.	Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa.	x		x		85	
2.	Políticas e linhas de acção desencadeadas no âmbito da estratégia definida	x		x		85	
3.	Indicação dos objectivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correcção aplicadas ou a aplicar.	x		x		85	
4.	Indicação dos factores chave de que dependem os resultados da empresa.	x		x		85	
II.	**Estrutura de Capital**						
1.	Estrutura de capital	x		x		85	
2.	Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das acções.	x		x		85	
3.	Acordos parassociais.	x		x		85	
III	**Participações Sociais e Obrigações detidas**						
1.	Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou colectivas (Empresa) que, directa ou indirectamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos.	x		x		86	
2.	A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional.	x		x		86	
3.	A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades.	x		x		86	
4.	Indicação sobre o número de acções e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		86	
5.	Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade.	x		x		86	
6.	Identificação dos mecanismos adoptados para prevenir a existência de conflitos de interesses.	x		x		86	

Relatório de Governo Societário		Divulgação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
IV	**Órgãos Sociais e Comissões**						
A.	**Mesa da Assembleia Geral**						
1.	Composição da mesa AG, mandato e remuneração.	x		x		86	
2.	Identificação das deliberações accionistas.	x		x		86	
B.	**Administração e Supervisão**						
1.	Modelo de governo adoptado	x		x		87	
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros.	x		x		87	
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efectivos.	x		x		87	
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS.	x		x		87	
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.	x		x		87	
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com accionista a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.	x		x		89	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais.	x		x		89	
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.	x		x		89	
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão.	x		x		90	
C.	**Fiscalização**						
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adoptado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efectivos e suplentes.	x		x		90	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização		x		x	--	

	Relatório de Governo Societário (cont.)	Divulgação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
C.	**Fiscalização (continuação)**						
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros.		x		x	--	
4.	Funcionamento da fiscalização.		x		x	--	
D.	**Revisor Oficial de Contas**						
1.	Identificação do ROC, SROC.	x		x		90	
2.	Indicação das limitações, legais.	x		x		90	
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo.	x		x		90	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade.	x		x		90	
E.	**Auditor Externo**						
1.	Identificação.	x		x		91	
2.	Política e periodicidade da rotação.		x		x	--	
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados.		x		x	--	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga.		x		x	--	
V.	**Organização Interna**						
A.	**Estatutos e Comunicações**						
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	x		x		91	
2.	Comunicação de irregularidades.	x		x		91	
3.	Indicação das políticas anti-fraude.	x		x		91	
B.	**Controlo interno e gestão de riscos**						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI).	x		x		92	
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI.	x		x		92	
3.	Principais medidas adoptadas na política de risco.	x		x		92	

	Relatório de Governo Societário	Divulgação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
B.	**Controlo interno e gestão de riscos (continuação)**						
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional.	x		x		92	
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.	x		x		92	
6.	Identificação principais tipos de riscos.	x		x		92	
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos.	x		x		92	
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade.	x		x		93	
C.	**Regulamentos e Códigos**						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos.	x		x		93	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética.	x		x		93	
D.	**Sítio de Internet**						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada.	x		x		93	
VI	**Remunerações**						
A.	**Competência para a Determinação**						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração.	x		x		93	
B.	**Comissão de Fixação de Remunera.**						
	Composição.	x		x		93	
C.	**Estrutura das Remunerações**						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização.	x		x		93	
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada.	x		x		93	
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição.	x		x		93	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável.	x		x		93	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		93	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		93	

	Relatório de Governo Societário	Divulgação		Divulgação		Página	Observações
		S	N	S	N		
D.	**Divulgação das Remunerações**						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida.	x		x		94	
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.	x		x		94	
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios.	x		x		94	
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos.	x		x		94	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade.	x		x		94	
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral.	x		x		94	
VII	**Transacções com partes Relacionadas e Outras**						
1.	Mecanismos implementados para controlo de transacções com partes relacionadas.	x		x		94	
2.	Informação sobre outras transacções.	x		x		95	
VIII	**Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental**						
1.	Estratégias adoptadas e grau de cumprimento das metas fixadas.	x		x		96	
2.	Políticas prosseguidas.					--	
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:					--	
	a) Responsabilidade social	x		x		--	
	b) Responsabilidade ambiental	x		x		--	
	c) Responsabilidade económica.	x		x		--	
IX	**Avaliação do Governo Societário**						
1.	Cumprimento das Recomendações	x		x		96	
2.	Outras informações	x		x		--	
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio.	x		x		--	
6.	Regimes complementares de pensões.	x		x		--	

7. PERSPECTIVAS **FUTURAS**

A Companhia das Lezírias continuará a ser uma referência no sector agrícola, pecuário e florestal, potenciando assim as capacidades e a motivação dos seus colaboradores, parceiros e autoridades regionais.

Apesar do contexto macroeconómico difícil dos últimos anos, o desempenho financeiro tem demonstrado um nível de resiliência notável em função do equilíbrio das opções agrícolas, a sensatez da gestão florestal, a rentabilidade do activo solo agrícola em regime de arrendamento, a gestão profissional e eficaz das ajudas agrícolas e uma cultura frugal no que respeita à gestão dos custos. É nosso compromisso e das nossas equipas, a manutenção dos motivos do nosso sucesso.

Aguarda-se, com expectativa, as definições finais sobre o novo Quadro Comunitário de Apoio (2015 – 2020), as quais irão, com certeza, produzir impactos nos resultados da Companhia das Lezírias.

Continuará a ser prosseguida uma política de aumentos de produtividade, de melhoria sustentada na qualidade dos produtos produzidos pela Companhia, observando as melhores práticas agrícolas e ambientais, bem como de preocupação permanente no relacionamento com os actuais e futuros clientes e fornecedores da Companhia das Lezírias.

Realça-se igualmente a preocupação com a necessidade de manter os excelentes níveis de relacionamento com o vasto network constituído pelos rendeiros da Companhia.

Salienta-se também a excelente relação com as instituições financeiras.
Mantém-se como objectivo importante o bom relacionamento com as Autarquias Locais, Juntas de Freguesia, Associações de Agricultores e outras partes interessadas.

Continuará a ter a Companhia das Lezírias, as preocupações habituais de preservação do seu vasto património fundiário e imobiliário.

Um facto novo, já salientado no Relatório, e com influência directa e negativa nos resultados, foi a transferência de parte das atribuições da extinta Fundação Alter Real para a Companhia das Lezírias, definida pelo Decreto-Lei nº. 109/2013, de 01 de Agosto de 2013. Apesar dos processos de reestruturação profunda já implementados e em curso, a integração das actividades coudélicas e turísticas da Fundação Alter Real na Companhia das Lezírias, irá reduzir o lucro líquido anual da Companhia, em montantes que se procurará que sejam os menores possíveis.

Mesmo assim, prevê o Conselho de Administração que o resultado líquido da Companhia registe um acréscimo de 2013 para 2014, conforme inscrito no orçamento para 2014, oportunamente apresentado ao accionista Parpública, Participações Públicas (SGPS), S.A..

8. PROPOSTA DE APLICAÇÃO **DE RESULTADOS**

O resultado líquido apurado no período foi de 667.945,81 Euros (seiscentos e sessenta e sete mil novecentos e quarenta e cinco euros e oitenta e um cêntimos).

Os incrementos decorrentes da aplicação do justo valor registados no período foram de 545.173,40 Euros.

Em face do resultado obtido, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo em consideração o disposto no artigo 32.º do Código das Sociedades Comerciais e considerando o disposto nos artigos 294.º e 295.º do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 21.º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe, para aprovação pela Assembleia Geral, a seguinte aplicação do Resultado do Líquido do Período de 2013:

Reservas livres
545.000,00 Euros

Dividendos
122.000,00 Euros

Resultados Transitados
945,81 Euros

9. CONSIDERAÇÕES **FINAIS**

Os resultados obtidos, num ano adverso, só foram possíveis graças ao empenho dos trabalhadores e colaboradores da CL, que foram inexcedíveis em dedicação e empenho. A todos eles o nosso agradecimento muito especial.

Uma palavra igualmente muito especial de agradecimento ao nosso Accionista Parpública (SGPS), S.A. e ao Ministério da Agricultura e do Mar, pelo apoio sempre prestado no desenrolar da actividade da CL.

Um agradecimento também é devido a todas as Instituições com as quais mantemos relações no desenrolar da nossa actividade.

Estamos ainda reconhecidos às Autarquias Locais – Câmara Municipal de Benavente, Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos e Junta de Freguesia de Samora Correia – por toda a colaboração prestada e todo o bom relacionamento institucional.

Aos nossos clientes e fornecedores, bancos, seguradoras e outros parceiros de negócio manifestamos o nosso apreço pelo bom relacionamento existente.

Ao nosso Revisor Oficial de Contas – Dr. José Carlos Nogueira Faria Matos agradecemos o empenho e a competência com que acompanhou a gestão da CL, durante o ano de 2013.

Samora Correia, 24 de Março de 2014

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Miguel Semedo Pimentel Saraiva
(Presidente)

Diogo Supico de Faria e Silva
(Vogal)

João Carlos Caldeira Gonçalves
(Vogal)

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO 2013

ÍNDICE

I. Missão, Objectivos e Políticas 85

II. Estrutura de capital 85

III. Participações Sociais e Obrigações detidas 86

IV. Órgãos Sociais e Comissões 86

A. Mesa da Assembleia Geral 86

B. Administração e Supervisão 87

C. Fiscalização 90

D. Revisor Oficial de Contas (ROC) 90

E. Auditor Externo 91

V. Organização Interna 91

A. Estatutos e Comunicações 91

B. Controlo interno e gestão de riscos 92

C. Regulamentos e Códigos D. Sítio de Internet 93

D. Sítio de Internet 93

VI. Remunerações 93

A. Competência para a determinação 93

B. Comissão de Fixação de Remunerações 93

C. Estrutura das Remunerações 93

D. Divulgação das Remunerações 94

VII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras 94

VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental 96

IX. Avaliação do Governo Societário 96

RELATÓRIO DE
GOVERNO SOCIETÁRIO

I. MISSÃO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

1. A Companhia das Lezírias (CL) na sua qualidade de maior empresa agrícola portuguesa tem como missão fundamental a gestão rentável e eficiente do seu património agrícola e ambiental, no respeito pela biodiversidade e pelos valores do ambiente;

2. Temos, portanto, como objectivos principais, a criação sustentada de valor para todos os stakeholders envolvidos, bem como a manutenção e desenvolvimento de uma área de preservação ambiental de grande relevância no contexto nacional;

3. Foi estabelecido pelo actual Conselho de Administração como objectivo para o triénio 2012/2014 uma subida sustentada do resultado líquido sempre tendo em atenção a valorização e preservação do meio ambiente. Conforme se poderá constatar pela leitura do relatório do Conselho de Administração, tal desiderato está a ser atingido;

4. Definição clara dos objectivos estratégicos a atingir, designadamente nas áreas de negócio já em curso, bem como em novas áreas a desenvolver.
Correcta adequação dos recursos humanos em qualidade e quantidade ao desenvolvimento da actividade da empresa. Gestão financeira adequada para o suporte harmonioso das diversas actividades operacionais.

Equilibrada interacção com fornecedores, clientes, prestadores de serviços, bancos, rendeiros, Autoridades Políticas Nacionais e Locais e forças vivas da região.

II. ESTRUTURA DE CAPITAL

1. O capital social da Companhia das Lezírias é constituído por 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de 5,00 (cinco euros) cada e encontra-se integralmente subscrito e realizado.

É detido na sua totalidade (100%) pela Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

2. Não aplicável;

3. Não aplicável.

III. Participações Sociais e Obrigações detidas

1. Ver ponto II;

2. Não aplicável;

3. Não aplicável;

4. Não aplicável;

5. Não aplicável;

6. Não existem quaisquer conflitos de interesses que envolvam os órgãos sociais da CL.

IV. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

A. Mesa da Assembleia Geral
1. Composição da mesa da assembleia geral ao longo do ano.

O presidente da mesa eleito para o mandato 2012 a 2014, Alexandre Nuno Vaz Baptista de Vieira e Brito, apresentou o pedido de renúncia ao cargo por incompatibilidade de acumulação de funções, sendo substituído na assembleia realizada no dia 12/04/2013 por Armando José Cordeiro Sevinate Pinto para terminar o mandato em curso.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Senha de presença Fixada	Bruto pago
2012 - 2014	Presidente	Alexandre Brito	620,00	0,00
2012 - 2014	Presidente	Armando Pinto	620,00	0,00
2012 - 2014	Secretário	Sara Pereira	330,00	286,51

2. Não aplicável.

B. Administração e Supervisão

1. A Companhia das Lezírias tem como modelo de governo societário um Conselho de Administração;

2. Os membros do Conselho de Administração exercem as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação.

Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substitui-los;

3. O Conselho de Administração é composto por um presidente e dois vogais.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da actual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012 - 2014	Presidente	António Saraiva	Administrador	1	
2012 - 2014	Vogal	Diogo Faria	Administrador	1	
2012 - 2014	Vogal	João Caldeira	Administrador	1	

4. Todos os membros do Conselho de Administração desempenham funções executivas, a tempo integral;

5. Elementos curriculares de cada um dos membros do Conselho de Administração:

Presidente: Eng. António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Licenciado em Agronomia, na especialidade de agropecuária, pelo Instituto Superior de Agronomia, UTL – Lisboa; Graduou-se em Excelência da Marketing e Vendas pelo INSEAD (Fontainebleu), em França; completou o Agribusiness Seminar pela Harvard Business School (Boston), nos EUA; fez diversas formações em liderança das quais se destaca a conclusão do Leadership Development Program pelo Centre for Creative Leadership (Greensboro), dos EUA; formou-se em Product Management pela Bradford University (Bradford), no Reino Unido.

Foi responsável de Supply Chain na Syngenta Iberia em Madrid (desde 2008). Foi Director Geral da Syngenta C.P., Lda. em Portugal entre 2000 e 2008. Teve uma carreira de Marketing e Vendas na Zeneca Agro em Portugal e Espanha nas áreas da Gestão de Produto, Direcção de Vendas, Direcção de Marketing (Madrid) e Direcção Comercial.

Foi Presidente da Direcção da Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas (ANIPLA) entre 2001 e 2009. Foi Presidente da Direcção e fundador do Sistema Integrado de Gestão dos Resíduos em Agricultura (SIGERU) de 2004 a 2009, que gere os resíduos de embalagens vazias de fitofármacos (VALORFITO). Foi membro da Direcção do Centro de Informação de Biotecnologia (CiB).

Vogal: Dr. Diogo Supico de Faria e Silva
Licenciado em Gestão de Empresas – Instituto Superior de Economia de Lisboa – Universidade Técnica de Lisboa – 1970/1975
Fez diversas formações complementares em direcção geral, marketing, direcção financeira, fiscalidade, análise de projectos de investimento e análise de mercados financeiros.

Carreira Profissional:

1976/1984	Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI), Técnico da Direcção de Acções Colectivas
1984/1985	Crédit Lyonnais Portugal, Adjunto da Direcção Comercial
1985/1986	Engil Imobiliária, Lda., Director Financeiro e Administrativo
1986	Grupo IPE-Investimentos e Participações Empresariais, SA, Responsável pelo acompanhamento e controle de várias empresas do Grupo.
1989/1990	Soginpar – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliários, SA., Director Geral
1990/1995	Sulpedip, SA, actual PME Investimentos, Administrador
1995/1998	Soset, SA, Sociedade de Desenvolvimento Regional de Setúbal, Administrador
1995/1996	SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador
1996/2000	IPE Holding, Lançamento da área internacional do Grupo, designadamente nos PALOP, tendo sido Administrador de várias empresas participadas
2000/2002	SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Administrador
2002/2010	SPE, SA, Sociedade Portuguesa de Empreendimentos, Presidente do Conselho de Administração
Nov 2002/Jan 2003	EPAL, Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., Administrador
2000/2010	Câmara de Comércio e Indústria Portugal/Angola, Membro da Direcção Executiva
Nov 2010/Out 2011	Guedol, Engenharia, SA, Administrador
Fev 2012	Companhia das Lezírias, SA, Administrador

Vogal: Dr. João Carlos Caldeira Gonçalves
Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e com Pós-Graduação em Gestão pela mesma Universidade.
Exerceu funções de Direcção Financeira e de Administração em empresas internacionais nas indústrias dos sistemas de informação, produtos de grande consumo e telecomunicações.

Exerceu funções nas áreas de Controlo de Gestão e Direcção Financeira no grupo Olivetti, em Portugal e em Espanha. Teve responsabilidades regionais (Ibérica e posteriormente França e Benelux) enquanto quadro financeiro de topo na estrutura europeia da Reckitt Benckiser.
Foi Director Financeiro na Vodafone Portugal e mais tarde Director de Gestão de Risco com responsabilidade sobre as áreas de Segurança da Informação, Gestão de Crédito e Fraude. Nos últimos dois anos exerceu funções como consultor de empresas na esfera da optimização de custos e melhoria da eficiência operacional.

6. Não aplicável;

7. Pelouros atribuídos:

Presidente: Eng. António Saraiva
• Representação externa da CL, junto de instituições e organismos públicos;
• Acompanhamento da Coordenação da Produção Florestal e Recursos Silvestres;
• Coordenação e acompanhamento do Departamento de Produção Equina (Companhia das Lezírias e Coudelaria de Alter) e Actividades Equestres;
• Acompanhamento da Área de Comunicação e Imagem.

Vogal: Dr. Diogo Faria
• Relacionamento com o accionista Parpública, SGPS;
• Coordenação e acompanhamento do Departamento Administrativo e Financeiro;
• Coordenação e acompanhamento da Coordenação do Património, Investimentos e Boas condições Agrícolas e Ambientais;
• Coordenação e Acompanhamento da Coordenação da Produção Agrícola e Animal.

Vogal: Dr. João Caldeira
• Coordenação e acompanhamento do Departamento Vitivinícola e Oleícola;
• Coordenação e acompanhamento do Departamento de Serviços Técnicos.

8. Funcionamento do Conselho de Administração Executivo:

a) O conselho durante o ano de 2013 reuniu 14 vezes, estando presentes todos os membros em todas as reuniões;

b) Outros cargos exercidos em simultâneo pelos membros do Conselho de Administração (em nenhum destes cargos há lugar ao recebimento de qualquer tipo de retribuição, seja a que título for):

i. O Presidente do Conselho de Administração cumpre ainda, por inerência de funções e de acordo com os estatutos das entidades participadas, a presidência da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS DA LEZÍRIA GRANDE DE VILA FRANCA DE XIRA;

ii. O Presidente do Conselho de Administração acumula funções de Vice-Presidente não executivo do Conselho de Administração da ORIVÁRZEA - ORIZICULTORES DO RIBATEJO, S.A.

iii. Presidente do Conselho de Administração acumulou funções com as de Presidente da FUNDAÇÃO ALTER REAL até à data da sua extinção.

iv. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumulou funções com as de administrador da FUNDAÇÃO ALTER REAL até à data da sua extinção.

v. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente da Direcção da ASSOCIAÇÃO DE CRIADORES DE BOVINOS DA RAÇA PRETA.

vi. O Vogal, Dr. Diogo Faria, acumula funções com as de Presidente do Conselho Fiscal da TAPADA NACIONAL DE MAFRA.

c) Não aplicável;

d) A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.

9. A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, comissões de qualquer natureza.

C. Fiscalização

1. O órgão de fiscalização da Companhia das Lezírias é composto por um Fiscal Único. É ainda nomeado um Fiscal Único Suplente. Ambos devem ser revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O Fiscal Único exerce as suas funções por períodos de três anos civis, renováveis, contando-se como completo o ano civil da designação. Os membros consideram-se empossados logo que tenham sido eleitos e permanecem no exercício das suas funções até à posse de quem deva substitui-los.

D. Revisor Oficial de Contas (ROC)

1. O cargo de revisor oficial de contas da Companhia das Lezírias é desempenhado pela sociedade de revisores oficiais de contas Patrício, Moreira, Valente & Associados – SROC, Lda., inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21 e registada na CMVM sob o n.º 196, representada por José Carlos Nogueira Faria Matos (ROC n.º 1034). O revisor oficial de contas suplente da sociedade é Joaquim Patrício da Silva (ROC n.º 320);

2. Não aplicável;

3. O revisor oficial de contas exerce funções na Companhia das Lezírias desde o ano 2012;

4. O ROC e a SROC não prestam quaisquer outros serviços à Companhia das Lezírias.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação Legal da actual Nomeação	Nº de Mandatos exercidos na sociedade	Observações
2012 - 2014	Revisor Oficial de Contas	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por José Carlos Nogueira Faria Matos	Fiscal Único	1	
2012 - 2014	ROC Suplente	Patrício Moreira, Valente & Associados, SROC representada por Joaquim Patrício da Silva	Fiscal Único Suplente	--	

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)	
			Fixada	Bruto pago
2012 - 2014	Fiscal Único	Patrício Moreira	15.360,00	13.800,00

Nota: Pago através de factura da SROC.

E. Auditor Externo

A Companhia das Lezírias não tem, nem estatutariamente é obrigada a ter, auditor externo.

V. Organização Interna

A. Estatutos e Comunicações

1. Alteração dos estatutos está sujeita às regras relevantes nesta matéria constantes da lei, designadamente no artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais e do previsto no artigo 10.º dos Estatutos;

2. Os accionistas, membros dos órgãos sociais, colaboradores, prestadores de serviços, clientes, fornecedores e outros stakeholders da Companhia das Lezírias podem comunicar quaisquer práticas irregulares de que tenham conhecimento ou fundadas dúvidas, de forma a prevenir, impedir ou permitir a sanação de irregularidades potencialmente causadoras de efeitos adversos à Companhia das Lezírias. As comunicações terão um tratamento confidencial.

3. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa com vista à mitigação e prevenção da fraude organizacional são os adequados a este objectivo.

B. Controlo interno e gestão de riscos

1. Os sistemas de controlo internos implementados pela empresa são os adequados a este objectivo;

2. Não aplicável;

3. Não aplicável;

4. Não aplicável;

5. Não aplicável;

6. Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

a) Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:

i. Risco cambial - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;
Relatório de Governo Societário 2013 11
ii. Risco de preço - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e
iii. Risco de taxa de juro - é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.
O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

b) Risco de crédito - é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos pré-definidos e aprovados para cada cliente.

c) Risco de financiamento - é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa;

7. Não aplicável;

8. Não aplicável;

C. Regulamentos e Códigos
1. Não aplicável;

2. A Companhia das Lezírias adoptou um Código de Ética que se aplica a todos os colaboradores, qualquer que seja o seu vínculo laboral ou mandato em corpos sociais executivos ou não executivos, incluindo os das associações ou sociedades por si constituídas.

D. Sítio de Internet
O website da Companhia das Lezírias está disponível em português e inglês e pode ser acedido em www.cl.pt. No separador identificado como "Empresa", pode ser encontrada toda a informação relevante e sobre a Companhia das Lezírias;

VI. Remunerações

A. Competência para a determinação
Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as remunerações dos membros dos órgãos sociais, podendo, para o efeito, designar uma comissão de fixação de remunerações.

B. Comissão de Fixação de Remunerações
Não se encontra designada qualquer comissão de fixação de remunerações.

C. Estrutura das Remunerações
1. A política de remunerações adoptada segue as orientações nesta matéria definas no Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de Março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012 de 26 de Março.

As remunerações são sujeitas à aplicação das reduções previstas na Lei n.º 12-A/2010 e Lei n.º 66-B/2012;

2. Não aplicável;

3. Não estão definidas quaisquer remunerações de natureza variável;

4. Não aplicável;

5. Não está definido qualquer tipo de prémios a atribuir;

6. Os administradores da Companhia das Lezírias não estão abrangidos por qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada.

D. Divulgação das Remunerações

1. Indicação do montante anual da remuneração auferida pelos membros do órgão de administração da sociedade:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Remuneração Anual (€)		
			Remuneração		Bruto pago
			Fixa	Variável	
2012 - 2014	Presidente	António Saraiva	73.589,92	--	73.589,92
2012 - 2014	Vogal	Diogo Faria	58.872,06	--	58.872,06
2012 - 2014	Vogal	João Caldeira	58.872,06	--	58.872,06

2. Não foram auferidas quaisquer quantias pelos membros dos órgãos sociais da Companhia das Lezírias, pagas por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo;

3. Não foram pagas quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros da empresa ou sob a forma de prémios;

4. Não são devidas nem foram pagas quaisquer indemnizações a ex-administradores executivos;

5. Quanto aos valores atribuídos aos membros do órgão de fiscalização da sociedade, ver o ponto IV.D.4.;

6. Quanto aos valores atribuídos aos membros da mesa da assembleia geral da sociedade, ver o ponto IV.A.1.

VII. Transacções com Partes Relacionadas e Outras

1. As transacções efectuadas com partes relacionadas decorrem da actividade normal da sociedade, não gerando conflitos de interesses de qualquer natureza. transacções com a empresa-mãe: Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo accionista, que no exercício objecto deste relato ascenderam a € 200.000,00.

Não se efectuaram quaisquer transacções com a Parpública durante o presente exercício. Apenas foi realizado o pagamento de divida relativa a prestação de serviços de administração, ocorridos em exercícios anteriores, conforme acordo de pagamento. O valor total pago durante o exercício foi de € 182.791,20. Na data deste relatório encontrava-se por liquidar € 177.441,37.

Transacções com a empresa associada: Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores. Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, adquirimos através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura – sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que efectuamos a venda da totalidade da nossa produção de arroz.

Descrição	Períodos	
	2013	2012
Transacções (€)		
Clientes e outros devedores	1.845.793	2.051.182
Fornecedores e outros credores	545.211	541.601
Saldos pendentes (€)		
Clientes e outros devedores	1.225.532	1.160.786
Fornecedores e outros credores	83	5.244
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

2. Informação sobre outras transacções:

a) Procedimentos adoptados em matéria de aquisição de bens e serviços:

A generalidade das aquisições de bens e serviços são sujeitas a consulta aos operadores de mercado com o objectivo de assegurar a compra às melhores condições oferecidas pelo mercado.

b) Universo das transacções que não tenham ocorrido em condições de mercado:

Todas as transacções efectuadas pela CL estão de acordo com as normais regras de funcionamento do mercado de concorrência.

c) Lista de fornecedores que representem mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos:

Entidade	Valor (€)	Tipo de Serviço
Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira	595.793	Agrícolas
Iberdrola Generación, SAU	234.546	Electricidade
Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.	172.906	Agrícolas
António B. Simões & Filhos, Lda.	157.542	Agrícolas
Leandro Pereira, Lda.	139.257	Florestais

VIII. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental

A sustentabilidade futura da CL tem estado sempre subjacente à actividade da CL desenvolvida pelo Conselho de Administração e trabalhadores da empresa.

Como empresa agrícola que é, enfrenta as ameaças e oportunidades inerentes ao sector de actividade em que opera, de que haverá que realçar as dúvidas existentes no que respeita à futura Política Agrícola Comum.

Compete ao Conselho de Administração e empregados da CL, melhorar continuamente os seus níveis de eficiência e desenvolvimento, de modo a permitir a ultrapassagem de situações mais adversas, e a melhorar continuadamente os resultados da empresa, numa óptica de médio e longo prazo.

Desde sempre, tem a CL pautado a sua actuação por uma grande atenção em relação aos recursos humanos, procurando estimular o mérito e o bem-estar dos colaboradores.

A criação de valor para o accionista, valorizando os activos da CL e procurando melhorias de eficiência nas várias actividades e vertentes está naturalmente subjacente à actividade desenvolvida pelo Conselho de Administração e os colaboradores da empresa.

IX. Avaliação do Governo Societário

A CL cumpre com todos os Princípios de Bom Governo.

RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE AS BOAS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Introdução

1. Em cumprimento do disposto do art.º 54 em do decreto-lei 133/2013 de 3 de outubro, cumpre ao órgão de fiscalização aferir se no relatório de Companhia da Lezírias, SA preparado pelo seu Conselho de Administração consta informação atual completa quanto às boas práticas do governo societário.

Responsabilidades

2. As empresas detidas pelo Estado devem ter um modelo de governo que assegure a efetiva segregação de funções de administração executiva e de fiscalização

3. A nossa responsabilidade, consiste em analisar o relatório de gestão quanto ao ponto a que se refere ao governo da sociedade onde deve constar os regulamentos internos e externos, uma análise de sustentabilidade e uma avaliação do grau de cumprimentos pelos gestores dos princípios de bom governo.

Parecer

4. Com base no trabalho efetuado somos de opinião que a informação relativa ao governo societário da Companhia das Lezírias, SA, pode considerar-se adequada tendo por base os objetivos de gestão fixados pelo acionista.

Porto, 26 de março de 2014

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA
representada por José Carlos Nogueira Faria & Matos, ROC nº 1034

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA.
Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 LISBOA (Sede)
T: +351 21 3993 900 F: +351 21 3947 952 E: geral.lisboa@rsm.pt
Rua da Saudade 132-3º 4050-602 PORTO
T: +351 22 2084 550 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsm.pt

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA é uma firma independente membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO
31 de Dezembro de 2013

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	16.934.147	16.820.418
Propriedades de investimento	6	7.639.560	7.854.141
Activos intangíveis	7	705.392	0
Activos biológicos	8	2.911.543	3.200.390
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	10	1.776.713	1.621.517
Participações financeiras - outros métodos	11	66.121	66.116
Outros activos financeiros	11	1.547	959
Adiantamentos a fornecedores	13		200.000
Activos por impostos diferidos	15	990.946	1.590.154
Total do activo não corrente		**31.025.970**	**31.353.696**
Activo corrente			
Inventários	12	1.308.749	1.428.430
Activos biológicos	8	796.785	849.175
Clientes	13	1.455.548	1.598.748
Estado e outros entes públicos	14	529.400	284.547
Accionistas/sócios		53.844	0
Outras contas a receber	13	2.664.504	2.854.232
Diferimentos		44.267	37.138
Caixa e depósitos bancários	4	4.927.784	5.059.317
Total do activo corrente		**11.780.880**	**12.111.586**
TOTAL DO ACTIVO		**42.806.850**	**43.465.282**

VALORES EM EUROS

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	9	5.000.000	5.000.000
Reservas legais		1.520.000	1.520.000
Outras reservas		10.240.601	9.820.601
Resultados transitados		973.653	1.703.837
Ajustamentos em activos financeiros		324.251	333.276
Excedentes de revalorização		18.852.068	18.852.068
Outras variações no capital próprio		945.178	978.999
Resultado liquido do período		667.946	629.764
Total do capital próprio		**38.523.697**	**38.838.545**
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	16	2.344.011	2.707.440
Passivos por impostos diferidos	15	363.197	445.391
Total do passivo não corrente		**2.707.208**	**3.152.831**
Passivo corrente			
Fornecedores	13	668.537	544.517
Adiantamentos de clientes		40.000	
Estado e outros entes públicos	14	69.741	86.770
Outras contas a pagar	13	667.446	718.691
Diferimentos		130.223	123.929
Total do passivo corrente		**1.575.946**	**1.473.906**
TOTAL DO PASSIVO		**4.283.154**	**4.626.737**
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		**42.806.850**	**43.465.282**

VALORES EM EUROS

Demonstração dos Resultados por Naturezas
Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Rendimentos e gastos	Notas	Períodos	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	18	4.834.989	3.996.162
Subsídios à exploração	8	1.822.860	1.934.888
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	179.498	122.786
Variação nos inventários da produção	12	-2.069.273	-1.685.532
Trabalhos para a própria entidade		50.842	52.908
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-2.940.959	-2.565.931
Fornecimentos e serviços externos	19	-2.764.404	-2.543.586
Gastos com o pessoal	20	-2.167.676	-2.184.628
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	21	-10.970	67.755
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	21	581	267
Aumentos/reduções de justo valor	22	2.700.242	2.447.671
Outros rendimentos e ganhos	23	2.941.298	2.625.270
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento		2.367.988	2.004.870
Juros obtidos		29.869	143.572
Outros rendimentos e ganhos		543.441	476.828
Outros gastos e perdas	24	-666.251	-445.814
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		**1.910.776**	**1.822.218**
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-1.248.815	-1.212.685
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		**661.961**	**609.533**
Juros e gastos similares suportados	26		-24.995
Resultado antes de impostos		**661.961**	**584.539**
Imposto sobre o rendimento do período	27	5.985	45.225
Resultado líquido do período		**667.946**	**629.764**

VALORES EM EUROS

Demonstração das Alterações no Capital Próprio
31 de Dezembro de 2013

Descrição	Notas	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajusta-mentos em activos financeiros	Excedentes de revaloriza-ção	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição no início do período (01-01-2013)		**5.000.000**	**1.520.000**	**9.820.601**	**1.703.837**	**333.276**	**18.852.068**	**978.999**	**629.764**	**38.838.545**
Alterações no período		**0**	**0**	**420.000**	**-730.184**	**-9.026**	**0**	**-33.821**	**-429.764**	**-782.794**
Ajustamentos por impostos diferidos					-580.196			46.259		-533.938
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				420.000	-149.987	-9.026		-80.080	-429.764	-248.856
Resultado líquido do período									**667.946**	**667.946**
Resultado integral		**0**	**0**	**420.000**	**-730.184**	**-9.026**	**0**	**-33.821**	**238.182**	**-114.848**
Operações com detentores de capital no período		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-200.000**	**-200.000**
Distribuições									-200.000	-200.000
Posição no fim do período (31-12-2013)		5.000.000	1.520.000	10.240.601	973.653	324.251	18.852.068	945.178	667.946	38.523.697
Posição no início do período (01-01-2012)		**5.000.000**	**1.520.000**	**9.420.601**	**1.555.358**	**266.319**	**18.852.068**	**811.648**	**1.148.479**	**38.574.473**
Alterações no período		**0**	**0**	**400.000**	**148.479**	**66.957**	**0**	**167.351**	**-548.479**	**234.308**
Ajustamentos por impostos diferidos								-60.337		-60.337
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				400.000	148.479	66.957		227.688	-548.479	294.646
Resultado líquido do período									**629.764**	**629.764**
Resultado integral		**0**	**0**	**400.000**	**148.479**	**66.957**	**0**	**167.351**	**81.285**	**864.072**
Operações com detentores de capital no período		**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**-600.000**	**-600.000**
Distribuições									-600.000	-600.000
Posição no fim do período (31-12-2012)		5.000.000	1.520.000	9.820.601	1.703.837	333.276	18.852.068	978.999	629.764	38.838.545

VALORES EM EUROS

Demonstração de Fluxos de Caixa
Período findo em 31 de Dezembro de 2013

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS – MÉTODO DIRECTO			
Recebimentos de clientes		5.337.972	5.100.702
Pagamentos a fornecedores		5.566.606	5.405.939
Pagamentos ao pessoal		2.348.179	2.090.086
Caixa gerada pelas operações		**-2.576.813**	**-2.395.323**
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-85.934	-591.250
Outros recebimentos/pagamentos		3.205.852	4.012.213
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		**543.106**	**1.025.640,38**
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		1.089.622	736.366
Investimentos financeiros		5	
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		33.104	11.773
Outros activos		54.055	63.249
Subsídios ao investimento		496.590	188.948
Juros e rendimentos similares		38.936	142.022
Dividendos			36.831
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		**-466.941**	**-293.543**

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2013	31-12-2012
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			89.000
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			89.000
Juros e gastos similares		7.698	17.464
Dividendos		200.000	600.000
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		**-207.698**	**-617.464**
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)		**-131.533**	**114.633**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	5.059.317	4.944.684
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	4.927.784	5.059.317

Descrição	Períodos	
	31-12-2013	31-12-2012
Caixa (1)	**21.637**	**28.952**
Depósitos à ordem	1.306.147	1.030.364
Outros depósitos bancários	3.600.000	4.000.000
Total de caixa e depósitos bancários	4.927.784	5.059.317

VALORES EM EUROS

ANEXO

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE
Companhia das Lezírias, S.A.

1.2 SEDE
Largo 25 de Abril, n.º 17, em Samora Correia

1.3 NATUREZA DA ACTIVIDADE
As origens da Companhia das Lezírias remontam a 25 de Junho de 1836, quando foi fundada a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado por aquisição em hasta pública de terras da Coroa.

Em 1975, na sequência da conjuntura revolucionária então vivida, a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado foi nacionalizada, pelo Decreto-Lei n.º 628/75, de 13 de Novembro.

Foi transformada em empresa pública, através da publicação do Decreto-Lei n.º 123/78, de 15 de Novembro, assumindo então a designação de Companhia das Lezírias, E.P.

Alterou a forma jurídica para Sociedade Anónima, através do Decreto-Lei n.º 182/89, de 31 de Maio, passando a designar-se Companhia das Lezírias, S.A.
A Companhia das Lezírias tem por objecto principal a exploração agrícola, pecuária e florestal do seu património, bem como a industrialização e comercialização dos respectivos produtos.

Pode exercer ainda outras actividades relacionadas com o seu objecto principal, nomeadamente na área do agro-turismo, aproveitamento de património não afecto à exploração agrícola, pecuária e florestal e industrialização e comercialização de produtos.

Poderá colaborar com os serviços técnicos oficiais no domínio do crédito agrícola, da experimentação, melhoramento vegetal e animal e extensão agrícola, podendo participar em convénios com entidades nacionais ou estrangeiras de natureza pública ou privada na prossecução do objecto social.

1.3.1 Coudelaria de alter - transferência de competências para a Companhia das Lezírias

A Fundação Alter Real foi extinta com a publicação do Decreto-Lei n.º 109/2013, de 1 de Agosto. Nos termos deste decreto, o Estado, atendendo à natureza das actividades desenvolvidas pela Companhia das Lezírias, considerou que parte das competências que havia delegado na Fundação Alter Real através do Decreto-Lei n.º 48/2007, de 27 de Fevereiro, eram transferidas para a Companhia das Lezírias, designadamente as relativas à preservação do património genético animal das raças Lusitanas, Sorraia e Garrano, permitindo concentrar apenas numa entidade a gestão de todas as coudelarias detidas pelo Estado, sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias.

Com o objectivo da referida preservação do património genético animal, e para esse fim, foi conferido estatuto de serviço público à Companhia das Lezírias.

Consequentemente foram delegados pelo Estado na Companhia das Lezírias os seguintes fins e atribuições, compatíveis com a actividade estatutariamente já desenvolvida:

a) A preservação do património genético animal da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, a par da preservação da linha genética da Coudelaria Companhia das Lezírias, S.A., assim como das raças Sorraia e Garrano, sem prejuízo das atribuições de preservação do património genético próprias da DGAV;
b) A manutenção, a exploração e a preservação do património mobiliário e imobiliário existente, designadamente das Coudelarias Nacional e de Alter;
c) O fomento e o melhoramento dos equinos da raça Lusitana, nas linhas genéticas de Alter-Real e da Coudelaria Nacional, bem como das raças Sorraia e Garrano e a divulgação da produção cavalar destas raças e linhas genéticas;
d) A formação profissional na área da equitação como ferramenta essencial à divulgação da produção e utilização do cavalo e, no que se refere aos equinos da raça lusitana de linha de Alter, em articulação com a Escola Portuguesa de Arte Equestre, nos termos a definir no acordo referido no n.º 3;
e) O desenvolvimento de um pólo estruturante da economia regional;
f) A representação do país pela colocação da Coudelaria de Alter ao serviço do protocolo do Estado.

Com a delegação do serviço público foi afecto à Companhia das Lezírias o património mobiliário que estava afecto às respectivas prossecuções atribuídas, bem como foi constituído direito de usufruto e conferido poderes de gestão e exploração sobre alguns imóveis. Findo o usufruto todos os bens revertem para o Estado, livres de quaisquer ónus ou encargos, não podendo a Companhia das Lezírias reclamar qualquer indemnização ou invocar o direito de retenção.

A Companhia das Lezírias sucedeu na posição contratual da Fundação Alter Real relativamente aos trabalhadores que desempenhavam funções nas áreas e fins transferidos e que tinham vínculo contratual nos termos do Código do Trabalho. Alguns trabalhadores com relação jurídica de emprego público, que também desempenhavam funções nas áreas e fins transferidos, foram afectos à Companhia das Lezírias através da assinatura de um acordo de cedência de interesse público.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, face ao previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º desse diploma, aplicando-se o nível de normalização contabilístico correspondente às 28 normas

contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), aprovadas pelo Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro.
Os instrumentos legais do SNC, aplicáveis às presentes demonstrações financeiras, são os seguintes:

Estrutura conceptual	Aviso n.º 15652/2009, de 7 de Setembro
Normas contabilísticas e de relato financeiro	Aviso n.º 15655/2009, de 7 de Setembro
Normas interpretativas 1 e 2	Aviso n.º 15653/2009, de 7 de Setembro
Modelos de demonstrações financeiras	Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro
Código de contas	Portaria n.º 1011/2009, de 9 de Setembro

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

No presente exercício não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Os valores relativos ao período findo em 31 de Dezembro de 2012 apresentados nas presentes demonstrações financeiras são comparáveis com os valores do presente exercício.

2.4 APROVAÇÃO DAS CONTAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 24 de Março de 2014. O Conselho de Administração considera que reflectem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Companhia das Lezírias, de acordo com as normas contabilísticas e de relato financeiro.

3.1.1 Activos fixos tangíveis

Mensuração ao custo

Os activos fixos tangíveis da Companhia das Lezírias encontram-se valorizados ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

No reconhecimento inicial de um activo é considerado como custo: i. o seu preço de compra; ii. quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e iii. a estimativa inicial dos custos de

desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Os gastos directos relacionados com as áreas técnicas envolvidas na construção de activos da Empresa são capitalizados no activo tangível. Esta capitalização é efectuada em função dos recursos internos utilizados e dos tempos dispêndios, por contrapartida de trabalhos para a própria empresa.

Os custos subsequentes são reconhecidos como activos fixos tangíveis, somente quando for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia das Lezírias. Todos os dispêndios com a manutenção e reparação são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

São reconhecidos como Equipamentos biológicos os animais e plantas vivos que reúnam os requisitos de reconhecimento como investimento e que não se enquadrem na NCRF 17 – Agricultura, isto é, que não se destinem a actividades agrícolas. Correspondem a estas definições os animais que são utilizados enquanto animais de trabalho.

Depreciações

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. A empresa reconhece as perdas por imparidade em resultados do período.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor menos os custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

A quantia escriturada de um activo fixo tangível não é reconhecida: i. no momento da alienação, ou ii. quando não se espere benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação. O ganho ou perda decorrente da perda de reconhecimento de um item do activo fixo tangível i. é incluído nos resultados quando o item é pouco reconhecido e ii. é determinado como a diferença entre o produto líquido da alienação, se o houver, e a quantia escriturada do item.

3.1.2 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias são constituídas pelos imóveis detidos com o objectivo de obter rendas, de valorização do capital ou de ambas.

Mensuração ao custo

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias encontram-se valorizadas ao custo deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Após o reconhecimento inicial, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com os requisitos da NCRF 7 - Activos fixos tangíveis. Quando as propriedades de investimento satisfaçam os critérios de classificação como detidas para venda, passam a ser mensuradas de acordo com os critérios da NCRF 8 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas.

Os custos suportados com propriedades de investimento, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros, impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

As propriedades de investimento são menos reconhecidas i. na alienação, ou ii. quando forem permanentemente retiradas de uso e nenhuns benefícios económicos forem esperados da sua alienação.

3.1.3 Activos intangíveis

Um activo intangível é reconhecido se, e apenas se: (i) for provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo fluam para a Companhia das Lezírias; e (ii) o custo do activo possa ser fiavelmente mensurado.

Mensuração ao custo

Os activos intangíveis são mensuradas pelo seu custo menos qualquer amortização acumulada e, quando se justificar, de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta.

Os custos suportados com activos intangíveis são reconhecidos como gasto, de acordo com o princípio do acréscimo.

Os activos intangíveis são pouco reconhecidos i. no momento da alienação, ou ii. quando não se esperam benefícios económicos futuros do seu uso ou alienação.

3.1.4 Activos biológicos e produtos agrícolas

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola e os produtos agrícolas no ponto da colheita.

Para adequação aos instrumentos legais do SNC, os activos biológicos são tratados em dois grandes grupos: activos biológicos de produção e activos biológicos consumíveis.

3.1.4.1 Activos biológicos de produção

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.
Foram reconhecidos como activos biológicos de produção as plantações florestais, essencialmente o montado de sobro e o pinhal, a vinha, o olival e os animais reprodutores.

3.1.4.1.1 - Mensuração ao custo

Os activos biológicos de produção que sejam plantas – montado de sobro, pinhal, vinha e olival – foram mensurados pela Companhia das Lezírias segundo o modelo do custo. Tal opção foi tomada por se considerar que, as formas possíveis de valorizar este conjunto de activos pelo modelo do justo valor apresentam limitações severas na sua determinação. Não existem indicadores de mercado fiáveis e as formas alternativas conduzem a resultados que se consideram pouco claros numa perspectiva global de análise e de condução dos negócios da empresa.

Este conjunto de activos biológicos – montado de sobro, pinhal, vinha e olival – é valorizado ao custo tendo em consideração o disposto na NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

O valor de custo é deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e, quando se justificar, das perdas por imparidade acumuladas.

Depreciações

Os activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobro e pinhal	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

3.1.4.1.2 - Mensuração ao justo valor

Os activos biológicos de produção que sejam animais, quando assim reconhecidos, são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico, pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda, e de uma alteração de justo valor menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

3.1.4.2 Activos biológicos consumíveis

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos que estão para ser colhidos como produtos agrícolas ou vendidos como activos biológicos.

Os activos biológicos consumíveis são mensurados pela Companhia das Lezírias pelo seu justo valor deduzido dos custos estimados no ponto de venda.

Os produtos agrícolas são mensurados pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda no momento da colheita.

Tal mensuração é o custo nessa data para efeitos de registo em inventários para aplicação, a partir desse momento, da NCRF 18 – Inventários.

Um ganho ou uma perda proveniente do reconhecimento inicial de um activo biológico pelo justo valor, menos os custos estimados no ponto de venda e de uma alteração de justo valor, menos os custos estimados no ponto de venda de um activo biológico, são incluídos no resultado líquido do exercício do período em que surjam.

Um ganho ou perda que surja no reconhecimento inicial do produto agrícola pelo justo valor, menos custos estimados no ponto de venda, são incluídos no resultado líquido do período em que surgem.

3.1.4.3 Subsídios do Governo

Um subsídio do Governo não condicional, que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda, é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

3.1.5 Imparidade de activos fixos tangíveis, propriedades de investimento, activos intangíveis, e activos biológicos

Em cada data de relato é efectuada uma revisão das quantias escrituradas dos activos fixos tangíveis, das propriedades de investimentos (valorizadas ao custo), dos activos intangíveis e dos activos biológicos de produção (valorizados ao custo), com o objectivo de determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam

estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respectivos activos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade. A quantia recuperável é a quantia mais alta de entre i. o justo valor de um activo ou, ii. a unidade geradora de caixa menos os custos de vender e o seu valor de uso.

Quando a quantia recuperável de um activo for menor do que a sua quantia escriturada, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é reconhecida nos resultados, a não ser que o activo seja escriturado pela quantia revalorizada de uma outra Norma. Qualquer perda por imparidade de um activo revalorizado deve ser tratada como decréscimo de revalorização de acordo com essa outra Norma.

A Companhia das Lezírias, à data de cada relato, avalia se há qualquer indicação de que uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores relativamente a um activo possa já não existir ou possa ter diminuído. Se tal indicação existir, é estimada a quantia recuperável desse activo. A perda por imparidade é revertida, através do aumento da quantia escriturada do activo até à sua quantia recuperável. Este aumento é uma reversão de uma perda por imparidade.

3.1.6 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias e associadas são registados de acordo com o método de equivalência patrimonial.
Inicialmente as participações são reconhecidas pelo custo e posteriormente ajustado, em cada período após a aquisição, proporcionalmente ao valor da participação, em função das alterações verificadas nos capitais próprios dessas empresas.

Para efeitos de classificação das participações da Companhia das Lezírias, consideraram-se os seguintes grupos:

• Empresas subsidiárias: participações onde se detém o controlo da gestão;
• Empresas associadas: participações sobre as quais tem influência significativa. Considerou-se influência significativa o poder de participar nas decisões das políticas financeiras e operacionais das participadas mas que não constitui controlo sobre essas políticas. Abrange as participações onde se detém entre 20% e 50% do capital social;
• Outras empresas: participações de valor inferior a 20% do capital social.

Os investimentos financeiros noutras empresas e noutros activos financeiros são registados pelo seu valor de aquisição menos perdas por imparidade acumuladas.

A Companhia das Lezírias verifica em cada data de relato se existe evidência de imparidade em investimentos financeiros.

3.1.7 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma algébrica dos impostos correntes com os impostos diferidos.

3.1.7.1 Impostos correntes

O imposto corrente é a quantia a pagar ou a recuperar dos impostos sobre o rendimento do período, calculada sobre o lucro ou prejuízo tributável dum período de acordo com a matéria colectável estimada com base nas leis e taxas fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

3.1.7.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados para as diferenças temporárias entre a quantia escriturada de um activo ou de um passivo no balanço e a sua base de tributação, sendo mensurados pela aplicação das taxas e leis fiscais aprovadas, ou substancialmente aprovada, à data do balanço.

A mensuração de activos e passivos por impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que se seguem derivadas da maneira pela qual a Companhia das Lezírias espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Um passivo por impostos diferidos é reconhecido para todas as diferenças temporárias tributáveis.

Um activo por impostos diferidos é reconhecido para as diferenças temporárias dedutíveis que possam reverter para a Companhia das Lezírias. O reconhecimento verifica-se enquanto existam expectativas razoáveis de no futuro existirem lucros tributáveis disponíveis para utilizar estes activos por impostos diferidos. A quantia escriturada de um activo por impostos diferidos é anualmente revista à data de balanço.

3.1.8 Inventários

Os inventários devem ser mensurados pelo custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo dos inventários incluiu todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actuais.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da actividade menos os custos estimados de acabamento e os custos estimados necessários para efectuar a venda.
O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

Os inventários relacionados com produtos agrícolas colhidos de activos biológicos são mensurados, no reconhecimento inicial, pelo seu justo valor menos os custos estimados no ponto de venda na altura da colheita de acordo com a NCRF 17 - Agricultura. Este é o custo dos inventários à data para aplicação da NCRF 18 - Inventários.

3.1.9 Clientes e outras contas a receber

As dívidas a receber de clientes e de outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial, deduzido de eventuais perdas por imparidade. As perdas por imparidade correspondem à diferença entre a quantia escriturada e o valor que a Companhia das Lezírias espera recuperar. As diferenças são reconhecidas nas demonstrações financeiras do período em que são estimadas.

3.1.10 Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos nesta rubrica correspondem aos valores em caixa, em depósitos bancários imediatamente realizáveis e em depósitos bancários com vencimentos a menos de um ano e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco pouco significativo de alteração de valor.

3.1.11 Responsabilidades por benefícios pós-emprego

A Companhia das Lezírias atribui benefícios pós-emprego a todos os seus colaboradores com 10 ou mais anos de serviço à data de reforma e que fazem parte do seu

quadro desde 22 de Setembro de 2000, através de planos de benefícios definidos, nomeadamente planos de pensões que garantem complementos de reforma por idade, invalidez e sobrevivência.

Plano de benefícios definidos

O plano de benefícios definidos é financiado através do reconhecimento de um passivo pelo valor presente da obrigação dos benefícios definidos à data do balanço.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente são reconhecidos como um gasto ou como um rendimento no período em que ocorrem.

Anualmente, na data de fecho de contas, as responsabilidades da Companhia das Lezírias são calculadas por peritos independentes, individualmente para cada plano, com base no método Projected Unit Credit, determinado o valor presente das suas obrigações de benefícios definidos e respectivo custo do serviço corrente. Para o efeito, são usados determinados pressupostos actuariais. Os pressupostos actuariais são as melhores estimativas das variáveis que determinarão o custo final de proporcionar benefícios pós-emprego. Os pressupostos actuariais compreendem:

• Pressupostos demográficos acerca das características futuras de empregados (e seus dependentes) correntes e antigos que sejam elegíveis para os benefícios. Os pressupostos demográficos tratam matérias tais como:

i. Mortalidade, tanto durante como após o emprego;
ii. Proporção dos membros do plano quando dependentes que sejam elegíveis para os benefícios; e

• Pressupostos financeiros, tratando de itens tais como:

i. A taxa de desconto;
ii. Os níveis de ordenados futuros e de benefícios.

3.1.12 Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas a pagar a fornecedores e a outros terceiros são mensuradas pelo método do custo, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.1.13 Periodizações

As transacções e de outros acontecimentos são reconhecidas quando eles ocorram, independentemente do momento em que sejam recebidos ou pagos, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças ente os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados na rubricas Outras contas a receber, Outras contas a pagar e Diferimentos.

3.1.14 Instrumentos de capital próprio

As distribuições aos detentores dos instrumentos de capital próprio da Companhia das Lezírias apenas são reconhecidas como um passivo e debitadas directamente no capital próprio da entidade, no exercício em que essas distribuições são aprovadas pelo accionista.

3.1.15 Locações

A Companhia das Lezírias classifica as operações de locações como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, de acordo com os critérios estabelecidos na NCRF 9 – Locações.

Locação Financeira

No inicio do prazo de locação, os contratos de locações financeiras são registados como activos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos da locação são repartidos entre o encargo financeiro e a redução do passivo pendente. Os encargos financeiros são imputados a cada período durante o prazo da locação. Quando os activos locados estão sujeitos a depreciações, estas são tratadas de acordo com a NCRF 7 – Activos fixos tangíveis.

Locação Operacional

Os pagamentos de locações operacionais são registados como um gasto no período em que ocorrem, numa base de linha recta durante o período de locação.

3.1.16 Gastos e perdas e rendimentos e ganhos

Os efeitos das transacções são reconhecidos no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes pagos e recebidos e os respectivos gastos e rendimentos são registados no passivo e no activo respectivamente.

3.1.16.1 Rédito

O rédito é o influxo bruto de benefícios económicos durante o período proveniente do curso das actividades ordinárias de uma entidade quando esses influxos resultarem em aumentos de capital próprio, que não sejam aumentos relacionados com contribuições de participantes no capital próprio.

3.1.16.1.1 - Vendas de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando tiverem sido satisfeitas todas as condições seguintes:

i. Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
ii A Companhia das Lezírias não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efectivo dos bens vendidos;

iii. A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
iv. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
v. Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transacção possam ser fiavelmente mensurados.

3.1.16.1.2 - Prestações de serviços

O rédito associado com uma transacção que se relacione com prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transacção possa ser fiavelmente estimado e quando todas as condições seguintes forem satisfeitas:

i. A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
ii. Seja provável que os benefícios económicos associados à transacção fluam para a Companhia das Lezírias;
iii. A fase de acabamento da transacção à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e
iv. Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção sejam fiavelmente mensurados.

3.1.16.1.3 - Juros, Royalties e Dividendos

O rédito proveniente do uso por outros de activos da Companhia das Lezírias que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido quando:

i. Seja provável que os benefícios económicos associados com a transacção fluam para a entidade; e
ii. A quantia do rédito seja fiavelmente mensurada.

O rédito proveniente do uso desses activos é reconhecido nas seguintes bases:

i. Os juros são reconhecidos utilizando o método do juro efectivo;
ii. Os royalties são reconhecidos segundo o regime de acréscimo de acordo com a substância do acordo relevante; e
iii. Os dividendos são reconhecidos quando for estabelecido o direito da Companhia das Lezírias, enquanto accionista, receber o pagamento.

3.1.16.2 Trabalhos para a própria entidade

Os trabalhos para a própria entidade correspondem essencialmente aos gastos associados à execução e reparação de equipamentos próprios e incluem gastos com materiais, mão-de-obra directa e gastos gerais.

3.1.16.3 Custos dos empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e em conformidade com o método da taxa de juro efectiva.

3.1.16.4 Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe segurança razoável de que será recebido e que a Companhia das Lezírias cumprirá as condições inerentes aos mesmos. Os subsídios do Governo recebidos para financiamento de aquisições de activos são inicialmente registados no

capital próprio, sendo subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos do período durante as vidas úteis dos activos subsidiados.

Os restantes subsídios do Governo são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados, numa base sistemática, pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Aos subsídios do Governo que se relacionam com activos biológicos é dado o tratamento descrito do ponto 3.1.4.3.

3.2 JUÍZOS DE VALOR

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF a Companhia das Lezírias efectuou juízos de valor e estimativas que utilizou como pressupostos que afectam as quantias escrituradas nos montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento e complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

i. Activos biológicos e produtos agrícolas mensurados ao justo valor: A Companhia das Lezírias efectua as estimativas e os pressupostos subjacentes à mensuração dos activos biológicos e produtos agrícolas, com base no melhor conhecimento existente à data da elaboração das demonstrações financeiras. Contudo poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis até à data da aprovação das demonstrações financeiras, não sejam consideradas nessas estimativas. As alterações que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras são corrigidas de forma prospectiva.

3.3 PRINCIPAIS PRESSUPOSTOS RELATIVOS AO FUTURO

As demonstrações financeiras apresentadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações realizadas pela Companhia das Lezírias.

3.4 PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA DAS ESTIMATIVAS

As estimativas efectuadas pela Companhia das Lezírias, relatadas em activos, passivos, rendimentos e gastos, tiveram por base o melhor conhecimento existente sobre essas quantias à data da apresentação das demonstrações financeiras.

4. FLUXOS DE CAIXA

4.1 COMENTÁRIO DA GERÊNCIA SOBRE A QUANTIA DOS SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES QUE NÃO ESTÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes apresentados nas demonstrações financeiras estão disponíveis para uso.

4.2 DESAGREGAÇÃO DOS VALORES INSCRITOS NA RUBRICA DE CAIXA E EM DEPÓSITOS BANCÁRIOS

A divulgação dos fluxos caixa durante o período foi efectuada através da utilização do método directo, de acordo com o disposto na NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa, a partir do registo dos influxos e exfluxos efectuados na contabilidade da Companhia das Lezírias.

Descrição	Períodos	
	31-12-2013	31-12-2012
Caixa (1)	21.637	28.952
Depósitos à ordem	1.306.147	1.030.364
Outros depósitos bancários	3.600.000	4.000.000
Total de caixa e depósito bancário	**4.927.784**	**5.059.317**

(1) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efectuado no mês de Janeiro de 2014.

VALORES EM EUROS

5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADOS PARA DETERMINAR A QUANTIA ESCRITURADA BRUTA

Os activos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição.

5.2 MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO USADOS

Os terrenos não são sujeitos a depreciação.

Os restantes activos fixos tangíveis, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

5.3 VIDAS ÚTEIS OU AS TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações de com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos fixos tangíveis	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	5 a 10 anos
Edifícios e outras construções	4 a 50 anos
Equipamento básico	3 a 16 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	4 a 8 anos
Equipamentos biológicos	8 anos
Outros activos tangíveis	4 a 10 anos

5.4 QUANTIAS BRUTAS ESCRITURADAS, DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Reconciliação das quantias escrituradas em Activos fixos tangíveis no início e no fim do período:

Activos fixos tangíveis				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2012	10.579.185	18.305.938	7.060.273	1.149.681
Adições		102.543	60.439	115.917
Revalorizações				
Abates	311			133.500
Transferências	35.076	1.039.632	37.361	
Saldo em 31-12-2013	**10.613.950**	**19.448.113**	**7.158.073**	**1.132.098**
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2012	295.833	13.460.644	6.048.902	1.083.939
Adições	67.934	626.752	192.262	70.047
Revalorizações				
Abates				133.500
Transferências				
Saldo em 31-12-2013	**363.767**	**14.087.396**	**6.241.164**	**1.020.486**
Perdas por imparidade acumuladas				
Activo fixo tangível líquido	**10.250.183**	**5.360.717**	**916.909**	**111.612**

VALORES EM EUROS

Activos fixos tangíveis					
Descrição	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
Activo bruto					
Saldo em 31-12-2012	672.125	39.394	633.047	414.079	38.853.722
Adições	11.032	500	309	779.515	1.070.254
Revalorizações					0
Abates	10.384	2.447	477		147.118
Transferências	44.515			-1.084.147	72.437
Saldo em 31-12-2013	**717.289**	**37.447**	**632.878**	**109.446**	**39.849.294**
Depreciações acumuladas					
Saldo em 31-12-2012	565.303	14.394	564.289		22.033.304
Adições	47.662	4.525	19.318		1.028.500
Revalorizações					0
Abates	10.384	2.297	477		146.657
Transferências					0
Saldo em 31-12-2013	**602.582**	**16.622**	**583.130**	**0**	**22.915.147**
Perdas por imparidade acumuladas					
Activo fixo tangível líquido	**114.707**	**20.825**	**49.748**	**109.446**	**16.934.147**

VALORES EM EUROS

Activos fixos tangíveis				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2012	10.612.518	18.158.058	6.962.161	1.141.971
Adições		65.822	257.338	44.988
Revalorizações				
Abates			159.225	37.277
Transferências	-33.333	82.058		
Saldo em 31-12-2013	**10.579.185**	**18.305.938**	**7.060.273**	**1.149.681**
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2012	225.951	12.877.828	6.006.969	1.054.678
Adições	69.882	582.816	201.158	66.538
Revalorizações				
Abates			159.225	37.277
Transferências				
Saldo em 31-12-2013	**295.833**	**13.460.644**	**6.048.902**	**1.083.939**
Perdas por imparidade acumuladas				
Activo fixo tangível líquido	**10.283.352**	**4.845.294**	**1.011.371**	**65.743**

VALORES EM EUROS

Activos fixos tangíveis					
Descrição	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros activos fixos tangíveis	Investimentos em curso	TOTAL
Activo bruto					
Saldo em 31-12-2012	673.479	22.816	601.650	266.414	38.439.067
Adições	9.619	23.500	31.396	340.929	773.592
Revalorizações					0
Abates	10.973	6.922			214.398
Transferências				-193.265	-144.539
Saldo em 31-12-2013	**672.125**	**39.394**	**633.047**	**414.079**	**38.853.722**
Depreciações acumuladas					
Saldo em 31-12-2012	534.868	14.270	543.764		21.258.328
Adições	41.248	4.613	20.525		986.780
Revalorizações					0
Abates	10.813	4.488			211.804
Transferências					0
Saldo em 31-12-2013	**565.303**	**14.394**	**564.289**	**0**	**22.033.304**
Perdas por imparidade acumuladas					
Activo fixo tangível líquido	**106.821**	**25.000**	**68.757**	**414.079**	**16.820.418**

VALORES EM EUROS

5.5 EXISTÊNCIA E QUANTIAS DE RESTRIÇÕES DE TITULARIDADE DE ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade de activos fixos tangíveis que tenham sido dados como garantia de passivos.

6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

6.1 MODELO APLICADO

A Companhia das Lezírias optou por contabilizar as suas propriedades de investimento ao modelo do custo, conforme informação descrita no ponto 3.1.2.

6.2 CRITÉRIOS USADOS PARA DISTINGUIR PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO DE PROPRIEDADES OCUPADAS PELO DONO E DE PROPRIEDADES DETIDAS PARA VENDA NO CURSO ORDINÁRIO DOS NEGÓCIOS

A Companhia das Lezírias considera como propriedades de investimento:

i. Terrenos propriedade da entidade, locados cuja exploração é efectuada por terceiros;
ii. Terrenos propriedade da entidade, detidos com o objectivo de venda; e
iii. Edifícios propriedade da entidade que se encontram locados, cuja em exploração é efectuada por terceiros.

6.3 QUANTIAS RECONHECIDAS NOS RESULTADOS COM PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Os rendimentos reconhecidos referem-se essencialmente às rendas dos terrenos obtidas no período. Os gastos operacionais relacionam-se essencialmente com propriedades de investimento que geram rendimentos de rendas durante o período.

Montantes reconhecidos no período	Períodos	
	2013	2012
Rendimentos no período	**2.367.988**	**2.018.721**
Gastos operacionais directos	191.126	184.773

VALORES EM EUROS

6.4 EXISTÊNCIA E QUANTIAS DE RESTRIÇÕES SOBRE A CAPACIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO OU A REMESSA DE RENDIMENTOS E PROVENTOS DE ALIENAÇÃO

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de titularidade sobre as propriedades de investimento.

Conforme definido na alínea e) do art.º 10.º dos estatutos da Companhia das Lezírias, compete à Assembleia-geral "Autorizar a alienação e oneração de imóveis bem como a realização de investimentos, estes últimos quando de valor superior a vinte por cento do capital social".

6.5 APLICAÇÃO MODELO DO CUSTO

6.5.1 Métodos de depreciação usados

A Companhia das Lezírias aplica o mesmo critério que indicado para os Activos fixo tangíveis. Ver relato no ponto 5.2.

6.5.2 Vidas úteis usadas

Os terrenos não são sujeitos a depreciação. Para os edifícios foi estimada uma vida útil de 50 anos.

6.5.3 Quantias brutas escrituradas, depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas

Reconciliação das quantias escrituradas em Propriedades de investimento no início e no fim do período:

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2012	7.520.491	156.733	309.354	7.986.579
Adições				0
Revalorizações				0
Abates	88.159		123.475	211.634
Transferências	-35.076			-35.076
Saldo em 31-12-2013	**7.397.257**	**156.733**	**185.879**	**7.739.869**
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2012	35.263	97.174		132.438
Adições		3.135		3.135
Revalorizações				0
Abates	35.263			35.263
Transferências				0
Saldo em 31-12-2013	**0**	**100.309**	**0**	**100.309**
Perdas por imparidade acumuladas				
Propriedades de investimento líquidas	**7.397.257**	**56.424**	**185.879**	**7.639.560**

VALORES EM EUROS

Propriedades de investimento				
Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Investimentos em curso	Total
Activo bruto				
Saldo em 31-12-2011	7.470.261	156.733	309.354	7.936.348
Adições				0
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências	50.231			50.231
Saldo em 31-12-2012	**7.520.491**	**156.733**	**309.354**	**7.986.579**
Depreciações acumuladas				
Saldo em 31-12-2011	30.856	94.040		124.895
Adições	4.408	3.135		7.543
Revalorizações				0
Abates				0
Transferências				0
Saldo em 31-12-2012	**35.263**	**97.174**	**0**	**132.438**
Perdas por imparidade acumuladas				
Propriedades de investimento líquidas	**7.485.228**	**59.559**	**309.354**	**7.854.141**

VALORES EM EUROS

6.5.4 Justo valor das propriedades de investimento

As propriedades de investimento da Companhia das Lezírias respeitam essencialmente a contratos de arrendamento efectuados ao abrigo da Lei do arrendamento rural.

O cálculo do justo valor das propriedades de investimento foi obtido através da aplicação do método do desconto dos cash-flows futuros dos rendimentos gerados, de forma a calcular o valor actual dos fluxos monetários libertados.

Períodos	
2013	2012
53.261	53.295

VALORES EM EUROS

A Companhia das Lezírias considera que o actual enquadramento económico das actividades agrícolas poderá ser significativamente influenciado pelo impacto das futuras definições da nova PAC 2014-2020. Aguardamos pelos resultados da operacionalização da nova política agrícola a nível nacional para avaliarmos com rigor o seu impacto.

O justo valor das propriedades de investimento poderá estar sujeito a impactos significativos no futuro.

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

7.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADOS PARA DETERMINAR A QUANTIA ESCRITURADA BRUTA

Foi reconhecido como Activo intangível, no âmbito do divulgado na nota 1.3.1, os poderes de gestão e de exploração atribuídos à Companhia das Lezírias até 31 de Dezembro de 2088, sobre os imóveis de domínio público do Estado denominados Mouchão do Salgueiral e Mouchão do Esfola Vacas.

Os Activos intangíveis reconhecidos foram valorizados segundo o valor atribuído por avaliações efectuadas por peritos independentes.

7.2 MÉTODOS DE DEPRECIAÇÃO USADOS

A partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação anual de acordo com o método de linha recta.

7.3 VIDAS ÚTEIS OU AS TAXAS DE DEPRECIAÇÃO USADAS

As vidas úteis foram estimadas de acordo com a expectativa de utilização dos bens, calculando as depreciações de com os seguintes períodos de vida útil esperados:

Activos intangíveis	Vida útil estimada
Mouchão do Salgueiral	75 anos
Mouchão do Esfola Vacas	75 anos

7.4 QUANTIAS BRUTAS ESCRITURADAS, DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Reconciliação das quantias escrituradas em Activos intangíveis no início e no fim do período:

Activos intangíveis			
Descrição	Mouchão do Salgueiral	Mouchão do Esfola Vacas	Total
Activo bruto			
Saldo em 31-12-2012			0
Adições	132.900	**582.000**	**714.900**
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
Saldo em 31-12-2013	**132.900**	**582.000**	**714.900**
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2012			0
Adições	1.768	7.741	9.508
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			**0**
Saldo em 31-12-2013	**1.768**	**7.741**	**9.508**
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo intangível líquido	**131.132**	**574.259**	**705.392**

VALORES EM EUROS

7.5 EXISTÊNCIA DE QUANTIAS DE ESCRITURADAS DE ACTIVOS INTANGÍVEIS CUJA TITULARIDADE ESTÁ RESTRINGIDA E AS QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS INTANGÍVEIS DADOS COMO GARANTIAS DE PASSIVOS

A titularidade dos activos intangíveis divulgados decorre da forma com a sua utilização foi atribuída à Companhia das Lezírias, nos termos do divulgado na nota 1.3.1.

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer activos intangíveis dados como garantias de passivos.

8. AGRICULTURA

8.1 DESCRIÇÃO DE CADA GRUPO DE ACTIVOS BIOLÓGICOS.

São reconhecidos como activos biológicos os animais ou plantas vivos utilizados na actividade agrícola, a partir dos quais são obtidos produtos agrícolas.

São reconhecidos como activos biológicos:

i. Plantações:
- Florestais (compostas essencialmente pelo montado de sobro e pelo pinhal);
- Vinha;
- Olival; e
- Culturas agrícolas com produções plurianuais, designadamente pastagens;

ii. Animais:
- Bovinos; e
- Equinos.

São reconhecidos como Activos biológicos consumíveis aqueles que:

i. Estejam para ser colhidos como produto agrícola; ou
ii. Estejam para ser vendidos como activos biológicos.

8.2 MÉTODOS E PRESSUPOSTOS SIGNIFICATIVOS APLICADOS NA DETERMINAÇÃO DO JUSTO VALOR DE CADA UM DOS GRUPOS DO PRODUTO AGRÍCOLA NO PONTO DE COLHEITA E DE CADA UM DOS GRUPOS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS

O justo valor dos Activos biológicos foi determinado a partir

i. Do preço de venda conhecido no ponto de colheita;
ii. Do valor de mercado conhecido em transacções recentes;
iii. A partir de referências do sector disponíveis em entidades oficiais, como sejam dados estatísticos disponíveis no IVV e a partir do boletim mensal de estatística publicado pelo INE.

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do justo valor foram descritos nas notas 3.1.4.1.2 e 3.1.4.2.

8.3 ACTIVOS BIOLÓGICOS MENSURADOS AO JUSTO VALOR NO FIM DO PERÍODO
8.3.1 Quantia de Activos biológicos escriturada no final do período

Activos biológicos ao justo valor			
Descrição	Não Correntes	Correntes	Total
Animais			
Saldo em 31-12-2012	735.558	849.175	1.584.733
Aumentos de justo valor	82.600	526.410	609.010
Diminuições de justo valor	159.626	578.800	738.426
Saldo em 31-12-2013	**658.531**	**796.785**	**1.455.316**

Animais			
Saldo em 31-12-2011	772.267	858.770	1.631.037
Aumentos de justo valor	111.650	552.355	664.005
Diminuições de justo valor	148.360	561.950	710.310
Saldo em 31-12-2012	**735.558**	**849.175**	**1.584.733**

VALORES EM EUROS

Inclui as variações de justo valor reconhecidas em "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", decorrentes da venda de activos biológicos de produção, para efeitos de apuramento de mais-valias, devido à possibilidade do reinvestimento dos valores de realização.

8.3.2 Justo valor menos os custos estimados no ponto de venda do produto agrícola colhido durante o período, determinado no momento de colheita

Justo valor no ponto de colheita		
Descrição	Períodos	
	2013	2012
Animais	1.455.316	1.584.733
Plantas	2.743.056	2.440.648
Total	**4.198.372**	**4.025.381**

VALORES EM EUROS

8.4 EXISTÊNCIA E QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS CUJA POSSE SEJA RESTRITA E QUANTIAS ESCRITURADAS DE ACTIVOS BIOLÓGICOS PENHORADOS COMO GARANTIA DE PASSIVOS

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer restrições de posse ou penhoras sobre de activos biológicos.

8.5 ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS RELACIONADOS COM A ACTIVIDADE AGRÍCOLA

Os riscos a que as organizações se encontram expostas podem ter origem em factores externos e internos. A identificação dos riscos relevantes assenta num conhecimento profundo da organização, da actividade e do mercado onde essa actividade é desenvolvida. Os riscos materialmente relevantes a que a Empresa está exposta, com base na perspectiva de perda que cada um deles pode representar, são os seguintes:

• Risco de Mercado, o qual inclui três tipos de risco:

i. Risco cambial – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio;

ii. Risco de preço – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar como resultado de alterações nos preços de mercado, quer essas alterações sejam causadas por factores específicos do instrumento individual ou do seu emitente, quer por factores que afectem todos os instrumentos negociados no mercado; e

iii. Risco de taxa de juro – é o risco de que o valor de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de juro do mercado.

O risco de mercado é pouco significativo para a Companhia das Lezírias.

• Risco de crédito – é o risco de que um participante de um instrumento financeiro não venha a cumprir uma obrigação e faça com que o outro participante incorra numa perda financeira. A Empresa encontra-se sujeita ao risco do crédito que concede aos seus clientes. Contudo, as vendas a crédito estão sujeitas a regras que asseguram que estas são efectuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado e que se encontram dentro dos limites da exposição dos saldos máximos

pré-definidos e aprovados para cada cliente.

• Risco de financiamento – é o risco de que a Empresa venha a encontrar dificuldades na obtenção de fundos para satisfazer compromissos associados aos instrumentos financeiros. O risco de liquidez pode resultar de uma incapacidade de vender rapidamente um activo financeiro no fecho do mercado pelo seu justo valor. O risco de liquidez não é significativo para a Empresa.

8.6 ACTIVOS BIOLÓGICOS MENSURADOS, NO FIM DO PERÍODO, AO CUSTO MENOS DEPRECIAÇÃO ACUMULADA E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Os grupos de activos biológicos que foram mensurados segundo o modelo do custo foram descritos na nota 3.1.3.1.1.

8.7 RAZÃO POR QUE NÃO PODEM SER FIAVELMENTE MENSURADOS AO JUSTO VALOR

As razões foram divulgadas na nota 3.1.3.1.1.

8.8 MÉTODO DE DEPRECIAÇÃO USADO E VIDAS ÚTEIS USADAS

Os Activos biológicos de produção, a partir do momento que se encontram em condições de serem utilizados, são sujeitos a depreciação de acordo com o método de linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Activos biológicos de produção	Vida útil estimada
Montado de sobro e pinhal	--
Olival	25 anos
Vinha	20 anos

8.9 QUANTIA ESCRITURADA BRUTA E DEPRECIAÇÃO ACUMULADA

Reconciliação das quantias escrituradas em activos biológicos mensurados ao custo no início e no fim do período:

Activos biológicos ao custo			
Descrição	Em uso	Investimentos em curso	Total
Plantas			
Saldo em 31-12-2012	4.227.131	209.900	4.437.031
Adições		33.212	33.212
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências	205.751	-243.112	-37.361
Saldo em 31-12-2013	**4.432.882**	**0**	**4.432.882**
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2012	1.972.199	0	1.972.199
Adições	207.672		207.672
Revalorizações			0
Abates			0
Transferências			0
Saldo em 31-12-2013	**2.179.871**	**0**	**2.179.871**
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo fixo tangível líquido	**2.253.011**	**0**	**2.253.011**

VALORES EM EUROS

Activos biológicos ao custo			
Descrição	Em uso	Investimentos em curso	Total
Plantas			
Saldo em 31-12-2011	4.701.523	215.708	4.917.231
Adições		14.911	14.911
Revalorizações			0
Abates	495.110		495.110
Transferências	20.718	-20.718	0
Saldo em 31-12-2012	**4.227.131**	**209.900**	**4.437.031**
Depreciações acumuladas			
Saldo em 31-12-2011	2.216.168	0	2.216.168
Adições	218.362		218.362
Revalorizações			0
Abates	462.331		462.331
Transferências			0
Saldo em 31-12-2012	**1.972.199**	**0**	**1.972.199**
Perdas por imparidade acumuladas			
Activo fixo tangível líquido	**2.254.932**	**209.900**	**2.464.833**

VALORES EM EUROS

8.10 NATUREZA E EXTENSÃO DOS SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS RECONHECIDOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

São diversas as naturezas dos subsídios governamentais, reconhecidos nas demonstrações financeiras apresentadas, sendo extenso e complexo o seu enquadramento legislativo, tais como:

• RPU – É um regime de apoio aos agricultores, que substituiu os apoios directos anteriormente concedidos ao abrigo de vários regimes, nomeadamente ajuda às culturas arvenses, arroz, leguminosas para grão, forragens secas, lúpulo, extensificação, bovinos machos, abate de bovinos adultos, ovinos e caprinos e prémios complementares, por um único regime de ajuda desligado total ou parcialmente da produção. Em Portugal, genericamente, optou-se por um desligamento total da produção para os mencionados regimes de apoio directo;

• Vacas Aleitantes – Prémio por Vaca em Aleitamento e Prémio Nacional Suplementar, de apoio ao sector bovino. Por definição, vaca aleitante será uma vaca pertencente a uma raça de vocação "carne" ou resultante de um cruzamento com uma dessas raças, e que faça parte de uma manada destinada à criação de vitelos para produção de carne, o que pressupõe a alimentação dos vitelos com base no leite materno;

• Pagamento Específico para o Arroz – O pagamento específico para o arroz destina-se a apoiar as superfícies cultivadas com arroz, nos terrenos sistematizados especificamente para esta cultura. Esta ajuda a partir do ano 2012 foi integrada no RPU;

• Produção Integrada – Ajuda destinada a apoiar os agricultores que prosseguem um conjunto de específico de práticas agrícolas. Produção integrada é um sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade e de outros produtos utilizando os recursos naturais e os mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável

• Conservação do Solo – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que praticam um sistema de mobilização de conservação do solo que, embora intervindo em toda a superfície do terreno, mantém uma quantidade apreciável de resíduos da cultura anterior à superfície do solo, baseando-se na utilização de alfaias de mobilização vertical e estando interdito o uso de alfaias que promovam o reviramento do solo ou levantamento do torrão.

• Modo de Produção Biológico – Ajuda que se destina a apoiar os agricultores que têm práticas agrícolas em modo biológico. A produção biológica é um sistema global de gestão das explorações agrícolas e de produção de géneros alimentícios que combina as melhores práticas ambientais, um elevado nível de biodiversidade, a preservação dos recursos naturais, a aplicação de normas exigentes em matéria de bem-estar dos animais e método de produção em sintonia com a preferência de certos consumidores por produtos obtidos utilizando substâncias e processos naturais. O método de produção biológica desempenha, assim, um duplo papel societário, visto que, por um lado, abastece um mercado específico que responde à procura de produtos biológicos por parte dos consumidores e, por outro, fornece bens públicos que contribuem para a protecção do ambiente e o bem-estar dos animais, bem como para o desenvolvimento rural.
• Raças Autóctones – Este caso específico destina-se a apoiar a manutenção de sistemas pecuários baseados em raças autóctones.

Subsídios governamentais		
Descrição	Períodos	
	2013	2012
RPU (direitos de superfície directos)	1.169	1.178
Vacas Aleitantes	391	423
Pagamento Complementar Arroz	16	
Produção Integrada	84	85
Conservação do Solo	12	15
Modo de Produção Biológico	116	118
Raças Autóctones	12	15
Outros	22	97
Total dos subsídios governamentais	**1.823**	**1.931**
Outros subsídios		4
Total	**1.823**	**1.935**

VALORES EM EUROS

8.10.1 Política contabilística adoptada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adoptados nas demonstrações financeiras

Um subsídio do Governo não condicional que se relacione com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda é reconhecido como rendimento quando o subsídio do Governo se torne recebível.

Se um subsídio do Governo relacionado com um activo biológico mensurado pelo seu justo valor menos custos estimados no ponto de venda for condicional, a Companhia das Lezírias reconhece o subsídio como rendimento somente quando sejam satisfeitas as condições a ele associadas.

8.11 CONDIÇÕES NÃO CUMPRIDAS E OUTRAS CONTINGÊNCIAS LIGADAS AOS SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

A Companhia das Lezírias promove uma gestão dos seus recursos no sentido do estrito cumprimento de todas as contingências ligadas aos subsídios governamentais.

8.12 DIMINUIÇÕES SIGNIFICATIVAS QUE SE ESPERAM NO NÍVEL DE SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS

Foi finalmente aprovada a reforma da PAC que vigorará no período 2014-2020.

No entanto dadas as incertezas que ainda envolvem a operacionalização da nova PAC a partir de 2014, tal como já referido na nota 6.5.4, não é possível relatar dados completamente objectivos acerca do enquadramento dos subsídios governamentais após 2014.

No que diz respeito ao Quadro Financeiro Plurianual, Portugal consegue pela primeira vez no 1.º pilar (Ajudas Directas) uma aproximação parcial aos restantes Estados Membros passando dos actuais 186 euros/ha para os cerca de 200 euros/ha até 2020. O pacote financeiro atribuído a Portugal é de cerca de oito mil milhões de euros, menos cerca de 500 milhões de euros face ao quadro comunitário anterior. O 2.º pilar (Desenvolvimento Rural) será contemplado com cerca de 4 mil milhões de euros.

Ao abrigo das novas regras de convergência, em 2019, nenhum Estado-Membro deverá receber menos de 75% da média europeia e nenhum agricultor receberá menos de 60% da média nacional. A nova PAC prevê também um "mecanismo de travão" para assegurar que as perdas ao nível de cada agricultor não sejam superiores a 30%. O esforço de convergência será suportado pelos agricultores que recebem acima da média. O Governo terá, agora, de decidir se o modelo será à escala do país, da região ou dos vários sectores de actividade.

Aguardamos pelos resultados da operacionalização da nova política agrícola a nível nacional para se avaliar com rigor o seu impacto nas suas diversas vertentes.

9. PARTES RELACIONADAS

9.1 RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS-MÃE

9.1.1 Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

A Parpública detém o capital social da Companhia das Lezírias na sua totalidade. O capital social encontra-se integralmente subscrito e realizado e é constituído por € 1.000.000 (um milhão) de acções, com o valor nominal de € 5,00 (cinco euros) cada.

9.1.1.1 Sede da empresa-mãe

Avenida Defensores de Chaves, em Lisboa

9.1.1.2 Transacções com a empresa-mãe

9.1.1.2.1 - Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

Actualmente as transacções com a empresa-mãe são praticamente inexistentes, limitando-se ao pagamento dos dividendos conforme são aprovados pelo accionista.

9.1.1.2.2 - Transacções e saldos pendentes

Orivárzea		
Descrição	Períodos	
	2013	2012
Transacções		
Clientes e outros devedores		
Fornecedores e outros credores		
Saldos pendentes		
Activos		
Passivos	177.441	360.233
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

VALORES EM EUROS

9.2 RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS ASSOCIADAS

9.2.1 Orivárzea - Orizicultores do Ribatejo, S.A.

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 27,1217%.

9.2.1.1 Sede da empresa associada

Lagoa das Donzelas, em Salvaterra de Magos

9.2.1.2 Transacções com a empresa associada

9.2.1.2.1 - Natureza do relacionamento com as partes relacionadas

As transacções com esta associada decorrem basicamente do objecto social deste agrupamento de produtores.

Para a realização da cultura de arroz e de acordo com o regulamento do agrupamento, adquirimos através da Orivárzea a totalidade dos factores de produção e serviços aplicados na cultura – sementes, adubos, fitofármacos, serviços técnicos especializados e secagem do cereal.

É à Orivárzea, também de acordo com o regulamento do agrupamento, que efectuamos a venda da totalidade da nossa produção de arroz.

9.2.1.2.2 - Transacções e saldos pendentes

Párpublica		
Descrição	Períodos	
	2013	2012
Transacções		
Clientes e outros devedores	1.845.793	2.051.182
Fornecedores e outros credores	545.211	541.601
Saldos pendentes		
Clientes e outros devedores	1.225.532	1.160.786
Fornecedores e outros credores	83	5.244
Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados		

VALORES EM EUROS

9.2.2 CLR - Companhia das Lezírias e Associados Renováveis, Lda.

A Companhia das Lezírias detém uma participação no capital social de 20,0%.

9.2.2.1 Sede da empresa associada
Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

9.2.2.2 Herdade do Catapereiro, Estrada Nacional 118, em Samora Correia

9.2.2.2.1 - Natureza do relacionamento com as partes relacionadas
Não existem transacções com esta associada dado não ter iniciado a sua actividade operacional.

10. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

10.1 INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Empresa	Ano	Capital social	Capital realizado	Acções próprias	Prémios de emissão de acções
Orivárzea, S.A.	2013	2.500.000	2.500.000		1.354.995
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	5.000	5.000		
Orivárzea, S.A.	2012	2.500.000	2.482.849	-33.455	1.221.175
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2012	5.000	5.000		

Empresa (continuação)	Ano	Reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Capital próprio	Passivo	Rendimentos
Orivárzea, S.A.	2013	2.228.981	661.763	6.745.739	8.635.847	20.426.959
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2013	-4.845	-80	75	3.038	0
Orivárzea, S.A.	2012	1.976.101	451.751	6.098.421	9.226.205	17.442.076
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	2012	-4.760	-85	155	3.038	0

VALORES EM EUROS

10.2 DATA DE RELATO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE CADA ASSOCIADA

A data de relato da Orivárzea, S.A. não coincide com o ano civil e ocorre entre 01/09/n e 31/08/n+1.

10.3 EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Empresa	Sede	Ano	Valor de aquisição	Quantia escriturada
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2013	1.239.886	1.775.713
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013	1.000	1.000
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2012	1.201.301	1.620.517
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2012	1.000	1.000

Empresa (continuação)	Sede	Ano	Efeito nos resultados	Efeito no capital próprio	Dividendos
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2013	179.481	-9.026	53.844
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2013			
Orivárzea, S.A.	Salvaterra Magos	2012	122.771	66.957	36.396
CLR Assoc. Renováveis, Lda.	Samora Correia	2012			

VALORES EM EUROS

11. OUTROS INVESTIMENTOS

11.1 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS

Empresa	2013				2012			
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Dividendos
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo VFX	499		499	17	499		499	15
Coop. Agric. Compra, Venda Prest. Serviços	5		5		5		5	
Coop. Agrícola Polivalente do Porto Alto	125		125		125		125	
Lusitanus, S.A.	4.988		4.988		4.988		4.988	
Pec-Tejo, S.A.	700.343	640.343	60.000		700.343	640.343	60.000	
Animaforum	500		500		500		500	
Cerealplus	5		5				0	
Total	**706.464**	**640.343**	**66.121**	**17**	**706.459**	**640.343**	**66.116**	**15**

VALORES EM EUROS

A Pec-Tejo, S.A. encontra-se em processo de liquidação. A quantia escriturada é o valor recuperável da participação detida, de acordo com informação transmitida à empresa no âmbito da partilha.

11.2 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

As obrigações do tesouro encontram-se a caucionar um sinistrado de acidentes de trabalho, cujo sinistro ocorreu em 07/12/1958, antes da existência de seguro de acidentes de trabalho, cujo processo se encontra à guarda do Tribunal de Trabalho de Tomar.

Empresa	2013			2012		
	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Obrigações - Consolidado 3% 1942	2.397	858	1.539	2.397	1.439	959
Fundo de Compensação do Trabalho	7		7			0
Total	**2.405**	**858**	**1.547**	**2.397**	**1.439**	**959**

VALORES EM EUROS

12. INVENTÁRIOS

As políticas contabilísticas adoptadas para a mensuração dos inventários e a forma de custeio usada, encontram-se descritas na nota 3.1.8.

12.1 QUANTIA ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS

Rubricas	2013			2012		
	Quantia bruta	Imparidades	Quantia escriturada	Valor de aquisição	Imparidades	Quantia escriturada
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	890.192		890.192	904.369		904.369
Produtos acabados e intermédios	249.106		249.106	285.687		285.687
Produtos e Trabalhos em Curso	169.450		169.450	238.374		238.374
Total	**1.308.749**	**0**	**1.308.749**	**1.428.430**	**0**	**1.428.430**

VALORES EM EUROS

12.2 QUANTIA DE INVENTÁRIOS RECONHECIDA COMO UM GASTO DURANTE O PERÍODO

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2012	904.369	285.687	238.374
Compras	2.217.616		
Regularizações	709.167	-1.963.769	
Saldo em 31-12-2013	890.192	249.106	169.450
Gastos no período	**2.940.959**	**-2.000.349**	**-68.924**

VALORES EM EUROS

Rubricas	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos acabados e intermédios	Produtos e Trabalhos em Curso
Saldo em 31-12-2011	884.895	346.320	252.410
Compras	1.827.044		
Regularizações	758.361	-1.610.862	
Saldo em 31-12-2012	904.369	285.687	238.374
Gastos no período	**2.565.931**	**-1.671.496**	**-14.036**

VALORES EM EUROS

12.3 QUANTIA ESCRITURADA DE INVENTÁRIOS DADOS COMO PENHOR DE GARANTIA A PASSIVOS

Na data do relato das presentes demonstrações financeiras, não existem quaisquer inventários dados como penhor de garantias.

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

13.1 BASES DE MENSURAÇÃO E OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se relatadas nas notas 3.1.9, 3.1.12 e 8.5.

13.2 ACTIVOS FINANCEIROS

O detalhe dos activos e passivos financeiros na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Descrição	31-12-2013			31-12-2012		
	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada	Mensurados ao custo	Imparidades acumuladas	Quantia escriturada
Activos financeiros						
Clientes	2.052.505	596.957	1.455.548	2.194.390	595.642	1.598.748
Adiantamentos a fornecedores (a)	0		0	200.000		200.000
Accionistas e sócios	72.053	18.209	53.844	18.209	18.209	0
Outras contas a receber	2.713.669	49.166	2.664.504	2.893.743	39.511	2.854.232
Total de activos financeiros	**4.838.228**	**664.332**	**4.173.896**	**5.306.341**	**653.362**	**4.652.980**
Passivos financeiros						
Fornecedores	668.537		668.537	544.517		544.517
Adiantamentos de clientes	40.000		40.000	0		0
Outras contas a pagar	667.446		667.446	718.691		718.691
Total de passivos financeiros	**1.375.982**	**0**	**1.375.982**	**1.263.208**	**0**	**1.263.208**

(a) não corrente
VALORES EM EUROS

13.3 ACTIVOS DADOS EM GARANTIA OU PENHOR

Na rubrica "Outras contas a receber" encontra-se escriturado o montante de € 22.371,07 euros, depositado à ordem ao Tribunal de Trabalho de Tomar, relativo aos autos da acção emergente do acidente de trabalho em que é sinistrado Bernardo da Silva Moreira, e foi feito para garantia das pensões futuras devidas.

13.4 COMPROMISSOS FINANCEIROS QUE NÃO FIGURAM NO BALANÇO

O Plano de Fomento, aprovado pela Lei n.º 2058, de 29 de Dezembro de 1952, incluía o projecto de defesa e enxugo da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira. As obras realizadas foram financiadas pelo Estado Português, sendo responsabilidade dos proprietários o reembolso das verbas emprestadas pelo Estado, respondendo os terrenos pelo bom pagamento dos compromissos.

A execução das obras foi confiada à então denominada Associação de Defesa da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, actualmente Associação dos Beneficiários da Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

A aprovação destes financiamentos está definida nos seguintes diplomas: Decreto-lei n.º 39601, de 3 Abril de 1954; Decreto-lei n.º 41956, de 12 Novembro de 1958 e Decreto-lei n.º 840/76, de 4 de Dezembro.

Actualmente a responsabilidade da Companhia das Lezírias ascende a € 10.492,57 euros, a serem pagos em 17 anuidades de € 617,21 euros.

14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica "Estado e outros entes públicos" na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Descrição	31-12-2013	31-12-2012
	Corrente	Corrente
Activo		
Imposto sobre o rendimento	276.385	239.605
Imposto sobre o valor acrescentado	253.015	44.942
Total	**529.400**	**284.547**
Passivo		
Imposto sobre o rendimento		
Outros	69.741	86.770
Total	**69.741**	**86.770**

VALORES EM EUROS

15. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe da rubrica "Activos por impostos diferidos" e "Passivos por impostos diferidos" na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

Activos por impostos diferidos	31-12-2011	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados
Transição SNC	22.324		-7.441
Imparidade de créditos	29.080		-21.014
Responsabilidade complementos de reforma	717.472		
Imparidade de investimentos financeiros	170.143		-71
Investimentos	478.021		199.591
Subsídios ao investimento	2.049		
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento			
Total	**1.419.088**	**0**	**171.066**

Variações com efeitos nos capitais próprios	31-12-2012	Variações com efeitos nos resultados	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2013
			Alteração taxa	Período	
Transição SNC	14.883		-1.123	-6.880	6.880
Imparidade de créditos	8.066		-115	-609	7.342
Responsabilidade complementos de reforma	717.472		-54.149	-89.040	574.283
Imparidade de investimentos financeiros	170.072		-12.836	-142	157.094
Investimentos	677.612	-580.196	-7.352	17.470	107.534
Subsídios ao investimento	2.049		-155		1.894
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	0			135.919	135.919
Total	**1.590.154**	**–580.196**	**–75.730**	**56.718**	**990.946**

VALORES EM EUROS

Passivos por impostos diferidos	31-12-2011	Variações com efeitos nos capitais próprios	Variações com efeitos nos resultados
Reinvestimento dos valores de realização	123.743		-31.324
Subsídios ao investimento	292.635	60.337	
Total	**416.378**	**60.337**	**-31.324**

Passivos por impostos diferidos	31-12-2012	Variações com efeitos nos resultados	Variações com efeitos nos resultados		31-12-2013
			Alteração taxa	Período	
Reinvestimento dos valores de realização	92.419		-6.975	-28.960	56.483
Subsídios ao investimento	352.972		-26.639	-19.619	306.713
Total	**445.391**	**0**	**-33.614**	**-48.580**	**363.197**

VALORES EM EUROS

Relativamente a alterações de taxas ver nota 27.

16. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Por força do definido nos acordos de empresa, a Companhia das Lezírias mantém um conjunto de obrigações de benefícios definidos para com os seus empregados, que são tratadas nos termos previstos na NCRF 28 - Benefícios dos empregados.

Benefícios pós-emprego	31-12-2012	31-12-2013
Responsabilidades no início do período	2.707.440	2.707.440
Custo de juros		179.174
Ganhos e perdas actuariais		-345.412
Benefícios pagos		-197.190
Responsabilidades no fim do período	**2.707.440**	**2.344.011**

VALORES EM EUROS

Principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados na elaboração do último estudo efectuado, reportado a 31 de Dezembro de 2013:

Tábua de mortalidade	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80 (50%)
Taxa de desconto	3,75%
Taxa de crescimento	
Salários	0,00%
Diuturnidades	0,00%
Pensões	0,00%
Taxa de revalorização dos salários SS	0,00%
Taxa de inflação	1,00%

17. LOCAÇÕES

As locações contratadas pela empresa respeitam a contratos de renting, tendo registado como gasto no período de € 18.364,58 Euros.

18. RÉDITO

As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito encontram-se descritas na nota 3.1.16.1.

Quantias significativas de rédito reconhecida durante o período:

Rubricas	31-12-2012	31-12-2013
Vendas		
Produtos agrícolas	1.559.265	1.797.200
Vinhos e derivados	794.571	1.063.129
Produtos florestais	622.431	864.167
Activos biológicos	853.463	892.051
Prestações de serviços		
Caça	86.813	74.464
Agro-turismo	71.813	122.287
Outros	7.805	21.692
Total	**3.996.162**	**4.834.989**

VALORES EM EUROS

19. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	31-12-2012	31-12-2013
Sub-contratos	836.534	945.412
Serviços especializados	994.548	1.036.934
Trabalhos especializados	363.262	290.088
Conservação e reparação	473.804	451.574
Outros	157.482	295.272
Energia e fluidos	270.095	275.261
Serviços diversos	294.188	345.025
Outros	148.221	161.772
Total	**2.543.586**	**2.764.404**

VALORES EM EUROS

20. GASTOS COM O PESSOAL

Rubricas	31-12-2012	31-12-2013
Órgãos sociais		
Remunerações	148.735	191.636
Encargos	30.138	50.454
Pessoal		
Remunerações	1.429.885	1.659.803
Encargos	321.349	371.218
Benefícios pós-emprego	0	-363.429
Pensões de reforma e sobrevivência	203.861	200.022
Outros gastos	50.661	57.973
Total	**2.184.628**	**2.167.676**

VALORES EM EUROS

O número médio de pessoas ao serviço da empresa durante o exercício de 2013 foi de 101. No exercício de 2012 foi de 98.
De sublinhar que o aumento registado é devido à integração de pessoal na extinta Fundação Alter Real. Caso tal não tivesse ocorrido, o número médio de pessoas em 2013 seria de 95.

Os gastos suportados com os órgãos sociais durante o exercício foram:

Órgão Social	31-12-2012	31-12-2013
Mesa da Assembleia-geral	3.204	302
Conselho de Administração	175.669	241.788
Revisor Oficial de Contas	14.241	13.800

VALORES EM EUROS

Relativamente a benefícios pós-emprego, ver nota 16.

21. IMPARIDADE DE ACTIVOS

As perdas por imparidade reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Imparidade de dividas a receber	31-12-2011	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2012	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2013
		Aumentos	Reversões		Aumentos	Reversões	
Clientes	607.245	3.287	14.890	595.642	1.363	48	596.957
Accionistas/sócios	17.970	238		18.209			18.209
Outras contas a receber	95.901		56.390	39.511	11.149	1.495	49.166
Total	**721.116**	**3.525**	**71.280**	**653.362**	**12.513**	**1.543**	**664.332**

Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis	31-12-2011	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2012	Reconhecidas nos resultados durante o período		31-12-2013
		Aumentos	Reversões		Aumentos	Reversões	
Participações financeiras - outros métodos	640.343			640.343	1.363	48	596.957
Outros activos financeiros	1.706		267	1.439			18.209
Total	**642.049**	**0**	**267**	**641.781**	**12.513**	**1.543**	**664.332**

VALORES EM EUROS

22. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

As variações de justo valor reconhecidas nos resultados durante o período são detalhadas do seguinte modo:

Aumentos/reduções de justo valor	31-12-2013	31-12-2012
Ganhos por aumentos de justo valor		
Activos biológicos consumíveis	3.269.466	2.993.003
Activos biológicos de produção	82.600	108.800
Total	**3.352.066**	**3.101.803**
Perdas por reduções de justo valor		
Activos biológicos consumíveis	547.800	544.950
Activos biológicos de produção	104.023	109.182
Total	**651.823**	**654.132**

VALORES EM EUROS

A determinação do justo valor foi efectuada de acordo com o divulgado na nota 8.2.

23. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Os "Outros rendimentos e ganhos" reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Outros rendimentos e ganhos	31-12-2013	31-12-2012
Rendimentos suplementares	208.561	120.221
Ganhos em inventários	85.657	48.736
Rendas e outros rendimentos em propriedades de investimento	2.367.988	2.004.870
Imputação de subsídios para investimentos	172.994	145.497
Juros obtidos	29.869	143.572
Outros rendimentos e ganhos	76.230	162.375
Total	**2.941.297,92**	**2.625.270**

VALORES EM EUROS

24. OUTROS GASTOS E PERDAS

Os "Outros gastos e perdas" reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Outros gastos e perdas	31-12-2013	31-12-2012
Impostos	31.812	55.996
Perdas em inventários	148.322	115.012
Outros	486.117	274.806
Total	**666.251**	**445.814**

VALORES EM EUROS

25. GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIAÇÕES E DE AMORTIZAÇÕES

Os gastos/reversões de depreciação e de amortização reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Gastos/reversões de depreciação e de amortização	31-12-2013	31-12-2012
Propriedades de investimento (mensuradas ao custo)		
Terrenos e recursos naturais		4.408
Edifícios e outras construções	3.135	3.135
Total	**3.135**	**7.543**
Activos fixos tangíveis		
Terrenos e recursos naturais	67.934	69.882
Edifícios e outras construções	626.752	582.816
Equipamento básico	192.262	201.158
Equipamento de transporte	70.047	66.538
Equipamento administrativo	47.662	41.248
Equipamentos biológicos	4.525	4.613
Outros activos fixos tangíveis	19.318	20.525
Total	**1.028.500**	**986.780**
Activos intangíveis		
Usufruto FAR DL 109/2013	9.508	
Total	**9.508**	**0**
Activos biológicos (mensurados ao custo)		
Plantações	207.672	218.362
Total	**207.672**	**218.362**

TOTAL	**1.248.815**	**1.212.685**

VALORES EM EUROS

26. JUROS, DIVIDENDOS, RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os "Juros, dividendos e outros rendimentos similares" e "Gastos e perdas de financiamento" reconhecidos nos resultados durante o período são detalhados do seguinte modo:

Juros, dividendos e outros rendimentos similares	31-12-2013	31-12-2012
Juros obtidos		
Total	**0**	**0**
Juros suportados		24.995
Total	**0**	**24.995**

VALORES EM EUROS

A política contabilística adoptada nos custos dos empréstimos obtidos encontra-se divulgada na nota 3.1.16.3.

27. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Companhia das Lezírias encontra-se sujeita a tributação em sede de Impostos sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama.

O valor do imposto corrente do exercício de 2013 é calculado à taxa anual 25%, acrescida de Derrama.

A partir do exercício de 2008 a Derrama passou a ser calculada até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável, podendo assim o imposto atingir a taxa máxima agregada de 26,5%.

O cálculo do imposto diferido de 2012 foi apurado com base na taxa de 26,5%.

O cálculo do imposto diferido de 2013, com a publicação da Lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro, que procedeu à reforma da tributação das sociedades e alterou taxa anual de 25% para 23%, mantendo a taxa de Derrama, foi apurado com base na taxa de 24,5%.

A parte do lucro tributável que exceda o montante de 1.500.000 de Euros fica sujeito à Derrama Estadual de 3,0%.

Reconciliação da Taxa Efectiva de Imposto	31-12-2013	31-12-2012
Resultado antes de impostos	**661.961**	**584.539**
Imposto sobre o rendimento do período	49.344	113.649
Derrama	2.961	6.819
Tributações autónomas	39.434	36.697
Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento	-34.541	
Imposto corrente	**57.198**	**157.165**
Imposto diferido	-63.183	-202.390
Imposto efectivo sobre o rendimento	**-5.985**	**-45.225**
Taxa efectiva de imposto	**-0,9%**	**-7,7%**

VALORES EM EUROS

28. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Na data das presentes demonstrações financeiras, a Companhia das Lezírias detém as seguintes garantias bancárias que lhe foram prestadas:

- Garantia (1) bancária no valor de 2.493,99 Euros, no BPI, destinada a caucionar a exportação de vinhos;
- Garantias (2) bancárias no valor de 45.000,00 Euros, no BCP, destinada a caucionar o fornecimento de gasóleo;
- Garantia (1) bancária no valor de 202.509,95 Euros, no BCP, destinada a caucionar um pedido de reembolso de IVA.

RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2013, (que evidencia um total de balanço de 42.806.850 euros e um total de capital próprio de 38.523.697 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 667.946 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA
Av. do Brasil, 15 1º 1749-112 LISBOA (Sede)
T: +351 21 3552 550 F: +351 21 3552 552 E: geral.lisboa@rsm.pt
Rua da Saudade, 132 3º 4150-687 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsm.pt

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde em qualquer jurisdição a uma entidade legalmente reconhecida.

RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, SA.**, em 31 de Dezembro de 2013, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício

ÊNFASE

9. Sem afectar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, refere-se que nos termos do Decreto-Lei nº 109/2013 de 1 de Agosto, foram transferidos para a Companhia das Lezírias, SA, alguns fins principais e atribuições da extinta Fundação Alter Real. Destaca-se, a delegação do serviço público de competências relativas à preservação do património genético animal da raça Lusitana, quer na linha genética da Coudelaria Nacional, quer na linha Alter Real, assim como o das raças Sorraia e Garrano, a qual sem prejuízo da gestão empresarial da Companhia das Lezírias, SA, permite concentrar numa entidade a gestão das coudelarias do Estado português. Os principais impactos, resultantes deste diploma encontram-se detalhados no relatório de gestão e no anexo integrante das demonstrações financeiras.

Lisboa, 26 de Março de 2014

PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, S.R.O.C., LDA.
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)

RSM Patrício, Moreira & Valente
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

No exercício das competências que nos são cometidas pelo artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, acompanhámos a actividade da **COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.**, durante o exercício de dois mil e treze, tendo procedido às verificações que tivemos por necessárias e obtido da Administração e dos serviços todos os esclarecimentos solicitados.

Foram também consideradas as orientações legais vigentes para o Sector Empresarial do Estado, designadamente, o cumprimento das reduções remuneratórias previstas na Lei nº 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e o cumprimento da exigência constante do nº1 do artigo 54º do RJSP, o qual estabelece que as empresas públicas apresentem anualmente relatórios de boas práticas de governo societário.

Apreciámos o relatório de gestão, as contas do exercício e emitimos a certificação legal das contas, que aqui se dá por reproduzida. Apreciámos ainda o relatório do governo societário.

Tudo considerado, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório de gestão e as contas do exercício de 2013, apresentados pela Administração;

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados, contida no relatório de gestão apresentado pela Administração;

c) Proceda à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade e dela tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 26 de Março de 2014

O Fiscal Único

- PATRÍCIO, MOREIRA, VALENTE & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
representada por José Carlos Nogueira Faria e Matos (ROC 1034)

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA
Av. do Brasil, 15 1º 1749-102 LISBOA (Sede)
T: +351 21 2053 350 F: +351 21 3561 902 E: geral@lisboa@rsmpv.pt
Rua da Saudade, 132 2º 4150-682 PORTO
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpv.pt

Patrício, Moreira, Valente & Associados, SROC, LDA é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS
Rui Manique de Brito

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
António Miguel Semedo Pimentel Saraiva

Vogal
Diogo Supico de Faria e Silva

Vogal
João Carlos Caldeira Gonçalves

Samora Correia, 24 de Março de 2014

A ideia do PhotoDreamers Hangout partiu da fotógrafa portuguesa Paula da Silva, radicada em Itália, que esteve entre nós com os seguintes fotógrafos: Ana Escoval (Portugal), Silvia Foco (Itália), Melis Yalvac (Turquia), Margreet Schouren (Holanda) e Amy Riley (EUA).

O registo em vídeo foi feito por André Kruger (Brasil) e por Miguel Osório de Castro e Luís Almeida (Portugal – Concept Media) e pode ser visto em:

https://www.youtube.com/watch?v=BZwGCcoBnyk
https://www.youtube.com/watch?v=bIHdPtvYLjo

COMPANHIA DAS LEZÍRIAS, S.A.

Largo 25 de Abril, n.º 17 | 2135-318 Samora Correia
Tel.: 00 351 263 650 600 | Fax: 00 351 263 650 619
E-mail: lezirias@cl.pt | www.cl.pt